

NASLE MARIA CABANA

**MARCAÇÃO DIFERENCIAL DOS ARGUMENTOS
NUCLEARES DA LÍNGUA KA'APOR**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras, da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Linguística Teórica e Descritiva.

Área de concentração: Linguística Teórica e descritiva. Linha de pesquisa: Estudo da estrutura gramatical da linguagem.

Orientador: Dr. Fábio Bonfim Duarte

BELO HORIZONTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS
FACULDADE DE LETRAS DA UFMG
MARÇO/2015

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS**

**MARCAÇÃO DIFERENCIAL DOS ARGUMENTOS
NUCLEARES DA LÍNGUA KA'APOR**

Nasle Maria Cabana
Orientador: Prof. Dr. Fábio Bonfim Duarte

BANCA EXAMINADORA:

Dr. Fábio Bonfim - UFMG

Dra. Bruna Pereira - UFJVM

Dr. Angel Corbera - Unicamp

Dr. Seung Hwa Lee - UFMG

Dra. Lílian Teixeira - UFBA

Dra. Jânia Ramos - UFMG (Suplente)

Dra. Thais Christófaro - UFMG (Suplente)

C112m Cabana, Nasle Maria.
Marcação diferencial dos argumentos nucleares da língua
Ka'apor [manuscrito] / Nasle Maria Cabana. – 2015.
186 f., enc. : il., map., tab., color.

Orientador: Fábio Bonfim Duarte.

Área de concentração: Linguística Teórica e Descritiva.

Linha de pesquisa: Estudo da Estrutura Gramatical e da
Linguagem.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas
Gerais, Faculdade de Letras.

Bibliografia: f. 183-186.

1. Língua urubu-kaapor – Gramática –
Teses. 2. Língua urubu-kaapor – Sintaxe –
Teses. 3. Língua urubu-kaapor – Morfologia –
Teses. 4. Língua de Aruáquia de São

CDD : 498.3

*A Deus, que sempre esteve ao meu lado.
Aos meus pais, José Cabana Filho e Diva Emediato Cabana. (in memoriam)
Ao povo Ka'apor, que bravamente luta em defesa de suas terras.*

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, professor Fábio Bonfim, por ter me despertado o interesse pelos estudos da língua Ka'por; pela dedicação constante e paciência em responder às minhas perguntas; por ter acreditado em mim e ter compartilhado seus conhecimentos valiosos. Exemplo de professor e de ser humano.

À minha filha, Cíntia Cabana, pelas vezes em que foi ouvinte atenta das minhas indagações sobre fenômenos linguísticos, mesmo não entendendo muita coisa; pelas vezes em que suportou minha ausência e minha falta de atenção e pelo incentivo constante que, muitas vezes, fez com que os papéis de mãe e filha fossem invertidos.

Ao meu sobrinho, amigo e companheiro, Raphael Nonato, por me encorajar e por me ouvir sempre.

Às minhas irmãs, Rita de Cássia e Maria das Graças, pelo incentivo.

Aos meus sobrinhos, Rodrigo e Renan, pelo apoio.

A todos os colegas e amigos que participaram do meu desafio de escrever esta tese.

À CAPES, pelo apoio financeiro.

SUMÁRIO

RESUMO.....	09
ABSTRACT.....	10
CAPÍTULO 1:INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 2:POVO E LÍNGUA KA'APOR.....	19
2.1 O POVO KA'APOR	18
2.2 A LÍNGUA KA'APOR	21
2.3 IMPORTÂNCIA DE ESTUDOS SOBRE LÍNGUAS INDÍGENAS	24
2.4 RESUMO DO CAPÍTULO 2	26
Capítulo 3: ASPECTOS MORFOSSINTÁTICOS.....	28
3.1 MECANISMO DE CODIFICAÇÃO DOS ARGUMENTOS PESSOAIS.....	28
3.1.1 PREFIXOS RELACIONAIS.....	29
3.1.1.1 RELACIONAIS EM NOMES.....	30
3.1.1.2 RELACIONAIS EM POSPOSIÇÕES.....	35
3.1.1.3 RELACIONAIS EM CONSTRUÇÕES ESTATIVAS.....	37
3.1.1.4 HIPÓTESE DA INEXISTÊNCIA DO PREFIXO DE CONTIGUIDADE.....	40
3.1.2 PREFIXOS DE PESSOA.....	44
3.2 ORDEM DOS CONSTITUINTES.....	47
3.2.1 ORDEM EM SENTENÇAS TRANSITIVAS.....	48
3.2.2 ORDEM EM SENTENÇAS INTRANSITIVAS.....	50
3.3 CONTEXTOS DE OCORRÊNCIA DA PARTÍCULA KE.....	52
3.3.1 A PARTÍCULA [KE] JUNTO A ARGUMENTOS NUCLEARES E COMPLEMENTOS DE POSPOSIÇÃO.....	53
3.3.2 A PARTÍCULA [KE] EM CONSTRUÇÕES ESTATIVAS.....	57
3.3.3 A PARTÍCULA [KE] EM CONSTRUÇÕES CAUSATIVAS.....	59
3.3.4 A PARTÍCULA [KE] EM RELATOS E EM SENTENÇAS NEGATIVAS.....	61
3.3.5 A NÃO OCORRÊNCIA DE [KE] EM CONTEXTOS COM EHE.....	63
3.4 RESUMO DO CAPÍTULO.....	64
CAPÍTULO 4: QUADRO TEÓRICO.....	66
4.1 PROPOSTA DE AISSSEN.....	67
4.2 PROPOSTA DE HASPELMATH.....	76

4.3 PROPOSTA DE BUTT E KING	81
4.4 PROPOSTA DE SAKSENA.....	84
4.5 PROPOSTA DE LEGATE.....	86
4.6 PROPOSTA DE WOOLFORD.....	89
4.7 RESUMO DO CAPÍTULO 4	91
CAPÍTULO 5: ESTUDOS PRÉVIOS	93
5.1 PROPOSTA DE KAKUMASU.....	93
5.2 PROPOSTA DE SILVA	97
5.3 PROPOSTA DE DUARTE E GARCIA.....	102
5.4 PROPOSTA DE GARCIA	103
5.5 LACUNAS DAS ANÁLISES ANTERIORES	106
5.6 RESUMO DO CAPÍTULO 5	109
CAPÍTULO 6: MARCAÇÃO DIFERENCIAL DO OBJETO	110
6.1 [KE] MARCA SOMENTE OBJETOS AFETADOS?	111
6.2 ANÁLISE ESTATÍSTICA	114
6.3 OBJETOS ALTOS EM ANIMACIDADE E DEFINITUDE RECEBEM KE	118
6.4 CONSTRUÇÕES COM DUPLO OBJETO	125
6.5 RESUMO DO CAPÍTULO 6	127
CAPÍTULO 7: MARCAÇÃO DIFERENCIAL DO SUJEITO	130
7.1 MARCAÇÃO DIFERENCIAL DO SUJEITO	130
7.2 DSM NA LÍNGUA KA'APOR	135
7.2.1 APRESENTAÇÃO DOS DADOS.....	136
7.2.2 PROPOSTA DE DUARTE (2014)	145
7.3 ANÁLISE DE DSM EM KA'APOR.....	147
7.3.1 DSM E OS NÍVEIS GRAMATICAI.....	147
7.3.2 MODELO DE DSM E DOM.....	155
7.3.3 CONTEXTOS EM QUE SUJEITOS E OBJETOS SÃO MARCADOS POR [KE]	155
7.4 RESUMO DO CAPÍTULO 8	159
CAPÍTULO 8: RELAÇÃO ENTRE CASO MORFOLÓGICO E CASO ABSTRATO.....	161
8.1 CASO MORFOLÓGICO E CASO ABSTRATO	163
8.2 SISTEMA DE ALINHAMENTO E ATRIBUIÇÃO DE CASO.....	171

8.3 MARCA MORFOLÓGICA DE CASO E ATRIBUIÇÃO DO CASO ABSTRATO	173
8.4 RESUMO DO CAPÍTULO 8	178
CAPÍTULO 9: CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	180
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	183
QUADRO 1: PREFIXOS RELACIONAIS.....	30
QUADRO 2: PREFIXOS DE PESSOA.....	45
QUADRO 3: TRAÇOS DE ANIMACIDADE E MARCAÇÃO DE OBJETO.....	77
QUADRO 4: DEFINITUDE E MARCAÇÃO DE OBJETO.....	78
QUADRO 5: TIPOS DE SUJEITO E DE OBJETO CONSIDERANDO TRAÇOS DE DEFINITUDE E ANIMACIDADE.....	79
QUADRO 6: MARCAÇÃO DIFERENCIAL EM HINDI.....	80

ABREVIATURA E SÍMBOLOS	
AFT	Afetado
AFTS	fastando-se de
ASS	Associativo
ATEN	Atenuativo
ATN.AFT	atenuativo afetivo
CAUS	Causativo
CC	causativo comitativo
D.NOM	derivador de nome
DES	Desiderativo
DUB	Dubidativo
ENF	Enfático
FRUST	Frustrativo
IMIN	Iminente
IMP	imperativo
IMPF	imperfectivo
INT	intenção
INTS	intensivo
LOC	locativo
NEG	negação
PERF 1	perfectivo de não-exclusividade
PERF 2	perfectivo de exclusividade
PL	plural
PROB	probabilidade
PROSP	prospectivo
POS	possibilidade
R1	relacional de contiguidade
R2	relacional de não-contiguidade
R3	relacional genérico e humano
REF	reflexivo
RETR	retrospectivo
SG	singular
VER	verdade

RESUMO

O objetivo desta tese é investigar o papel da partícula [ke] na alternância dos argumentos nucleares de sentenças transitivas e intransitivas da língua Ka'apor. Mostramos que esta partícula não está associada apenas ao traço de afetação como previam as análises anteriores. Constatamos que esta língua exibe DOM, marcação diferencial do objeto e DSM, marcação diferencial do sujeito. A hipótese a ser avaliada nesta tese é a de que DOM é motivado pelos traços de definitude e de animacidade do objeto. Neste sentido, a partícula [ke] figura enclítica aos argumentos internos quando estes possuem traços altos considerando as hierarquias de animacidade e de definitude. Por outro lado, a partícula [ke] marca sujeitos, quando estes possuem o papel temático de agente afetado, sendo, portanto, este traço determinante para o engatilhamento de DSM. Nossa hipótese é a de que esta partícula serve como dispositivo gramatical para realizar a marcação diferencial do sujeito e a marcação diferencial do objeto. Em suma, a partícula [ke] marca os argumentos nucleares quando possuem traços semânticos menos previstos e, por esta razão, constituem construções semanticamente mais marcadas. Adicionalmente apresentamos nossa proposta sobre a não existência de relação biunívoca entre caso morfológico e Caso abstrato na língua Ka'apor.

ABSTRACT

The aim of this thesis is to investigate the role of the particle [ke] that occurs to mark nuclear arguments of transitive and intransitive sentences in the Ka'apor language. We show that this particle is not related only to affectedness as described in previous analyses. We noted that Ka'apor language has Differential Object Marking (DOM) and also Differential Subject Marking (DSM). DOM is motivated both by the definiteness and animacy feature of the object. The particle [ke] appears enclitic to internal arguments when they exhibit semantic features that are high in the animacy and definiteness scale. On the other hand, the particle [ke] also marks subjects when they receive the thematic role of affected agent; consequently, the occurrence of this particle is crucial in triggering DSM in the Ka'apor language. Our hypothesis is that this particle has an important role, as it functions as Case marker that trigger both the Differential Subject Marking and the Differential Object Marking. In sum, the particle [ke] marks the nuclear arguments that have semantic features that are less expected and, for this reason, these constructions are more semantically marked. Additionally, we present our proposal that claims that there is no one-to-one correspondence between morphological case and abstract Case in Ka'apor language.

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

Esta tese tem por objetivo apresentar uma análise sobre o escopo da partícula [ke] junto a argumentos externos e internos de verbos transitivos e intransitivos (inacusativos e inergativos) da língua Ka'apor. Mostramos que esta partícula é responsável pela marcação diferencial do sujeito (DSM) e pela marcação diferencial do objeto (DOM). A língua Ka'apor pertence ao tronco Tupí, família linguística Tupí-Guaraní e as aldeias dos índios Ka'apor situam-se todas no estado do Maranhão.

Nota-se que, na língua Ka'apor, há uma variedade de partículas codificando aspecto, tempo, evidencialidade, subordinação, caso dentre outras. Interessamos em particular investigar a partícula [ke], quando ocorre como marcador de Caso abstrato. Em tais contextos, essa partícula pode figurar enclítica a sujeitos e a objetos de verbos transitivos. Alguns pesquisadores, dentre eles, Kakumasu (1986), Silva (2002), Duarte e Garcia (2006) e Garcia (2009), conferem a esse clítico a função de atribuir o traço de afetação aos argumentos internos. Contudo, verificamos que a partícula [ke] pode figurar mesmo em contextos, cujo objeto não recebe o traço de afetação, como no exemplo (1), ou ainda, pode estar ausente em sentenças cujo objeto é afetado, como no exemplo (2).

- (1) *ihẽ awa pyãpẽ ke ywy pe a-mahem*
 1SG gente unha AFT¹ chão pelo 1SG-encontrar
 ‘Eu encontrei unha de gente pelo chão.’

(Caldas, 2009:276)

- (2) *mani'ok ihẽ a-ji'ok*
 mandioca 1SG 1SG-arrancar
 ‘Eu arranco mandioca.’

(Silva, 2001:37)

Tendo em conta a distribuição da partícula [ke] nos exemplos acima, outro objetivo desta tese é mostrar que esse item não está relacionado somente à afetação dos argumentos internos - como previam outras análises - , mas, ao contrário, sua principal função é codificar os traços de animacidade e de definitude em construções transitivas e intransitivas. É possível observar isso nas sentenças abaixo construídas com o verbo ‘*karãj*’ (arranhar, torrar). Note que a sentença, em (3), tem seu objeto marcado por [ke], enquanto, na sentença em (4), a partícula [ke] não figura.

- (3) *ihẽ ne ke a-karãj*
 1SG 2SG AFT 1SG-arranhar
 ‘Eu arranhei você.’

(Caldas, 2009:235)

- (4) *ihẽ u'i a-karãj a-xo*
 1SG farinha 1SG-torrar 1SG-estar em movimento
 ‘Eu estou torrando farinha.’

(Caldas, 2009:235)

¹ Mantivemos a glosa AFT em todas as ocorrências da partícula [ke], embora não esteja adequada em alguns contextos como poderá ser observado ao longo do texto.

Em (3), o objeto é humano e, em (4), o objeto é inanimado e indefinido. Tendo em vista construções como as arroladas acima, argumentamos, nesta tese, a favor de que a língua Ka'apor na verdade exhibe o fenômeno conhecido na literatura técnica como Marcação Diferencial do Objeto ('differential object marking'), doravante DOM, o qual é motivado pelos traços de animacidade e de definitude que o objeto pode carregar. São esses os traços que vão determinar a ocorrência ou não da partícula [ke] enclítica aos objetos desta língua. Nossa proposta tem como principal suporte teórico os pressupostos de Aissen (2002), segundo os quais as línguas que exibem DOM têm seus argumentos internos marcados de acordo com duas escalas, a saber: uma de animacidade e outra de definitude. Quanto mais animado e mais definido for o objeto, mais provável de este argumento ser marcado. Contudo, esta marcação difere de língua para língua e está diretamente relacionada aos tipos de dispositivos gramaticais que uma dada língua utiliza. Sendo assim, as marcas diferenciais dos argumentos nucleares podem vir realizadas por meio de morfemas de Caso, por meio da concordância e ainda por meio de uma dada ordem específica dos constituintes nucleares.

Assumimos ainda, nesta tese, que há uma tendência de as línguas exibirem mais objetos indefinidos e inanimados do que objetos já dados no discurso pragmático. Isto possivelmente reflete o fato de possivelmente a posição sintática de objeto ser, em geral, reservada para introduzir um

participante novo no discurso. Por sua vez, quando ocorre o contrário, ou seja, quando os objetos introduzidos são humanos ou definidos, a tendência é a de que as línguas tendem a marcar morfologicamente esses objetos. Por esta razão, assumiremos, doravante, que o acionamento da partícula [ke] atende exatamente a esta exigência, pois marca os objetos altos nas escalas de animacidade e de definitude. A hipótese que buscamos explorar nesta tese é a de que esta partícula serve como dispositivo gramatical para realizar a marcação diferencial do objeto, conforme mostram os exemplos a seguir.

- (5) *ne Ø-ky ke a-jukwa ta*
 2SG CT-piolho AFT 1SG-matar IMIN
 ‘Eu vou matar o teu piolho.’

(Caldas, 2009:242)

- (6) *ihẽ Ø-sawa'e kangwaruhu Ø-jukwa*
 1SG CT-marido paca 3-matar
 ‘Meu marido matou uma paca.’

(Caldas, 2009:233)

Em (5), o objeto é marcado por [ke], porque já é definido, já dado no discurso. Já o objeto da sentença, em (6), não recebe [ke] por se tratar de um objeto indefinido.

O terceiro objetivo desta tese é mostrar que a partícula [ke] atua também na alternância da marcação de sujeitos de verbos transitivos e intransitivos. O que se observa é que são marcados sujeitos afetados de

construções inacusativas como em (7) ou ainda sujeitos que, além de agentes, recebem também o traço de afetado, como no exemplo em (8). Por outro lado, sujeitos tipicamente agentes não vêm marcados por meio da partícula [ke], como exemplificado em (9).

- (7) *ihẽ Ø-py ke Ø-syryk o-ho*
 1SG CT-pe AFT 3-escorregar 3-ir
 ‘Meu pé escorregou.’

(Siva, 2001:47)

- (8) *ihẽ a'e ke ihẽ r-ena pe ta trabaja*
 1SG 3 AFT 1SG CT-lugar em IMIN trabalhar
 ‘Ele vai trabalhar no meu lugar.’

(Caldas, 2009:206)

- (9) *ihẽ Ø-kyha ke ihẽ a-hupir ajõ*
 1SG CT-rede AFT 1SG 1SG-carregar somente

tupaham rehe
 corda em relação a
 ‘Eu levantei a minha rede na corda.’

(Caldas, 2009:242)

Para explicarmos o fenômeno da marcação diferencial do sujeito, doravante DSM, lançamos mão da proposta de Woolford (2008), segunda a qual este fenômeno pode estar relacionado à estrutura argumental, à sintaxe ou ainda à forma fonológica.

Adicionalmente apresentamos nossa proposta sobre o Caso abstrato e o caso morfológico dessa língua com base em Legate (2008). Esta autora

propõe a não existência de relação biunívoca entre caso morfológico e Caso abstrato.

A metodologia utilizada nesta pesquisa teve como base a consulta bibliográfica e o levantamento de dados empíricos disponíveis. A pesquisa bibliográfica teve como base na leitura de textos teóricos e estudos anteriores sobre a língua, tais como dicionários, manuais didáticos sobre a língua, artigos científicos, dissertações e teses. Posteriormente fizemos uma seleção de construções para análise e compreensão do funcionamento da língua. O banco de dados foi composto por exemplos utilizados por Kakumasu (1986), Caldas (2001, 2009), Silva (2001), Garcia (2009), Duarte (2007, 2009, 2014). Estes autores obtiveram seus dados por meio de gravação de conversas com os falantes nativos da língua, os quais foram posteriormente transcritos.

Esta tese está dividida em nove capítulos. No capítulo 2, destacamos algumas considerações sobre o povo e a língua Ka'apor. Mostramos a localização das suas reservas e a relevância dos estudos de línguas indígenas para a linguística descritiva. No capítulo 3, descrevemos alguns aspectos morfossintáticos. No capítulo 4, exibimos o quadro teórico que sustenta as nossas propostas. No capítulo 5, expomos alguns estudos anteriores. No capítulo 6, apresentamos nossa análise sobre DOM. No capítulo 7, discutimos as restrições que permitem a ocorrência de DSM. No capítulo 8,

mostramos a relação do caso morfológico e do Caso abstrato. No capítulo 9, tecemos as considerações finais.

CAPÍTULO 2: POVO E LÍNGUA KA'APOR

O objetivo deste capítulo é fazer uma breve apresentação sobre o povo e sobre a língua Ka'apor, além de mostrar a importância dos estudos das línguas indígenas, para se compreender um pouco da trajetória desses povos no território brasileiro, antes da chegada dos colonizadores.

Este capítulo está dividido em três seções, a saber: na seção 2.1, destacamos o povo Ka'apor, seu modo de vida e a localização de suas aldeias. Na seção 2.2, apresentamos o tronco e a família a qual pertence a língua Ka'apor. Na seção 2.3, discutimos um pouco sobre a importância de se manter viva a história das línguas dos povos indígenas. Na seção 2.4, exibimos o resumo deste capítulo.

2.1 O POVO KA'APOR

O termo Ka'apor refere-se tanto ao povo quanto à língua e, conforme Kakumasu (1986:326), Ka'apor significa 'moradores da mata'. Acredita-se que os índios Ka'apor tenham sido contactados pela primeira vez há cerca de 300 anos na região entre os rios Tocantins e Xingu. Por razões que não se sabem ao certo, esses índios iniciaram uma trajetória migratória até o Maranhão, onde ainda estão localizadas todas as suas aldeias. As primeiras tentativas de contato de brasileiros não brancos com os Ka'apor não foram muito felizes. Esses índios apresentavam comportamento bastante hostil

àquela época. Vários foram os relatos de ataques dos Ka'apor a comunidades vizinhas, a quilombos ou mesmo a outras aldeias indígenas, provavelmente em busca de ferramentas que pudessem utilizar na agricultura.

Por volta de 1928, iniciou-se um processo de pacificação e de uma lenta assimilação da cultura brasileira pelos Ka'apor. Embora eles tenham a língua Ka'apor como primeira língua, muitos falam também o português, principalmente os mais jovens. Atualmente os Ka'apor vivem distribuídos em várias aldeias no norte do Maranhão, cujas terras fazem limite com o rio Gurupi e com os afluentes meridionais do rio Turiaçu próximos à fronteira com o Pará. Interessante notar que os nomes das aldeias onde vivem os Ka'apor descrevem características das regiões onde estão localizadas, conforme relato etnográfico apresentado por Garcia (2009) e repetido abaixo.

1. Xiepyhun rena 'Lugar de Curió Preto'
2. Parakuyrena 'Lugar do Paracuí'
3. Pacury-'i rena 'Lugar do Bacurizeiro'
4. Urutauy rena 'Lugar da Coruja'
5. Ximbó rena 'Lugar de Ximbó'
6. Uaxingui rena 'Lugar de Uaxingui'
7. Arasa-ty rena 'Lugar de plantação de Arasa'
8. Pyky'a-'a rena 'Lugar da árvore de Piquí'

9. Cumaru-‘y rena ‘Lugar da árvore’
10. Camaru, Jatahuty-rena ‘Lugar do Babaçu’
11. Turi-ra’yr ‘Turi Pequeno’
12. Xixinu ‘Sítio Novo’.

A aldeia ‘Turi-ra’yr’ está localizada na cabeceira do rio Turi e a aldeia Xixinu está localizada às margens do rio Gurupi. As demais aldeias estão localizadas no interior do estado.

Em 1978, essa área indígena, denominada Alto Turiaçu, que é ocupada atualmente pelos índios Ka’apor e outros povos como os Guajá, Tembê e Timbira, foi demarcada pela Funai e, em 1982, foi homologada. A localização destas terras pode ser visualizada pelo mapa² abaixo, mais especificamente, pela área circulada.



² Mapa transcrito da tese de Garcia (2009:24)

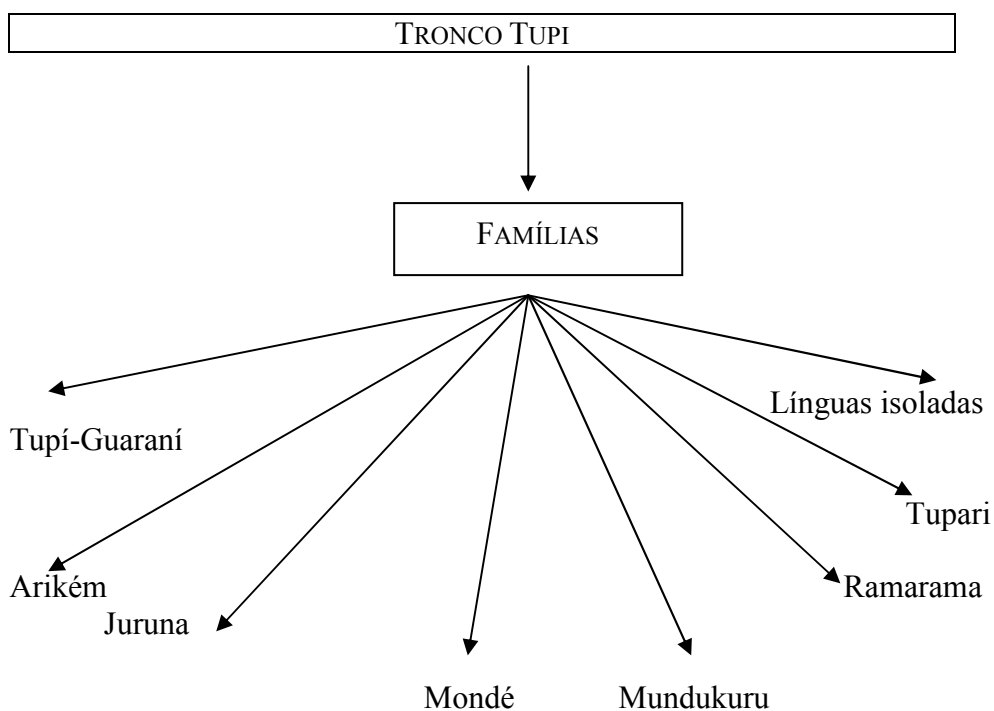
Atualmente, as aldeias Ka'apor têm sido cenário de conflitos por causa de invasões de madeireiros e fazendeiros a esse território. Outro aspecto negativo relacionado ao contato com os não índios foi o declínio no número da sua população. Em 1928, a população Ka'apor era estimada em torno de cerca de 2000 pessoas. No entanto, em 1982, os dados mostram que este percentual reduziu a menos de 500 indígenas. Essa queda teve como principal causa epidemias de doenças infecciosas possivelmente transmitidas pelos não índios. Entretanto, dados do censo realizado pela Funasa, em 2006, registraram que a população aumentou consideravelmente, perfazendo atualmente cerca de 991 índios Ka'apor. Uma das possíveis razões para este crescimento está, provavelmente, relacionada à melhoria das condições de tratamento de saúde.

Em relação à educação, é oferecido ensino fundamental em português e na língua Ka'apor nas escolas da Funai, porém ainda de forma muito precária. Não se têm ainda notícias de algum índio Ka'apor que tenha concluído o ensino médio e o índice de analfabetismo entre eles ainda é elevado.

2.2 A LÍNGUA KA'APOR

Conforme Rodrigues (1986), há, pelo menos, dois principais troncos linguísticos no Brasil, a saber: o Tupí e o Macro-jê. Segundo esse autor, línguas que pertencem ao mesmo tronco possuem algumas pequenas

semelhanças indicando origem comum há milhares de anos. Por outro lado, línguas que possuem semelhanças mais evidentes, mais perceptíveis pertencem a uma mesma família. O tronco Tupí é formado por sete famílias linguísticas, como mostrado a seguir:



Fonte: www.pibsocioambiental.org/povos indígenas no Brasil, retirado e adaptado de Garcia (2009)

A família Tupí-Guaraní, por sua vez, é subdividida em oito ramos e o Ka'apor pertence ao ramo VIII, como pode ser visualizado no quadro abaixo:

GRUPOS DA FAMÍLIA TUPÍ-GUARANÍ

RAMO I	RAMO II	RAMO III	RAMO IV	RAMO V	RAMO VI	RAMO VII	RAMO VIII
Guaraní Antigo Guaraní Mbyá Xetá Nhandeva Kaiwá Guaraní Paraguaio Guayakí Tapieté Chiriguano (Guaraní da Bolívia) Izoceno	Guarayo Sirionó Jorá (Bolívia)	Tupinambá Tupí Austral (Língua Paulista) Geral Nheengatu (Língua Paulista) Geral (Amazônica)	Turiwará Asurinído Tocantins Tapirapé Ava Canoeiro Suruí Parakanã Guajajára Tembé	Ararandewára Amanajé Anambédo Cairarí Assurinído Xingu Araweté	Parintintín Tupí-Kawahíb Apiaká Jumá Kayabí	Kamayurá	Takunhapé Emerrillon Ka'apor Anambé de Ehrenreich Wayampí Wayampíukú Jo'é Guajá Awré Awrá

Vale lembrar que, como há ainda muitas línguas indígenas que não foram suficientemente estudadas, esta proposta de Rodrigues (1986) pode sofrer revisões, à medida que resultados de novas pesquisas forem acrescentadas aos estudos comparativos.

2.3 IMPORTÂNCIA DE ESTUDOS SOBRE LÍNGUAS INDÍGENAS

Os estudos sobre as línguas faladas pelos povos indígenas do Brasil contribuíram e contribuem para conhecer um pouco da história dos povos que aqui vivem há mais de 10 mil anos. Estudos arqueológicos e linguísticos permitiram concluir que esses povos na verdade pertencem a diferentes etnias e que, por falta de conhecimentos anteriores, foram todos denominados ‘índios’. Segundo informações do artigo de Kneip e Mello (2013) da revista DOSSIÊ NAÇÃO INDÍGENA, ‘estudar a história das línguas indígenas ajuda a entender não apenas sua origem comum, mas também os caminhos por onde esses povos percorreram’(p.1). Esses autores lembram que, como não há registros escritos de épocas anteriores à colonização pelos portugueses, é possível apenas contar com estudos arqueológicos e com a linguística histórica para tentar reconstruir a história desses povos que aqui viviam. Conhecer e comparar as línguas faladas pelos diferentes grupos indígenas permitiu determinar o tronco e a família linguística a que estas línguas pertencem. De acordo com os critérios utilizados para a classificação das línguas, aquelas que pertencem ao mesmo tronco possuem pequenas semelhanças, indicando origem comum há milhares de anos. Por outro lado, línguas que possuem semelhanças maiores, mais evidentes, são consideradas famílias, evidenciando que a separação ocorreu há menos tempo. A distribuição das diferentes línguas faladas no Brasil em troncos e famílias linguísticas fornece pistas sobre a dispersão dos povos indígenas

pelo território brasileiro. O tronco Tupí, por exemplo, possui oito famílias linguísticas e duas línguas isoladas. Seis destas famílias são encontradas no estado de Rondônia, o que permitiu levantar a hipótese, segundo a qual a origem desse tronco tenha ocorrido a partir dessa região e que dela saiu a primeira cisão dos povos. Segundo Kneip e Mello (2013), uma das hipóteses entre os linguistas é a de que os guaranis e os tupinambás saíram dessa região, o atual estado de Rondônia, e seguiram para o sul. Os tupí-guaraní foram para o leste pela região amazônica até o meio-norte do país, onde fica o estado do Maranhão.

Estudos arqueológicos, por sua vez, sugerem outra direção. A partir de análise de cerâmicas, estes estudos indicam como região de origem dos povos tupí-guaraní a região de confluência entre o rio Madeira e o rio Amazonas. A partir daí, uma cisão teria resultado em dois grupos, um dando origem aos tupinambás e outro aos guaranis. Os tupinambás teriam migrado em direção a leste até o oceano e descido até o litoral de São Paulo. Já o grupo que deu origem aos guaranis teria subido o rio Madeira e descido pelo rio da Prata até o litoral sul. De acordo com essa teoria, a dispersão do tronco Tupí teria ocorrido a partir do leste amazônico, já que lá se encontra a maior diversidade de línguas da família linguística Tupí-Guaraní.

Apesar dos esforços, há muito ainda a ser investigado. São ainda poucas as línguas que foram satisfatoriamente descritas e documentadas. Algumas possuem apenas estudos parciais e cerca de trinta e cinco línguas

ainda permanecem totalmente desconhecidas. Para um conhecimento mais amplo sobre as línguas e os povos indígenas, há ainda um longo caminho a ser percorrido.

Franchetto (2008) aponta ainda outra importância dos trabalhos dos linguistas. Segundo esta autora, o pesquisador de línguas indígenas pode tornar-se uma figura de identidade dupla, pois além das pesquisas habituais, pode contribuir para programas educacionais. Linguistas tornam possível a escrita de línguas de tradição oral, possibilitando a elaboração de material didático em língua indígena ou ainda contribuem para preservar a língua na medida em que torna possível documentá-la.

2.4 RESUMO DO CAPÍTULO 2

Neste capítulo, fizemos uma breve apresentação do povo Ka'apor, grupo indígena que já vivia em terras brasileiras bem antes da chegada dos europeus. Destacamos a localização de suas reservas e os problemas atuais enfrentados por esse povo. Mostramos ainda a que família e a que tronco linguístico pertence a língua Ka'apor e qual a importância de se manter viva a história das línguas indígenas.

No próximo capítulo, apresentamos a descrição de alguns aspectos morfossintáticos da língua Ka'apor. São eles: mecanismos de codificação de

argumentos pessoais; a ordem dos constituintes e os diversos contextos de ocorrência da partícula [ke].

CAPÍTULO 3: ASPECTOS MORFOSSINTÁTICOS

Neste capítulo, descrevemos alguns aspectos morfosintáticos da língua Ka'apor a fim de apresentar um panorama geral do funcionamento gramatical dessa língua. Para tal, organizamos este capítulo em quatro seções a saber: na seção 3.1, apresentamos os mecanismos de codificação dos argumentos pessoais que consistem no conjunto de prefixos relacionais e no conjunto dos prefixos de pessoa. Na seção 3.2, tratamos da ordem dos constituintes e suas implicações. Na seção 3.3, mostramos diversos contextos de ocorrência da partícula [ke]. Na seção 3.4, exibimos um resumo do capítulo, destacando os principais pontos abordados.

3.1 MECANISMO DE CODIFICAÇÃO DOS ARGUMENTOS PESSOAIS

O Ka'apor é uma língua que apresenta dois conjuntos distintos de prefixos. Um desses conjuntos é o de pessoa, que identifica, na forma verbal, os traços dos sujeitos. O outro conjunto é o conhecido por flexão relacional que figura em nomes, posposições e em verbos estativos. Na seção 3.1.1, apresentamos a distribuição dos prefixos relacionais e suas principais funções. Já na seção 3.1.2, tratamos das ocorrências dos prefixos pessoais.

3. 1.1 PREFIXOS RELACIONAIS

Prefixo relacional foi o termo proposto por Rodrigues (1981) para designar um conjunto de prefixos que expressam a dependência morfossintática de um tema a seu determinante. Esse sistema de prefixos está presente, além do Ka'apor, em outras línguas da família Tupí-Guaraní, e de outras famílias do tronco Tupí como, por exemplo, na língua Makurap da família Tuparí, na família Mundukurú e na família Mawé³, entre outras. Correia da Silva (1997) *apud* Cabral (2009:47) observa que os prefixos relacionais no Ka'apor ocorrem em ambientes, nos quais o prefixo se refere ao genitivo de um nome; ao núcleo de uma locução pospositiva ou ao sujeito de uma oração nominal. Mais precisamente assumiremos que a função dos prefixos relacionais é:

- (1) marcar um nome indicando seu possuidor;
- (2) marcar uma construção estativa indicando seu sujeito;
- (3) marcar uma posposição indicando seu complemento.

Conforme mostramos a seguir, no Ka'apor, há distinção das formas dos prefixos dependendo de os núcleos e os determinantes formarem ou não

³A língua Sateré-Mawé, ou Mawé, integra o tronco linguístico Tupi, mas difere do Guarani-Tupinambá. Os pronomes concordam perfeitamente com a língua Curuaya-Munduruku, e a gramática, ao que tudo indica, é tupi. O vocabulário Mawé contém elementos completamente estranhos ao Tupi, mas não pode ser relacionado a nenhuma outra família linguística. (Fonte: <http://pib.socioambiental.org>)
É considerada língua isolada. (Fonte: <http://www.labeurb.unicamp.br>)

uma unidade sintática, isto é, estarem em uma relação contígua ou não contígua. Essa língua exibe ainda prefixos que marcam contextos onde o tema pode ser interpretado como genérico. No quadro 1⁴, a seguir, mostramos o inventário desses prefixos, considerando a contiguidade ou não do determinante em relação ao nome ao qual se refere e às alterações morfológicas condicionadas pelo ambiente fonológico.

	Tema vogal	Tema consoante
Contiguidade	r-	Ø
Não contiguidade	h- ~ Ø	i- ~ Ø
Genérico	t- ~ h-	Ø

QUADRO 1: Prefixos relacionais do Ka'apor.

Nota-se que os prefixos acima se alternam pela natureza fonológica do tema, ou seja, se este se inicia por vogal ou consoante. Na próxima subseção, mostramos separadamente a distribuição gramatical dos prefixos em nomes, posposições e estativos e procuramos estabelecer algumas funções da ocorrência desses prefixos.

3.1.1.1 OCORRÊNCIA DOS PREFIXOS RELACIONAIS EM NOMES

Uma das principais funções dos prefixos relacionais junto a nomes é sinalizar qual termo da oração é seu possuidor, isto é, se é o termo imediatamente anterior ou não, como mostram os exemplos a seguir:

⁴ Fonte das informações: Caldas, 2001, 2009 e Garcia (2009).

- (1) *ne Ø-po a-kutuk*
 2SG CNT-mão 1SG-lavar
 ‘Eu lavei a tua mão.’

(Caldas, 2009:101)

- (2) *jane i-po ja-kutuk*
 1PL NCT-mão 1PL-lavar
 ‘Nós lavamos a mão dela.’

(Caldas, 2009:101)

Em (1), o prefixo Ø ‘zero’ indica que o nome e o possuidor, *po* ‘mão’ e *ne* ‘2SG’, encontram-se em uma relação de adjacência. Por outro lado, quando o nome e o determinante não estão adjacentes ou o possuidor não aparece na sentença, mas pode ser recuperado pelo contexto, é acionado o prefixo [*i-*] como mostra o exemplo em (2). A seguir arrolamos mais contextos de ocorrência dos prefixos relacionais, tendo em vista a vogal inicial do nome e a contiguidade ou não em relação a seu determinante.

TEMA INICIADO EM VOGAL

- (3) *ihẽ r-ok*
 1SG CNT-casa-RETR
 ‘minha casa’

- (4) *h-u’y*
 NCT-flecha
 ‘flecha (dele)’

- (5) *Ø-eha*
 NCT-olho
 ‘olho (dele)’

TEMA INICIADO EM CONSOANTE

- (6) *ihẽ Ø-sawa'e*
1SG CT-marido
'meu marido'
- (7) *Ø-sawa'e*
NCT-marido
'marido de outra pessoa.'
- (8) *i-'a*
NCT-cabelo
'cabelo de outra pessoa'

Os prefixos [*t ~ h ~ Ø*] possuem a função de marcar nomes genéricos, isto é, sem que seja especificado o possuidor, como exemplificado abaixo.

- (9) *t-a'yr*
G-filho
'filho qualquer'
- (10) *h-uaj*
G-rabo
'rabo qualquer'
- (11) *Ø-pe*
G-caminho
'caminho qualquer'

Garcia (2009:60) ressalta que os prefixos relacionais em nomes da língua Ka'apor cumprem ainda a função de dividir os nomes de entidades em possuível e não possuível. A classe dos não possuíveis é formada por nomes relacionados a elementos do mundo sobrenatural, como sol, chuva,

lua, plantas silvestres. Como não podem ser possuídos, não podem ser núcleos de um sintagma de posse e, por essa razão, não recebem os prefixos relacionais. Exemplos desse tipo de nome que não recebem prefixos são: *tupã* ‘espírito bom’, *maju* ‘arco-íris’, *ka’a* ‘mato’, *ywy* ‘terra’, *myra* ‘árvore’. Por outro lado, os nomes possuíveis precisam vir acompanhados dos prefixos relacionais, o que reforça a hipótese de Garcia de que esses nomes podem ser núcleos de sintagmas de posse. Dentre os nomes possuíveis, incluem aqueles que são inalienavelmente possuídos e os alienáveis. Os inalienáveis são aqueles cuja posse não pode ser transferida, como partes do corpo, relações de parentesco e partes de plantas, conforme mostram os exemplos abaixo⁵:

(12) *ihẽ Ø-kupe*
1SG CNT-costas
‘minhas costas’

(13) *ihẽ r-ãi*
1SG CNT-dente
‘meu dente.’

(14) *ihẽ r-a*
1SG CNT-cabelo
‘meu cabelo’

⁵ Exemplos retirados de Garcia 2009, p. 63.

- (15) *i-pen*
NCT-sogra
'sogra (dele)'
- (16) *a'e Ø-saw'e*
3SG CNT-marido
'marido dela'

Por outro lado, há nomes alienavelmente possuídos, isto é, a posse pode ser transferida como é o caso de utensílios, armas, ferramentas, como nos exemplos destacados a seguir:

- (17) *h-apar*
NCT-arco
'o arco (dele)'
- (18) *ihẽ r-u'y*
1SG CNT-flecha
'minha flecha'
- (19) *i-ji*
NCT-machado
'machado (dele)'

Para sintetizar esta subseção, podemos dizer que os prefixos relacionais são acionados na raiz de nomes que podem ser possuídos, tanto os alienavelmente possuíveis como os inalienáveis. Indicam ainda se o nome e seu possuidor estão adjacentes ou não.

3.1.1.2 DISTRIBUIÇÃO DOS PREFIXOS RELACIONAIS EM POSPOSIÇÕES

As posposições são termos frequentes em línguas Tupí-Guaraní que funcionam como conectivos e, semelhantemente aos nomes, também se combinam com prefixos relacionais que marcam adjacência em relação a seu núcleo. As principais posposições do Ka'apor coletadas até o momento da pesquisa são:

ake 'para'

namõ 'com, em companhia de';

pe (dativo) 'a/para, dentro de, instrumento com, locativo';

upi 'por';

ehe 'em relação a, sobre';

koty 'em direção a'.

Estas posposições recebem prefixos relacionais em condições similares às dos nomes. Dessa forma, os prefixos cumprem a função de indicar a adjacência ou não da posposição em relação ao seu núcleo. A adjacência é indicada pelos prefixos [*r-* ~ \emptyset], conforme mostram os exemplos abaixo. Quando a raiz da posposição é iniciada por vogal, o prefixo acionado é o [*r-*]. Entretanto, se for iniciada por consoante ou semivogal, o prefixo acionado é \emptyset , conforme exemplificado⁶ a seguir:

⁶ Dados retirados de Caldas (2009).

TEMA EM VOGAL

- (20) *ka'a r-upi*
mato CNT-pelo
'pelo mato'
- (21) *ita r-ehe*
pedra CNT-em relação a
'numa pedra'

TEMA EM CONSOANTE

- (22) *ne Ø-pe*
2SG CNT-para
'para você'
- (23) *ywy Ø-pe*
chão CNT-em
'embaixo'

Por outro lado, quando o núcleo não está adjacente à posposição, esta recebe o prefixo [*h- ~ Ø*], se for iniciado por vogal. Se for iniciado por consoante, recebe [*i- ~ Ø*]. Isso pode ser observado nos exemplos a seguir:

TEMA EM VOGAL

- (24) *h-ake*
NCT-para
'para alguém'

- (25) *Ø-ehe* *a-ju-pukwar*
 NCT- em relação a 1SG-REF-amarrar
 ‘amarrei-me nele’

TEMA EM CONSOANTE

- (26) *i-namõ*
 NCT-com
 ‘com alguém’
- (27) *i-pe*
 ‘NCT-para alguém’

3.1.1. 3 DISTRIBUIÇÃO DOS PREFIXOS RELACIONAIS EM CONSTRUÇÕES ESTATIVAS:

Fazem parte desse tipo de construção verbos intransitivos descritivos, cuja função é predicar um estado ou qualidade de um sujeito. Diferentemente de outras classes de verbos do Ka’apor, os descritivos não recebem prefixos pessoais⁷, mas somente os prefixos relacionais. Garcia (2009) assume que os prefixos [*r-* ~ *Ø*] só podem ocorrer quando o sujeito é de primeira ou de segunda pessoa, singular ou plural. Por outro lado, os prefixos [*h-* ~ *i-* ~ *Ø*] podem ser acionados somente quando o sujeito é de terceira pessoa. Dessa forma podemos perceber que os prefixos relacionais em construções estativas refletem o traço [+ *pessoa*] ou [- *pessoa*]. Isso pode ser comprovado pelos exemplos a seguir. Nós exemplos de (28) a (31), os

⁷ Os prefixos de pessoa serão apresentados na subseção 3.1.2.

prefixos [*r-* ~ \emptyset], em destaque, indicam que os sujeitos são de primeira e de segunda pessoa.

SUJEITOS DE PRIMEIRA E DE SEGUNDA PESSOA COM TEMA EM VOGAL

- (28) *ihẽ* ***r-ury*** 'ym
 1SG **1SG-ter** alegria não
 'Eu não tenho alegria.'
 (Caldas, 2001:5)

- (29) *ne* ***r-e'õ***
 2SG **2SG-ter** cansaço
 'Tu tens cansaço.'
 (Silva, 2001:51)

SUJEITOS DE PRIMEIRA E DE SEGUNDA PESSOA COM TEMA EM CONSOANTE

- (30) *ihe* *ke* **\emptyset -ky'a**
 1SG AFT **1SG-ter** sujeira
 'Eu estou sujo.'
 (Silva, 2001:49)

- (31) *ne* **\emptyset -ki'a** 'ym
 2SG **2SG-sujo** NEG
 'Você não é sujo.'
 (Caldas, 2009:237)

Por outro lado, nos exemplos abaixo, os prefixos [*h-* ~ *i-* ~ \emptyset] fazem referência a sujeitos com o traço [- PESSOA].

SUJEITOS DE TERCEIRA PESSOA COM TEMA EM VOGAL

- (32) *ko* *me'ẽ* *ywy* ***h-aku***
 E esta **terra** **3-estar** quente
 'Esta terra está tão quente.'
 (Caldas, 2001: 8)

SUJEITO DE TERCEIRA PESSOA COM TEMA EM CONSOANTE

- (33) *ta'yn* *Ø-juru* *ke* *i-ky'a*
 criança CNT-boca AFT **3**-ter sujeira
 'A boca da criança está suja.'

(Caldas, 2001:7)

Assumimos a proposta de Garcia (2009), segundo a qual são agramaticais construções como exemplificado abaixo, em que o prefixo [r-] ocorre fazendo referência a um sujeito não pessoa.

- (34) **tamũ* *r-ury*
 velho **eu**-alegria
 'O velho tem alegria.'

(Garcia, 2009:74)

3.1.1.4 HIPÓTESE DA INEXISTÊNCIA DO PREFIXO RELACIONAL MARCANDO CONTIGUIDADE

Com base na análise dos dados apresentados nas seções anteriores, levantamos a hipótese de que os prefixos relacionais, ao final das contas, são mais evidentes e necessários, na indicação da não contiguidade de um determinante e seu núcleo. Esta hipótese coloca em dúvida a análise de [r-] como prefixo relacional. Este segmento é inserido junto a nomes ou a posições iniciados por vogal em contextos em que estão em uma posição de contiguidade em relação a seu determinante, como mostra o exemplo transcrito abaixo:

- (35) *ita r-ehe ihẽ ke a-pirũ*
 pedra CNT-em relação a 1SG AFT 1SG-pisar
 ‘Eu tropecei numa pedra.’

(Caldas, 2009:86)

A questão levantada aqui é se o [r-] acionado acima realmente indica contiguidade ou se é inserido apenas para evitar junção de sons vocálicos. Para isso procuramos entender qual a finalidade da língua ao acionar prefixos indicando contiguidade ou não contiguidade. Assumimos que é por uma questão de correferencialidade, isto é, indicar a qual termo determinado item se refere. Sendo assim, os prefixos relacionais cumprem esta função como podemos verificar pelas construções abaixo.

- (36) *jane i-po ja-kutuk*
 1PL NCT-mão 1PL-lavar
 ‘Nós lavamos a mão dela.’
 (Caldas, 2009:101)

- (37) *a'e h-u'y ke Ø-um-kajim*
 3P NCT-flecha AFT 3-CAU-perder
 ‘Ele perdeu sua flecha.’ (flecha de outra pessoa)
 (Caldas, 2009:9)

Note que no exemplo (36) *jane* ‘nós’ não é o possuidor de *po* ‘mão’. O prefixo *i-* indica que o possuidor não está contíguo e, neste caso, pode ser recuperado apenas pelo contexto. O mesmo acontece na sentença em (37). O prefixo *h-* indica que *u'y* ‘flecha’ não pertence ao sujeito *a'e* ‘ele’, mas a outra pessoa. Dessa forma, se a língua não aciona um prefixo indicando não contiguidade, significa que o termo imediatamente anterior é o possuidor, como mostra o exemplo transcrito abaixo:

- (38) *ne Ø-po a-kutuk*
 2SG CNT-mão 1SG-lavar
 ‘Eu lavei a tua mão.’
 (Caldas, 2009:101)

Em (38), o prefixo \emptyset (ou a ausência de prefixo) indica que *ne* ‘tu’ é possuidor de *po* ‘mão’. Entende-se que o elemento anterior é o candidato a possuidor caso não haja uma indicação de que seja outro termo, expresso pelos prefixos [*i-*] e [*h-*] indicadores de não contiguidade. Acompanhando o essencial da análise de Drude e Meira, propomos que o [*r-*], que ocorre

antes de nomes iniciados por som vocálico, cujo determinante se encontra em uma posição imediatamente adjacente, tem a função de evitar a junção de duas vogais, como mostra o exemplo (39) abaixo.

- (39) *ko me'ẽ ihẽ r-ok-ke ke rĩ*
 aqui isso 1SG CNT-casa-retr AFT IMPF
 'Isso aqui já foi minha casa.'

(Caldas, 2009:59)

A indicação de que *ok* 'casa' pertence a *ihẽ* 'eu' é indicado pela contiguidade dos itens independentemente do fonema *r-*. Meira e Drude (2013), ao analisar a origem dos prefixos relacionais em línguas da família Tupí-Guaraní, propõem uma hipótese que colocaria em dúvida a análise de alguns elementos como prefixos relacionais. De acordo com esses autores, os prefixos seriam, na verdade, resultado de alterações sofridas pela consoante inicial da raiz do termo dependente, condicionadas pelo ambiente fonológico e pela estrutura morfossintática em que os termos se encontram. Os autores acrescentam que, se a hipótese estiver correta, indica que as raízes não diferenciavam morfologicamente a contiguidade da não contiguidade e que a marca de dependência era a presença de um SN explícito ou de um prefixo diante da raiz como mostram os exemplos do Awetí atual:

- (40)
- | | |
|-------------------|----------------|
| a. <i>João et</i> | b. <i>t-et</i> |
| João nome | 3-nome |
| ‘o nome de João’ | ‘o nome dele’ |

Entretanto, Meira e Drude (2013) ressaltam que pode ser que se trata de uma gramaticalização de um fenômeno de início puramente fonossintático. Apesar de os dados do Ka’apor sugerirem a possibilidade de *r-* não ser um prefixo que marca contiguidade, destacamos um exemplo, transcrito abaixo, que contraria a nossa hipótese.

- (41) *a'e Ø-eha ke Ø-mupere 'y*
 ele NCT-olho AFT 3-ferir PERF
 ‘Ele feriu o olho dele (de outra pessoa).’

(Caldas, 2009:8)

No exemplo acima, há uma relação não contígua do nome e seu determinante. E, embora haja a ocorrência de duas vogais, não há um fonema interveniente que, neste caso se esperaria que fosse [*h-*]. Isso nos possibilita concluir que a língua permite a ocorrência de duas vogais seguidas, embora na maioria dos exemplos ocorra [*r-*] ou [*h-*] entre as vogais. Outra questão relacionada a este exemplo, é o fato de *a'e* ‘ele’ não ser o possuidor de *eha* ‘olho’ visto que o prefixo acionado é [\emptyset]. Uma possível explicação estaria no nível pragmático, ou seja, não é possível alguém ferir o próprio olho intencionalmente. Seria necessária então uma

análise mais detalhada dos dados a fim de comprovar ou descartar nossa hipótese de [r-] não ser realmente um prefixo relacional. Tendo em conta que este não é o tema principal desta tese, deixaremos para explorar esta hipótese em um trabalho futuro.

Na próxima seção, tratamos do conjunto de prefixos pessoais, cuja função é indicar o sujeito da sentença. Esses prefixos possuem ainda a função de indicar o modo verbal, se indicativo ou imperativo.

3.1.2 PREFIXOS DE PESSOA

A língua Ka'apor dispõe de um sistema de concordância que identifica os traços dos sujeitos nas formas verbais de construções transitivas e intransitivas não estativas⁸. Isso ocorre por meio de prefixos que correspondem às pessoas do discurso na posição de sujeito. Em outras palavras, o verbo aciona concordância com o argumento que funciona como sujeito. Além de indicar o sujeito, os prefixos distinguem também o modo indicativo e o modo imperativo das sentenças. No quadro 2⁹ abaixo, estão relacionados os pronomes pessoais e os prefixos pessoais que figuram na raiz verbal:

⁸ Construções estativas recebem prefixos relacionais que distinguem os traços [pessoa] e [-pessoa] dos sujeitos.

⁹ Informações retiradas de Caldas, 2009.

PREFIXOS DE PESSOA		
PRONOMES	MODO INDICATIVO	MODO IMPERATIVO
<i>ihẽ</i> 'eu'	<i>a-</i>	-
<i>ne</i> 'tu'	<i>ere- re-</i>	<i>e-</i>
<i>a'e</i> 'ele, ela'	<i>o- u- Ø</i>	-
<i>jane</i> 'nós'	<i>ja-</i>	-
<i>pehẽ</i> 'vós'	<i>pe-</i>	<i>pe-</i>
<i>a'e</i> 'eles, elas'	<i>o- u- Ø</i>	-

QUADRO 2: Prefixos de pessoa

Abaixo arrolamos exemplos de sentenças transitivas e intransitivas¹⁰ não estativas no modo indicativo, exibindo a relação de concordância entre o sujeito e o verbo.

CONCORDÂNCIA EM SENTENÇAS TRANSITIVAS

- (42) *ihẽ a'e ke a-petek*
 1SG 3SG AFT 1SG-derrubar
 'Eu derrubei ele.'

(Caldas, 2009:270)

- (43) *ne ma'e re-mupen re'ã*
 2SG coisa 2SG-dobrar roupa
 'Tu dobras a roupa.'

(Caldas, 2009:257)

- (44) *a'e mani'ok upa Ø-kytyk*
 3SG mandioca toda 3SG-ralar
 'Ela ralou toda mandioca.'

(Caldas, 2009:242)

¹⁰ Refere-se a construções inergativas ou inacusativas.

- (45) *jane ta'yn ke ja-muximu*
 1PL criança AFT 1PL-balançar
 'Nós balançamos o menino.'
 (Caldas, 2009:259)
- (46) *pehẽ ma'e pe-mupen pe'ã*
 2PL coisa 2PL-dobrar roupa
 'Vocês dobraram a roupa.'
 (Caldas, 2009:257)
- (47) *a'e ta Ø-po'ir hũ Ø-u'y ke*
 3 ASS 3-soltar INST G-flecha AFT
 'Eles soltaram muitas flechas.'
 (Caldas, 2001:9)

CONCORDÂNCIA EM SENTENÇAS INTRANSITIVAS

- (48) *i-mãj Ø-jahuk iĩ*
 Nct-mãe 3-limpar também
 'A mãe se banhou.'
 (Caldas, 2009:69)
- (49) *a'e ta o-por mi*
 3 ASS 3-pular PROB
 'Eles pularam?'
 (Caldas, 2009:69)
- (50) *pano ke upa u-kwaj*
 pano AFT tudo 3-queimar
 'O pano queimou-se todo.'
 (Caldas, 2001:36)

Além dos prefixos de pessoa que ocorrem em sentenças no modo indicativo, como exemplificado acima, esta língua apresenta prefixos

específicos para sentenças no modo imperativo. Nos exemplos abaixo, são exibidas sentenças cujos verbos apresentam prefixos fazendo referência a segunda pessoa do singular e do plural.

(51) *e-ker*
2sg-dormir
'Durma!'

(52) *pe-ker*
2pl-dormir
'Durmam!'

3.2 ORDEM DOS CONSTITUINTES

Nesta seção, tratamos da ordem dos constituintes em sentenças declarativas¹¹ e em sentenças estativas. Percebemos que a ordem no Ka'apor é bem flexível, porém é preferencialmente SOV em sentenças transitivas e SV em sentenças intransitivas. Isto já havia sido constatado por Kakumasu (1986) e por Garcia (2009), fato que é corroborado pelos dados organizados nesta pesquisa. Nas subseções a seguir, mostramos contextos exemplificando as possibilidades de disposição dos constituintes nesta língua.

¹¹ Incluem sentenças transitivas e intransitivas não estativas cf. Kakumasu (1986:326).

3.2.1 ORDEM EM SENTENÇAS TRANSITIVAS

Considerando as construções transitivas, embora a ordem SOV seja preferência, é possível também observarmos outras possibilidades de disposição dos argumentos nas sentenças. Alguns exemplos foram arrolados abaixo. Em (53), (54) e (55), exibimos exemplos de construções SOV e, em (56) e (57), mostramos exemplos de SVO. Já em (58), apresentamos exemplo de VSO, em (59), exemplos VOS e, em (60), exemplo de OSV.

ORDEM SOV

- (53) *ajame'e ke urupe je'e-há mondo tĩ*
 depois que - Lupércio falar-NOM 3-enviar também
 'Depois que Lupércio enviou a carta também.'
 (Kakumasu, 1986:327)

- (53) *jane ta'yn ke ja-muximu*
 1PL criança AFT 1P-balançar
 'Nós balançamos o menino.'
 (Caldas, 2009:259)

- (55) *ihẽ kure ke a-kyna kurar pe*
 1SG porco AFT 1SG-prender cerca em
 'Eu prendi o porco no chiqueiro.'
 (Caldas, 2009:239)

ORDEM SVO

- (56) *ne ere-'u ma'e*
 2SG 2SG-comer algo
 'Tu comestes algo.'

(Kakumasu, 1986:331)

- (57) *ihẽ a-mu-tyryhem kawasu ke*
 1SG 1SG-CAUS-cheio cabaça AFT
 'Eu encho a moringa.'

(Caldas, 2009:236)

ORDEM VSO

- (58) *Ø-mahem arapuha himi'u o-ho*
 3-encontrar veado comida 3-ir
 'O veado encontrou o alimento.'

(Garcia, 2009:219)

ORDEM VOS

- (59) *Ø-mu-hury katu ihẽ ke ngã*
 3-CAUS-ser feliz INTEN 1SG AFT 3PL
 'Eles me fazem feliz.'

(Kakumasu, 1986:331)

ORDEM OSV

- (60) *h-okwen ko a-pirar a-xo*
 NCT-porta aqui 1SG-abrir 1SG-estar em mov.
 'Eu estou abrindo a porta.'

(Silva, 2001:38)

É possível notar ainda que há, em Ka'apor, ocorrências de construções sem que o sujeito seja realizado por expressão nominal ou

pronome pleno, mas identificado pelo prefixo de pessoa. Isso mostra que esta língua permite sujeito nulo, conforme exemplificado de (61) a (63).

- (61) *a-putar* *ʼym ne* *Ø-py'ai-ha*
 1SG-querer NEG 2SG CNT-ter tristeza-NOM
 'Eu não quero sua tristeza.'

(Caldas, 2001:12)

- (62) *a-sak* *Ø-saw'e* *amõ* *ʼy*
 1SG-ver G-marido outro PERF1
 'Eu vi outros maridos.'

(Caldas, 2001:5)

- (63) *a-sak* *Ø-jukwa-har* *riki*
 1SG-ver 3-matar-NOM ENF
 'Eu vi o matador.'

(Caldas, 2001: 13)

3.2.2 ORDEM EM SENTENÇAS INTRANSITIVAS

Em se tratando de construções intransitivas, notamos que o sujeito ocorre preferencialmente antes do verbo. Apesar de pouco frequente, é possível ainda encontrarmos a ordem VS ou ainda construções em que o único constituinte é apagado, sendo esse identificado apenas por prefixo. As sentenças de (64) a (67) exibem a ordem SV. Por outro lado, a sentença em (68) exemplifica contexto de posposição de sujeito. Já em (69), o sujeito é representado apenas pelo prefixo de pessoa na forma verbal.

ORDEM SV

- (64) *ihẽ ma'e a-kekar*
 1SG coisa 1SG-caçar.
 'Eu caço.'

(Caldas, 2009:236)

- (65) *ihẽ a-por*
 1SG 1SG-pular
 'Eu pulo.'

(Caldas, 2009:273)

- (66) *ihẽ a-ker ta*
 1SG 1SG-dormir IMIN
 'Eu dormirei.'

(Caldas, 2009:291)

- (67) *ihẽ Ø-po ke i-ky'a*
 1SG CT-mão AFT NCT-ter sujeira
 'A minha mão está suja.'

(Silva, 2001:48)

ORDEM VS

- (68) *i-ky'a te'e ta'yn-ra'yr ke Ø-ixo*
 NCT-ter sujeira mesmo criança-ATEN AFT 3-estar em mov.
 'A criancinha está suja mesmo.'

(Caldas, 2001:14)

PREFIXO MAIS VERBO

- (69) *a-ker ta a-ho*
 1SG-dormir IMIN 1SG-ir
 'Eu vou dormir.'

(Caldas, 2001:33)

3.3 CONTEXTOS DE OCORRÊNCIA DA PARTÍCULA KE

A língua Ka'apor exhibe uma variedade de partículas que, segundo Caldas (2001), estão relacionadas a atitudes do falante no momento da fala e podem expressar, por exemplo, desejo, lamento, intenção, incerteza. Dentre estas, chama atenção a partícula [ke], que é mencionada por alguns autores como expressão de afetação (Caldas, 2001, 2009; Garcia, 2009; Silva, 2001), por essa razão figura muito recorrentemente enclítica a objetos e a sujeitos inacusativos. Esta partícula foi também descrita como um mecanismo indicador de foco por Kakumasu (1986). Os dados, entretanto, mostram que sua ocorrência é bem mais ampla, o que às vezes torna difícil captar sua real função. Percebemos, na verdade, que ela é multifuncional tendo em vista a variedade de contextos em que ocorre, de forma que não é possível propormos que apresente apenas uma função na língua. Expomos, nesta seção, uma amostra de construções que exibem esta partícula, visto que é bastante recorrente em posição enclítica a sujeitos de verbos inacusativos; a objetos de verbos transitivos; a sujeitos de construção estativa; em complementos de posposição; em construções causativas e em final de sentenças. Sua ocorrência parece, entretanto, ser repelida pela partícula negativa ‘ym’ e pela posposição ‘ehe’ que ocorre em construções com verbos de percepção. A fim de expormos os principais contextos de ocorrência da partícula [ke], organizamos esta seção da seguinte maneira: na subseção 3.3.1, exibimos a ocorrência de [ke] em argumentos nucleares e

complementos de posposição. Na subseção 3.3.2, destacamos a ocorrência de [ke] em construções estativas. Na subseção 3.3.3, discutimos a ocorrência de [ke] em construções causativas. Na subseção 3.3.4, apresentamos a ocorrência de [ke] em relatos e em construções negativas. Na subseção 3.3.5, relacionamos construções cuja posposição bloqueia a ocorrência de [ke]. Na subseção 3.4, apresentamos o resumo do capítulo.

3.3.1 A PARTÍCULA [KE] JUNTO A ARGUMENTOS NUCLEARES E COMPLEMENTOS DE POSPOSIÇÃO

A partícula [ke] pode figurar enclítica a todos os tipos de argumentos nucleares, sendo bastante recorrente junto a objetos, a complementos de posposição e a sujeitos de verbos inacusativos. Pode, entretanto, figurar também junto a sujeitos de construções transitivas e inergativas em situações bem específicas. A seguir arrolamos exemplos de construções cujos objetos recebem a partícula [ke].

OBJETOS DE SENTENÇAS TRANSITIVAS

- (70) *ihẽ ne ke a-pyhyk 'y*
 1SG 2SG AFT 1SG-pegar PERF
 'Eu peguei você.'

(Caldas, 2001:24)

- (71) *ihẽ ne ke a-pyhyk ta*
 1SG 2SG AFT 1SG-pegar IMIN
 'Estou para pegar você.'

(Caldas, 2001:32)

- (72) *jane ta'yn ke ja-muximu*
 1PL criança AFT 1PL-balançar
 'Nós balançamos o menino.'
 (Caldas, 2009:259)
- (73) *ihẽ Ø-'a ke ju-monok tĩ*
 1SG CNT-cabelo AFT REF-cortar REP
 'Eu cortei o meu cabelo.'
 (Caldas, 2009:255)
- (74) *jane arapuha ke ja-juwyk*
 1PL viado AFT 1PL-estrangular
 'Nós estrangulamos o veado.'
 (Caldas, 2009:229)
- (75) *ihẽ makak ke a-jingo*
 1 SG macaco AFT 1SG -flechar
 'Eu flechei o macaco.'
 (Caldas, 2009:248)
- (76) *ihẽ a-jupin myra ke*
 1SG 1SG-raspar pau AFT
 'Eu raspo a madeira.'
 (Caldas, 2009:227)
- (77) *ihẽ ywy ke a-kyhim*
 1SG terra AFT 1SG-invadir
 'Eu invadi a terra.'
 (Caldas, 2009:242)

Podemos notar, nos exemplos acima, que são marcados objetos humanos, animados e inanimados. Abaixo arrolamos construções inacusativas, cujos sujeitos também recebem a partícula [ke].

SUJEITOS DE VERBOS INTRANSITIVOS MARCADOS

- (78) *ihẽ Ø-py ke Ø-syryk o-ho*
 1SG CT-pe AFT 3-escorregar 3-ir
 ‘Meu pé escorregou.’

(Silva, 2001:47)

- (79) *ihẽ r-eha ke Ø-punga hũ t-aj*
 1SG CNT-olho AFT 3-inchar INTS NCT-ter ardor
 ‘Meu olho inchou muito e arde.’

(Caldas, 2001:8)

É possível ainda verificarmos que a partícula [ke] ocorre junto a sujeito de verbos transitivos, conforme os exemplos (80), (81) e (82) e junto a sujeitos de construções inergativas, como em (83). Nesses casos, o traço afetado está associado ao traço de agente, como pode ser verificado nas construções abaixo.

SUJEITOS DE VERBOS TRANSITIVOS MARCADOS

- (80) *ihẽ ke u'i a-karãj*
 1SG AFT-farinha 1SG-torrar
 ‘Eu torro farinha.’

(Silva, 2001:51)

- (81) *a'e ke u-'u ta pypyhu ke tĩ*
 3SG AFT 3-comer VOL coruja AFT REP
 ‘Ele está indo comer coruja.’

(Silva, 2001:51)

- (82) *jane ke jane akym 'y r-upi*
 1PL AFT 1PL molhar rio CNT-pelo
 'Nós nos molhamos no rio.'

(Caldas, 2009:196)

SUJEITO DE VERBOS INERGATIVOS MARCADOS

- (83) *ihẽ a'e ke ihẽ r-ena pe ta trabaja*
 1SG 3 AFT 1SG CNT-lugar em IMIN trabalhar
 'Ele vai trabalhar no meu lugar.'

(Caldas, 2009:206)

A partícula [ke] ocorre também enclítica a complemento de posposição. São construções tradicionalmente referidas como bitransitivas, pois possuem dois argumentos, um direto e um indireto. O argumento que corresponde ao objeto indireto, isto é, o núcleo da posposição, receberá a partícula [ke]. Entretanto, esta ocorrência se dá se, e somente se, esse argumento receber o papel temático de meta ou alvo, como exemplificado abaixo:

- (84) *a'e ta Ø-ma'e Ø-jukwa-ha ihẽ ke*
 3 ASS G-coisa CT-matar-NOM 1SG AFT

Ø-pe Ø-me'ẽ
 CT-para 3-dar
 'Eles deram veneno para mim.'

(Silva, 2001:52)

- (85) *ne jaxi i-nem Ø-ma'e te'e*
 2SG jabuti NCT-ter podridão G-coisa mesmo
- re-rur jane ke Ø-pe*
 2SG-trazer 1PL AFT CT-para
 ‘Você trouxe um jabuti estragado para nós.’

(Silva, 2001:52)

Podemos notar que, nas construções abaixo, os complementos das posposições não indicam meta ou alvo, mas lugar. Por esta razão, a partícula [ke] não ocorre.

- (86) *a'e o-ho ta h-ok Ø-pe*
 3 3-ir IMIN NCT-casa CNT-para
 ‘Ele vai para a casa dele.’

(Caldas, 2001: 11)

- (87) *ihẽ a-ho ihẽ r-ape r-upi*
 1SG 1SG-ir 1SG CNT-caminho CNT-por
 ‘Eu vou pelo meu cainho.’

(Caldas, 2001: 11)

3.3.2 A PARTÍCULA [KE] EM CONSTRUÇÕES ESTATIVAS

Outro tipo de construção que exhibe a partícula [ke] é a estativa. Seus sujeitos podem também ser marcados, como nos exemplos abaixo:

- (88) *ihẽ ke Ø-pahar*
 1SG AFT CT-ter pressa
 ‘Eu estou com pressa.’

(Silva, 2001:48)

- (89) *a'e h-uwɣ ke i-hwẽ*
 3 R-sangue AFT 3-derramar
 'O sangue dele está derramado.'
 (Caldas, 2009:211)
- (90) *a'e ke rɣsã tĩ*
 3SG AFT frio REP
 'Ele está com frio.'
 (Caldas, 2009:282)
- (91) *ihẽ Ø-jywa ke upen tĩ*
 1SG Ct -braço AFT quebrado REP
 'O meu braço está quebrado.'
 (Caldas, 2009:301)
- (92) *ihẽ Ø-kamixa ymanhar ke*
 1SG Ct-camisa antiga AFT
 'A minha camisa é antiga.'
 (Caldas, 2009:313)

Entretanto, há também construções estativas cujos sujeitos não são marcados, sem que se perceba com nitidez a diferença em relação às construções marcadas. Isso pode ser observado por meio dos exemplos abaixo:

- (93) *kome'ẽ ma'e ju-pirok te'e*
 bicho coisa pelar-se mesmo
 'Esse bicho é pelado.'
 (Caldas, 2009:228)
- (94) *ihẽ ihẽ jyty'ym*
 1SG 1SG preguiçoso
 'Eu estou preguiçoso.'
 (Caldas, 2009:230)

- (95) *ihẽ ihẽ katu*
 1SG 1SG bom
 ‘Eu sou bom.’

(Caldas, 2009:235)

3.3.3 A PARTÍCULA [KE] EM CONSTRUÇÕES CAUSATIVAS

Contextos também de ocorrência da partícula [ke] são as construções causativas. Note que, nos exemplos de (104) a (108), a partícula [ke] figura enclítica ao complemento da construção causativa.

- (104) *ihẽ r-u’y ke a-mu-kajim*
 1SG CNT-flecha AFT 1SG-CAU-perder-se
 ‘Eu perdi minha flecha’ [lit: ‘Eu causei a flecha se perder’.]

(Caldas, 2001:9)

- (105) *re-mu-sak ’ym we tupaham ke rĩ*
 2SG-CAUS-arrebentar NEG ainda corda AFT IMPF
 ‘Você ainda não arrebentou a corda.’ [lit: ‘Você não causou a corda arrebentar.’]

(Caldas, 2001:29)

- (106) *ihẽ kamana’i r-ikwer ke a-mu-sururu*
 1SG macarrão CT-liquido AFT 1SG-CAU-escorrer
 ‘Eu faço escorrer o líquido do macarrão.’

(Caldas, 2009:233)

- (107) *ihẽ Ana ke a-ma-pyk*
 1SG Ana AFT 1SG-CAU- sentar
 ‘Eu fiz Ana sentar.’

(Caldas 2009:252)

- (108) *ihẽ nami ke ihẽ a-mupuk*
 1SG orelha AFT 1SG 1SG-fazer furar
 ‘Eu fiz furar minha orelha.’

(Caldas 2009:262)

Apesar de parecer pouco frequente na língua, é possível também que, nesse tipo de construção causativa, o [ke] não ocorra como exemplificado abaixo.

- (109) *a'e pira Ø-mixyr Ø-mu-pyriri ta kĩ*
 3 peixe 3-assar 3-CAUS-frito IMIN INT
 ‘Ele vai fritar peixe.’

(Caldas 2009:254)

- (110) *ihẽ uruku a-mu-pypyak a-jo*
 1SG urucum 1SG-CAUS-dissolver 1SG-em movimento
 ‘Eu estou fazendo dissolver o urucum.’

(Caldas 2009:254)

Contudo, não foi possível, no desenvolvimento desta pesquisa, aprofundarmos sobre as diferenças semânticas que estão envolvidas e que provavelmente são expressas pela presença ou ausência do [ke] em construções causativas.

3.3.4 A PARTÍCULA [KE] EM RELATOS E EM CONSTRUÇÕES NEGATIVAS

Em um pequeno relato, apresentado em Caldas (2001:79), verificamos que a partícula [ke] parece estar relacionada ao aspecto da sentença, mostrando fatos habituais, rotineiros. Nas sentenças de (113) a (120), o narrador relata fatos acontecidos durante a infância. Note que, ao final, cada sentença é marcada por [ke]. Nestes casos, a partícula não ocorre enclítica aos argumentos como em exemplos mostrados anteriormente. Diferentemente, a partícula ocorre no final das sentenças. Por outro lado, as sentenças de (121) a (126) não exibem [ke].

(113) *ihẽ ihẽ ta'yr rahã ke*
 1SG 1SG menino quando AFT
 ‘Quando eu era pequeno’

(114) *a-jepetẽ hũ ihẽ ke*
 1SG-nadar INTS 1SG AFT
 ‘Eu nadava muito’

(115) *ihẽ anam ta Ø-koty ihẽ a-sak ke tĩ*
 1SG parente ASS CT-em direção a 1SG 1SG-ver AFT REP
 ‘Eu visitava os parentes nas aldeias próximas’

(116) *Ø-ma'e ihẽ a-kekar ke*
 G-caça 1SG 1SG-caçar AFT
 ‘Eu caçava’

(117) *ma'ewyra-ra'ir ihẽ a-japy:japyk ke*
 pássaro-ATEN 1SG 1SG-balear:balear AFT
 ‘Eu balava os pássaros pequenos’

- (118) *ma'ewyra r-aty ihẽ a-pyhyk ke*
 pássaro CT-ninho 1SG 1SG-pegar AFT
 'Eu pegava ninho de pássaros'
- (119) *teju ihẽ a-jukwa Ø-katu ke tĩ*
 calango 1SG 1SG-matar G-ter bondade AFT REP
 'Eu matava calango'
- (120) *aja rahã ke ihẽ saw'e ke 'y*
 assim quando AFT 1SG homem AFT PERF
 'Mas depois eu fiquei homem eu cresci'
- (121) *a-jupetẽ 'ym tĩ*
 1SG-nadar NEG REP
 'Eu não nado mais'
- (122) *ihẽ Ø-anam ta r-upi ihẽ a-sak 'ym 'y*
 1sg cnt-parente ass CNT-por 1sg 1sg-ver neg perf
 'Eu não visito mais os parentes nas aldeias próximas'
- (123) *ma'e ihẽ a-kekar 'ym tĩ*
 bicho 1SG 1SG-caçar NEG REP
 'Eu não caço mais'
- (124) *ma'e wyra-ra'yr a-japy 'ym 'y*
 Pássaro-ATEN 1SG-balar NEG PERF
 'Eu não baleio mais os pássaros'
- (125) *ma'ewyra r-aty a-pyhyk 'ym 'y*
 pássaro CNT-ninho 1SG-pegar NEG PERF
 'Eu não pego mais ninho de pássaro'
- (126) *teju a-jukwa 'ym tĩ*
 calango 1SG-matar NEG REP
 'Eu não mato calango'

Nas sentenças não marcadas de (121) a (126), o narrador relata coisas que ele deixou de fazer depois que cresceu. São ações que não se realizam mais, por isso não são marcadas pela partícula [ke].

Em outros contextos, percebemos que a partícula [ke] é também repelida em sentenças negativas. Podemos notar isso nas sentenças abaixo construídas com a mesma forma verbal *kwer* ‘dormir.’ Em (127), a ação foi realizada e o sujeito marcado por [ke]. Por outro lado, em (128) a partícula *ym* ‘não’ indica que a ação de dormir não foi realizada, por isso o [ke] não ocorre.

- (127) *jane ke r-amũj ke u-kwer*
 1PL AFT R1-avô AFT 3-dormir
 ‘Nossos avós dormiram.’

(Caldas, 2009:330)

- (128) *sarakur r-amũj u-kwer ym*
 saracura R1-avô 3-dormir NEG
 ‘O avô da saracura não dormiu.’

(Caldas, 2009:330)

3.3.5 A NÃO OCORRÊNCIA DE [KE] EM CONTEXTOS COM ‘EHE’

Vimos, anteriormente, que a partícula [ke] ocorre com muita frequência enclítica a objetos, sejam animados ou não, sem que esteja necessariamente envolvido o traço afetado. Notamos, contudo, que em construções com verbos de percepção ou sensitivos como *sak* ‘ver ou *py’a*

‘pensar’ é acionada a posposição *ehe* que significa ‘em relação a’. A presença desta posposição parece dispensar a presença da partícula [ke] junto ao objeto. Alguns exemplos deste tipo de contexto estão arrolados a seguir:

129) *e-sak 'ym ihẽ r-ehe*
 2sg-ver não 1SG CNT-em relação a
 ‘Não me vejam!’
 (Caldas, 2009:205)

130) *jane ja-sak ma'ewyra r-ehe*
 1P 1P-ver pássaro CNT-em relação a
 ‘Nós vimos o pássaro.’
 (Caldas, 2009:205)

131) *a-hoha r-ehe ko ihẽ a-py'a a-xo*
 1SG-ida CT-em relação a agora 1SG 1SG-pensar 1SG-em mov
 ‘Agora eu estou pensando a respeito da minha saída.’
 (Caldas, 2009:205)

3.4 RESUMO DO CAPITULO

Neste capítulo, apresentamos alguns aspectos morfossintáticos da língua Ka'apor. Demos destaque ao sistema flexional composto por prefixos relacionais e por prefixos de pessoa. Mostramos que os prefixos relacionais cumprem a função de marcar contiguidade e não contiguidade de um núcleo e seu determinante, além de indicar, em construções estativas, os traços de pessoa e não pessoa. Por outro lado, os prefixos de pessoa fazem parte de um sistema de concordância exibido por esta língua. Os traços dos sujeitos de sentenças transitivas e intransitivas não estativas são retomados nas

formas verbais, inclusive, possibilitando a ocorrência de sujeito nulo. Exibimos também, neste capítulo, a ordem básica dos constituintes nas sentenças, além de mostrar outras ordens possíveis, embora menos frequentes. Finalizando o capítulo, apresentamos uma descrição dos ambientes possíveis de ocorrência da partícula [ke].

No próximo capítulo, apresentamos o aporte teórico que sustenta as hipóteses que serão defendidas nos capítulos 5 a 7 desta tese.

CAPÍTULO 4: QUADRO TEÓRICO

Esta pesquisa se ancora teoricamente na proposta de Aissen (2002), segundo a qual há sim forte relação entre marcação diferencial de objeto ‘differential object marking’, (DOM), e o grau de proeminência que o objeto ocupa na escala de animacidade e definitude. Durante a pesquisa, acompanharemos ainda o essencial da proposta de Haspelmath (2008), segundo a qual existem restrições universais na marcação de objetos em línguas que exibem DOM. Adotaremos ainda a teoria desenvolvida por Butt e King (2004) e Butt (2006), segundo a qual as marcações diferenciais de caso nas línguas humanas podem contribuir com a interpretação semântica das sentenças. Alinhavamos a proposta de Butt e King (2004) com o pressuposto de Saksena (1980), segundo o qual sujeitos agentes também podem ser alvos do evento. Contribuiu também para a nossa pesquisa a proposta de Legate (2008), segundo a qual nem sempre as línguas apresentam uma relação biunívoca entre Caso abstrato e caso morfológico. Finalmente, adotaremos a proposta de Woolford (2008), segundo a qual DSM pode ser explicado considerando os três níveis gramaticais: estrutura argumental, sintaxe e forma fonológica. Para tornar mais evidente o teor dessas teorias, nas próximas seções, retomo-as em detalhe.

O capítulo está organizado em cinco seções a saber: na seção 4.1, apresentamos os pressupostos de Aissen (2002); na seção 4.2, discutimos

algumas restrições na marcação de objetos conforme propõe Haspelmath (2008); na seção 4.3, exibimos a teoria formulada por Butt e King (2004) e Butt (2006); na seção 4.4, destacamos a proposta de Saksena (1980); na seção 4.5, apresentamos a proposta de Legate (2008); na seção 4.6, discutimos sobre a proposta de Woolford (2008); e finalmente, na seção 4.7, apresentamos um resumo do capítulo.

4.1 PROPOSTA DE AISSSEN

Aissen (2002) propõe uma abordagem formal para a tipologia de marcação diferencial de objeto, acompanhando a teoria da Otimalidade. A autora argumenta que DOM consiste em um fenômeno, no qual alguns argumentos podem receber marcas de caso diferentes para codificar nuances semânticas distintas. Conhecido também como alternância de marcação de caso, o DOM é, segundo Aissen, comum em muitas línguas. Por esta razão, a autora propõe que há casos em que sua função é desfazer ambiguidade entre sujeito e objeto. Por outro lado, há também casos em que DOM ocorre mesmo em situações onde sua ausência não levaria à ambiguidade.

Isso significa que a função de DOM vai além de deixar claro, em uma sentença, qual argumento é o sujeito e qual é o objeto. Butt (2006:74), por exemplo, propõe que as línguas tendem a usar alternância de caso, tanto em sujeitos quanto em objetos, para expressar contrastes semânticos. Aissen

(2002:3) examina línguas em que o fenômeno do DOM está conectado com traços de definitude e animacidade que o objeto exibe e postula que ‘a proeminência mais alta que motiva DOM para objetos é exatamente a proeminência que é não marcada para sujeitos’¹². Em outras palavras, normalmente são marcados os objetos que possuem os traços mais previstos para o sujeito e menos previstos para o objeto. Por causa da associação do sujeito com agentividade e topicalidade, a autora acredita que animacidade e definitude são propriedades não marcadas para sujeito. Por outro lado, estas são propriedades marcadas para objeto. Aissen (2002) cita línguas em que a marcação ou não dos objetos está estreitamente relacionada a essas propriedades. Em cingalês¹³, por exemplo, somente objetos animados podem ser marcados por [wa], conforme exemplificado em (1). Em (1a) o objeto é animado e recebe a partícula [wa]. Entretanto, a sentença em (1b) é agramatical visto que o objeto é inanimado¹⁴. Já no hebreu, marcação do objeto é obrigatório em objetos que sejam definidos, como em (2a) e é dispensada em (2b) já que o objeto é indefinido. Ainda em romeno, Consoante Farkas (1978), marcação do objeto é obrigatório para pronomes pessoais animados e para nomes próprios, opcional para outros e excluído para a terceira pessoa.

¹²Aissen (2002:3) afirma: ‘*the high prominence which motivates DOM for objects is exactly the prominence which is unmarked for subjects.*’

¹³ Língua falada no Sri Lanca, antigo Ceilão.

¹⁴ Fonte: Prabath, Kanduboda A, B. *On the usage of singales differential object markers object marker /was/ vs. object marker /ta/*. Global Gateway Program, Japan, 2013.

(1)

- a) *amara* *samara-wa* *thallukara*
 Amara (\emptyset NOM, anim) Samara (ACC, anim) push (V + PAST)
 Amara pushed Samara.

(Prabath, 2013:1084)

- b) **amara* *measaya-wa* *thallukara*
 Amara (\emptyset NOM, anim) table (ACC, inan) push (V + PAST)
 Amara pushed the table.

(Prabath, 2013:1085)

(2) a) *Kaniti et ha-sefer etmol* (DEF)

bought-I ACC the-book yesterday'
 'I bought the book yesterday.'

(Givón, 1978:305)

b) *Kaniti sefer-xad etmol* (REF-INDEF)

bought-I book-one yesterday
 'I bought a book yesterday.'

(Givón, 1978:305)

Comrie (1989, p. 128), *apud* Aissen *op. cit.*, explica que, na maioria das construções transitivas, o sujeito tende a ser o mais alto na escala de animacidade e definitude, enquanto o objeto tende a ocupar uma posição mais baixa nessa escala. Consequentemente, o desvio neste padrão leva a construções mais marcadas, o que explica o fato de a marcação de objetos atípicos ser necessária para facilitar a identificação do argumento que ocupa a posição sintática de objeto. Aissen postula que dois princípios operam quando DOM é acionado: o princípio da iconicidade e o princípio de economia. Estes princípios dão conta do fato de que será marcado o

argumento (o sujeito ou o objeto) que possuir traços menos previstos na escala de proeminência. Desta maneira, quanto mais atípicos forem os traços de um objeto ou de um sujeito, mais provável de que estes argumentos sejam marcados nas línguas. Por esta razão, a escala de proeminência opera na associação de funções de sujeito e objeto. Aissen¹⁵ (2002) propõe que, embora as restrições sejam universais, elas podem ser violadas conforme diferenças em cada língua. Para dar conta deste fato, a autora assume as seguintes escalas relacionais:

- (3) Escala relacional: sujeito > objeto
- (4) Escala de animacidade: humano > animal > inanimado (Croft 1988).

As duas escalas acima produzem, por sua vez, duas hierarquias de acessibilidade: uma para o sujeito e outra para o objeto. Cada uma expressa a marcação relativa de possíveis associações com os vários graus de animacidade dos argumentos nas funções sintáticas de sujeito e de objeto, a saber:

- (5) a. SU/HUM SU/ANIM SU/INAN
- b. OJ/INAN OJ/ANIM OJ/HUM

¹⁵Aissen (2002:8) assume o seguinte:

‘according to these hierarchies, if any clauses are to be avoided because of the animacy of the subject and/or object, it will be clauses with inanimate subjects and/or human objects.’

Notem que, na escala do sujeito em (5a), é possível perceber que sujeitos humanos são menos marcados que os animados, que por sua vez são menos marcados do que os inanimados. Já, na escala dos objetos em (5b), nota-se o oposto. Aissen assume ainda a escala de definitude, conforme expresso em (6):

- (6) PRONOUN > NAME > DEFINITE > INDEFINITE SPECIFIC > NONSPECIFIC
 PRO > PN > DEF > SPEC > NSPEC¹⁶

Acompanhando a proposta de Farkas (1997), Aissen propõe que, na escala acima, os pronomes de primeira e segunda pessoa são mais salientes no discurso, enquanto a terceira pessoa é limitada a um não-participante. No caso de nomes próprios, o valor é fixado por convenção. Já DPs definidos requerem uma familiaridade, cujo valor é determinado pelo discurso prévio. DPs indefinidos, por sua vez, estão sujeitos a um requisito de novidade, mas o grau para o qual o valor é marcado no discurso pode ser fixo ou pode variar. Em suma, a inter-relação entre funções de sujeito e de objeto e a escala de definitude produz duas hierarquias de marcação, uma do sujeito e outra do objeto, conforme descrito a seguir:

- (7) a. SU/PRO SU/PN SU/DEF SU/SPEC SU/NSPEC
 b. OJ/NSPEC OJ/SPEC OJ/DEF OJ/PN OJ/PRO

¹⁶ PRO: pronome; PN: nome definido; SPEC: indefinido específico (antecedente fraco); NSPEC: indefinido não específico (sem antecedente, genérico).

De acordo com (5a), pronomes pessoais são os tipos menos marcados de sujeito, enquanto os DPs indefinidos não específicos são os mais marcados. O inverso ocorre para o objeto em (5b), já que pronomes pessoais são os tipos mais marcados de objeto, enquanto objetos indefinidos não-específicos são os NPs menos marcados. Dessa hierarquia de marcação, a sub-hierarquia de restrição em (8) é derivada pela inversão da classificação e interpretação de elementos.

- (8) a. *SU/NSPEC » *SU/SPEC » *SU/DEF » *SU/PN » *SU/PRO
 b. *OJ/PRO » *OJ/PN » *OJ/DEF » *OJ/SPEC » *OJ/NSPEC

As restrições em (8) formam a base para a explicação de ocorrência de DOM, a qual é inteiramente, ou em parte, determinada pelo traço de definitude ou não do NP. As duas restrições mais altas em (8a) penalizam sujeitos indefinidos (não específicos e específicos, respectivamente). Aissen argumenta que existem línguas que realmente excluem sujeitos indefinidos não específicos. Diesing e Jelinek (1995) *apud* Aissen (2002), observam que o árabe egípcio exclui DPs indefinidos em posição de sujeito a menos que sejam interpretados como partitivos. Também a língua tagalog¹⁷, conforme mostram Foley e Van Valin (1984), *apud* Aissen (2002), possui uma preferência por sujeitos definidos. Essa língua exclui sujeitos indefinidos não específicos, mas aparentemente permite sujeitos indefinidos quando

¹⁷ Um dos principais idiomas falado nas Filipinas.

estes são específicos¹⁸. Há línguas que excluem os dois tipos de sujeitos indefinidos.

Outra evidência a favor desta hipótese advém de dados de línguas como chamorro¹⁹ (Chung (1984, 1998)), mam²⁰ (England 1983) e halkomelem²¹ (Gerdts 1988a). Consoante Aissen, estas línguas excluem cláusulas transitivas em que o objeto é um pronome de terceira pessoa e o sujeito, um DP não pronominal. As principais restrições em (8b), conforme explica Aissen (2002), penalizam objetos definidos de vários tipos e devem ser relevantes em uma língua como tagalog²², em que pacientes definidos não podem ser realizados como objeto, mas sim como sujeito, conforme exemplificado abaixo:

(9)

a) *S<um>ira siya ^(?)ng / *sa bahay / *ng kaniya-ng bahay.*
 S_{stem}<AV>destroy 3s.NOM GEN/DAT house/GEN 3s.NONACT-LK house
 ‘(S)he destroyed a/*the/ *her(his) house.’

b) *S<in>ira niya ang bahay/ ang kaniya-ng bahay.*
 S_{stem}<UV>_[REAL]destroy 3s.GEN NOM house/NOM 3s. NONACT-LK house
 ‘(S)he destroyed the house/ her(his) house.’

(Latrouite, 2012:17)

¹⁸ Indefinido específico: um dentre um grupo, antecedente fraco. Indefinido não específico: sem antecedente, genérico (Fonte: Enç, 1991).

¹⁹ Chamorro: língua de base austronésia e malaio-polinésia, com influência espanhola falada na ilha de Guam e nas ilhas Marianas do Norte, na Oceania.

²⁰ Mam: língua falada pelo povo mam nas terras altas da Guatemala ocidental e em partes de Chiapas no México.

²¹ Halkomelem: É uma língua ameríndia que pertence à família das línguas salishanas.

²² Tagalog: Língua falada na república das Filipinas.

Note, pelos exemplos acima, que sentenças com objetos paciente definidos (como: *the house* e *her (his) house*) somente são gramaticais se receberam a marca do nominativo. Caso recebam dativo ou genitivo, as sentenças tornam-se agramaticais.

Adicionalmente, o ranqueamento das restrições, em (8b), denota que as ocorrências de objetos pronominais e definidos tendem a ser marcadas formalmente nas línguas humanas. Esta marcação pode ser realizada por meio de marcas de caso, por meio do sistema de concordância ou ainda pela posição do objeto antes ou depois do verbo, o que resulta em muitas línguas numa alternância na ordem do objeto e do verbo. Assim sendo, em muitas línguas, nota-se que, quando o objeto é definido, a ordem precisa ser [OV], ao passo que, quando o objeto é indefinido, a ordem tende a ser [VO]. Assim sendo, as opções de marcações variam de língua para língua. Em amárico, por exemplo, somente objetos definidos recebem marca de acusativo e engatilham concordância com o verbo, como mostram as sentenças a seguir:

- (10) *Lamma wiffa-w-in j-aj-əw-al. (*wiffa-w)*
 Lemma dog-DEF-ACC 3mS-see-3mO-AUX(3mS) dog-DEF
 ‘Lemma sees the dog.’

(also WL:186, MA05:299, Kramer 2010:1)

- (11) *Lamma wiffa j-aj-al. (*j-aj-əw-al)*
 Lemma dog 3mS-see-AUX(3mS) 3mS-see-3mO-AUX(3mS)
 ‘Lemma sees a dog.’

(also WL:182, 187, MA05:299, Kramer 2010:9)

Note que, em (10), o objeto recebe a marca de definido (*w*) e, adicionalmente, a marca de Caso acusativo (*in*) e engatilha concordância com o verbo. No exemplo em (11), o objeto é indefinido e, por essa razão, não recebe marca de acusativo e nem engatilha concordância.

A proposta de Aissen (2002) para DOM com base em escalas de proeminência será bastante relevante para nossa pesquisa, uma vez que, em Ka’apor, objetos que possuem os traços menos previstos para objetos e mais esperados para o sujeito tendem a vir marcados pela partícula [*ke*]. Mais precisamente, o que se observa é que os objetos mais humanos e mais definidos nessa língua são os mais marcados, especialmente os objetos pronominais de primeira e segunda pessoa, conforme se vê pelos exemplos abaixo:

- (12) *ihẽ ne ke a-karãj*
 1SG 2SG AFT 1SG-arranhar
 ‘Eu arranhei você.’

(Caldas, 2009:235)

- (13) *ne ihẽ ke re-karãj tĩ*
 2SG 1SG AFT 2SG-arranhar REP
 ‘Tu me arranhaste também.’

(Caldas, 2009:235)

Note que, curiosamente, parece haver realmente forte correlação entre marcação diferencial por meio da partícula [*ke*] e o fato de o objeto ser definido ou não na língua Ka’apor. Nesta linha de investigação,

assumiremos, no decorrer desta pesquisa, que esta língua tende a marcar diferencialmente o objeto, quando este argumento é definido e humano.

4.2 PROPOSTA DE HASPELMATH

Haspelmath (2008) propõe que as línguas tendem a ter marcações eficientes e DOM é uma dos recursos para efetuar essas marcações. Ele postula ser universal a proposta de Silverstein (1976), segundo a qual se, numa língua um objeto é marcado, então todos os objetos que são altos na escala de animacidade e definitude devem vir necessariamente marcados. A proposta de Silverstein, segundo a qual as línguas marcam sempre objetos altos na escala de definitude, pode ser confirmada com os quadros de traços de objetos marcados em diferentes línguas apresentados por Haspelmath (2008:03) e repetidos abaixo. As informações expressas nesses quadros seguem as duas escalas de hierarquias propostas por Aissen (2002), a de animacidade e a de definitude. No quadro 3, é apresentada a marcação dos objetos em diferentes línguas considerando a escala de animacidade. De acordo com essa escala, quanto mais humano for o NP, mais alto será na hierarquia de animacidade e mais provável de ser marcado, caso esse NP ocorra na posição sintática de objeto.

(14)

Escala de animacidade

humano>animado>inanimado

No quadro 3 abaixo, está representada a marcação dos objetos considerando os traços de animacidade em diferentes línguas.

	human	animate	inanimate
Vietnamita	-	-	-
Espanhol	m	-	-
Russo	m	m	-
Húngaro	m	m	m

QUADRO 3: Traços de animacidade e marcação de objeto

É possível verificar pelas informações do quadro acima que, se as línguas marcam objetos, os mais animados são marcados. Os inanimados são marcados somente se a língua marca todos os objetos. Isto significa que as línguas não marcam objetos inanimados se os animados não forem marcados.

Já no quadro 4 abaixo, foi considerada a marcação de objetos em diferentes línguas, considerando a escala de definitude. Nessa escala são considerados mais altos os argumentos já dados ou mais conhecidos em um discurso prévio.

(15)

Escala de definitude

pronome > nome próprio > definido > específico > não específico

	pronoun	proper	definite	specific	non-specific
Vietnamese	-	-	-	-	-
English	m	-	-	-	-
older German	m	m	-	-	-
Persian	m	m	m	-	-
Turkish	m	m	m	m	-
Hungarian	m	m	m	m	m

QUADRO 4: Definitude e marcação de objeto

As informações, expressas no quadro acima, têm o objetivo de mostrar que, se a língua possui necessidade de marcar objetos, os mais altos em definitude tendem a vir sempre marcados. Objetos não específicos serão marcados caso a língua marque todos os objetos.

De acordo com as duas escalas arroladas acima, a previsão é a de que nunca acontecerá uma situação em que argumentos que ocupam posições baixas na escala de definitude virem marcados, enquanto aqueles argumentos que ocupam uma posição alta nesta mesma escala não são marcados. Em suma, esta propriedade tipológica pode ser mais bem percebida pela seguinte generalização de Comrie (1986:128):

‘...the most natural kind of transitive construction is one where the A is high in animacy and definiteness, and the P is lower in animacy and definiteness; and any deviation from this pattern leads to a more marked construction... the construction which is more marked in terms of information flow should also be more marked formally.’

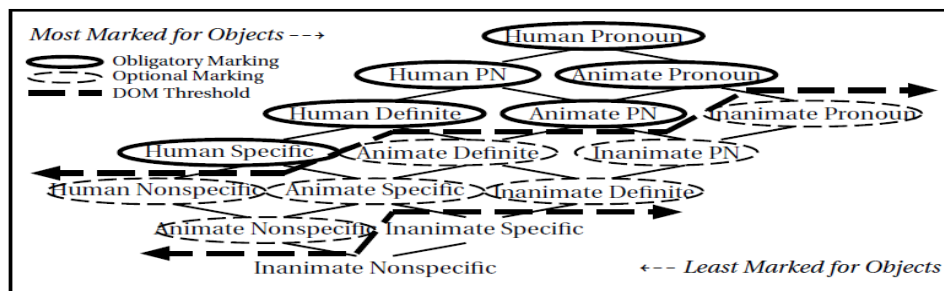
Os quadros 3 e 4 acima expressam exatamente o que propõe Comrie. As línguas tendem a marcar formalmente os objetos que ocupam as posições

mais altas na escala de animacidade e de definitude porque estes possuem os traços semânticos que, em geral, são menos esperados para esse tipo de argumento. A preferência por objetos mais inanimados e indefinidos e, contrariamente, sujeitos mais humanos e pronominais pode ser confirmado pelas informações do quadro 5 abaixo. Zeevat e Jäger (2002) *apud* Haspelmath (2008) mostram a frequência de ocorrência de tipos de sujeito e de objeto na fala sueca, considerando os traços de animacidade e de definitude.

	animate	inanimate	pronoun	NP	definite	indefinite
subject	2948	208	2984	167	3098	53
object	317	2834	1512	1639	1830	1321

QUADRO 5: Tipos de sujeito e de objeto considerando os traços de definitude e de animacidade.

Em suma, o que a literatura vem mostrando é que são marcados preferencialmente os DPs objetos que ocupam as posições mais altas nas hierarquias de animacidade e de definitude. O quadro apresentado a seguir, retirado de Aissen (2003b), mostra como se dá a marcação diferencial do objeto em Hindi. Note que, nesta língua, DOM é condicionado tanto pela escala de definitude como pela escala de animacidade.



QUADRO 6: Marcação de objeto em Hindi.

Para exemplificar a marcação de objeto em Hindi, transcrevemos abaixo algumas sentenças. Em (16a), o objeto é indefinido e não é marcado. Por outro lado, o exemplo em (16b) possui objeto que permite leitura definida e, por essa razão, é marcado pela partícula [ko].

(16) a. *Ravii-ne kaccaa kelaa kaataa.*
Ravi-ERG unripe banana cut
 Ravi cut an unripe banana.

b. *Ravii-ne kacce kele-ko kaataa.*
Ravi-ERG unripe banana-ACC cut-PERF
 Ravi cut the unripe banana.

(Mohanani 1994a, pp. 87-88)

Situação semelhante é a que ocorre na construção (17) abaixo. O objeto é definido e precisa ser marcado pela partícula [ko] para que seja gramatical.

(17) *Adnaan-ne Naadyaa-ko/*Naadyaa bazaar-mē dekhaa.*
Adnaan-ERG Naadyaa-ACC/Naadyaa market-in saw.PERF
 Adnaan saw Naadyaa in the market place.

(Butt 1993, p. 96)

Tendo em conta o quadro e os exemplos acima, nossa hipótese é a de que o DOM em Ka'apor segue as mesmas restrições que se observam em Hindi.

4.3. PROPOSTA DE BUTT E KING

Contribui também, com nossa análise, a proposta Butt e King (2004) e Butt (2006). Consoante estes autores, há estreita correlação entre engatilhamento de marcas de Caso nas línguas e a interpretação semântica das sentenças²³. Isso significa que, em muitas línguas, a atribuição do papel temático aos argumentos nucleares pode determinar a escolha das marcas de Caso que determinado argumento recebe na sintaxe. Nessa linha de investigação, Butt (2006) analisa ocorrências de alternâncias de Caso em Hindi e propõe que essas alternâncias têm como base fatores de natureza semântica. Butt *op. cit.* mostra que marcadores de Caso contribuem para a interpretação semântica da sentença, o que a leva a postular que Caso não pode ser visto apenas como um fenômeno puramente estrutural ou lexical. Segundo a autora, uma abordagem puramente estrutural não seria capaz de explicar, por exemplo, o fato de um sujeito ergativo corresponder ao agente em muitas línguas. Por esta razão, Butt considera ser importante ter em conta fatores tais como a interpretação aspectual da sentença, o tipo

²³Butt (2006:74) propõe que as línguas tendem a usar alternância de Caso, tanto em sujeitos quanto em objetos, para expressar contrastes semânticos. Os autores assumem o seguinte: '*Languages tend to use case alternations (on subjects as well as objects) in order to express semantic contrasts.*'

semântico do verbo e o tipo de Caso que o argumento recebe. Butt (2006) mostra que a correlação entre marcas de Caso e atribuição de papel temático é o que se dá em alguns dialetos do Urdu/Hindi. Nesses dialetos, o Caso do sujeito pode alternar, de tal sorte que a ocorrência do ergativo ou do dativo está diretamente conectada com a natureza semântica do sujeito. Em Hindi, esta alternância pode ser mais bem percebida pelo contraste nos exemplos a seguir. Note que o Caso ergativo em (17) sinaliza que o sujeito é agente e que tem controle sobre a ação, enquanto o Caso dativo em (18) denota que o sujeito é afetado.

- (17) *nadya=ne* *zu* *ja-na* *he*
 Nadya.F.Sg=Erg zoo.M.Sg.Obl go-Inf.M.Sg be.Pres.3.Sg
 ‘Nadya wants to go to the zoo.’
(Butt, *et al*, 2004:2)

- (18) *nadya=ko* *zu* *ja-na* *he*
 Nadya.F.Sg=Dat zoo.M.Sg.Obl go-Inf.M.Sg be.Pres.3.Sg
 ‘Nadya has to go to the zoo.’
(Butt, *et al*, 2004:2)

O que os exemplos acima evidenciam é que um mesmo argumento pode ter interpretação semântica diferente, dependendo da marca de Caso que recebe. Em (17) *Nadya* recebe a marca de caso [ne], a qual denota que o sujeito tem o desejo de ir ao zoológico. Já em (18), *Nadya* recebe a marca [ko] que contribui para fornecer a informação de que este argumento é o afetado no evento, por necessitar de ir ao zoológico. Já em Urdu, é o Caso

4.4 PROPOSTA DE SAKSENA

Saksena (1980) postula que o traço semântico característico de sujeitos de verbos transitivos de ação não perfaz uma categoria única, pois pode equivaler a um sujeito agente típico ou a um sujeito agente afetado. A diferença entre esses dois tipos de sujeito está diretamente relacionada à maneira como são afetados pela atividade do verbo. Conforme este autor, os sujeitos agentes afetados são também beneficiários das atividades verbais e constituem a meta para a qual essas atividades são direcionadas. Eventos denotados pelos verbos como ‘comer’, ‘beber’, ‘ler’ não são somente direcionados a seus objetos ‘comida’, ‘bebida’, ‘livro’, mas também a seus agentes. Esses agentes não são apenas aqueles que executam as atividades, são também beneficiários dessas mesmas atividades e sofrem alguma mudança.

Por outro lado, atividades de verbos como ‘rasgar’, ‘lavar’, ‘limpar’ estão direcionadas somente aos seus pacientes e não aos seus agentes. Como resultado, os agentes dessas atividades não são afetados, não são beneficiários e não sofrem mudança de estado. Algumas línguas inclusive formalizam a distinção entre agentes afetados e agentes não afetados. Saksena (1980) cita, por exemplo, o Hindi em que há nítida distinção entre os dois tipos de sujeitos. O sujeito ‘causee’, quando é afetado, deve vir

marcado com *-koo*²⁴ como em (21). Por outro lado, quando o sujeito ‘causee’ é um agente não afetado é marcado por *-see*, como exemplificado em (22):

(21) *mal-nee raam-koo khaanaa khil-aa-yaa.*
 I-AGT Ram-D/A food eat-DC-PAST
 ‘I fed Ram.’

(22) *mal-nee raam-see peer kat-aa-yaa.*
 I-AGT Ram tree cut-DC-PAST(m.)
 ‘I made Ram cut the tree.’

A proposta de Saksena (1980) será relevante para a análise de DSM em Ka’apor, uma vez que o traço de afetação do sujeito é determinante para a marcação diferencial do sujeito em verbos de ação, conforme veremos no capítulo 7. O Ka’apor distingue morfologicamente agentes afetados dos não afetados, marcando com a partícula [ke] quando o sujeito for, além de agente, afetado pela atividade do verbo.

²⁴ O dativo em Hindi pode ser realizado por *-koo* ou por *-ko*, conforme mostram os exemplos:

Ravii gaay-ko khariidna caahtaa hai
 Ravi.ABS cow-DAT buy-nofin wish-imperf be-pres
 Ravi wishes to buy the cow (a particular cow). (Mohanan 1994:80-81)

mia-nee siitaa-koo santaraa di-yaa.
 I-AGT Sita-D/A orange give-PAST(m.)
 ‘I gave Sita an orange.’ (Saksena, 1980:815)

raam-koo gussaa aayaa.
 Ram-D/A anger come-PAST(m.)
 ‘Anger came to Ram.’ (= Ram got angry.) (Saksena, 1980:815)

4.5 PROPOSTA DE LEGATE

Legate propõe uma teoria segundo a qual a atribuição de Caso abstrato é determinada sintaticamente e realizados em um componente morfológico pós-sintático. Evidências a favor dessa argumentação surgem das ocorrências em línguas ergativas-absolutivas em que o caso absolutivo, corresponde ao *default*, de sorte que pode ser a realização de um ou mais Casos abstratos. Nesse tipo de língua, como o Georgian, o sujeito de verbo intransitivo e objeto de verbo transitivo carregam o mesmo caso morfológico por causa da ausência de caso morfológico nominativo e de caso morfológico acusativo. Isso significa que a forma de caso padrão para o absolutivo e para o nominativo é o *default*, sem nenhuma realização no componente morfológico. Apesar de S e O apresentarem o mesmo caso morfológico, o Caso abstrato desses DPs não são os mesmos.

Por outro lado, Legate mostra também que há situações em que os mesmos argumentos recebem marcas morfológicas de caso diferentes. Conforme a autora, esse fenômeno pode ser o resultado de dois processos distintos. Um desses processos é a atribuição diferenciada do Caso abstrato '*differential Case assignment*'. O outro é a atribuição de Caso abstrato uniforme, mas realização diferente dos traços morfológicos '*differential case marking*' (Legate, 2008:83). O primeiro fenômeno consiste na cisão do Caso abstrato, isto é, alguns itens podem se flexionar seguindo o modelo ergativo-absolutivo e outros itens seguindo o modelo acusativo-nominativo.

Em Maragny²⁵, por exemplo, pronomes flexionam-se de acordo com o modelo nominativo-acusativo. Por outro lado, nomes flexionam-se conforme o modelo ergativo-absolutivo. Esse tipo de cisão pode ser exemplificado pelas seguintes sentenças:

(23)

- a) *matya ngaya balgann gandala yurdi*
 before 1sg.NOM hit.Hab.Past meat.ABS
 ‘I used to kill a lot of kangaroos.’
 (Breen, 1981:307 *apud* Legate, 2014:184)

- b) *matya inda nganha wa:la*
 before 2sg.NOM 1sg.ACC give.Past
 ‘You gave me [money] before.’
 (Breen, 1981:306 *apud* Legate, 2014:184)

- c) *nguda-nggu yurdi gamba:nhi*
 dog-ERG meat.ABS bury.Rec.Past
 ‘The dog buried the meat.’
 (Breen, 1981:307 *apud* Legate, 2014:184)

Outro exemplo é o que ocorre em Hindi. Nesta língua, os objetos podem ser dativo ou absolutivo e a escolha depende da especificidade e da animacidade do objeto, como ilustrado a seguir:

- (24) *ravii gaay / gaay-ko khariidnaa caahtaa hai*
 ravi.ABS cow.ABS / cow-DAT buy.NONFIN wish.IMPERFECT be.PRES
 ‘Ravi wishes to buy a cow (no particular cow) / a particular cow.’
 (Mohan 1994:80, 81)

²⁵ Maragny ou Maric é uma língua do ramo do Pama-Nyungan família de línguas australianas.

A autora explica que a escolha entre dativo e absoluto depende de propriedades externas ao DP, como a escolha do verbo. Dessa forma, a marcação de caso diferenciada em objetos em Hindi é determinada pela natureza semântica do DP e pela escolha do verbo. Pelo tipo de verbo porque em construções com o verbo ‘likhaa’ (escrever), por exemplo, mesmo quando o objeto é específico, o dativo não ocorre. Isso pode ser comprovado pelo exemplo a seguir:

- (24) *ilaa-ne yah khat /*is khat-ko likhaa*
 Ila-ERG this.ABS letter /this.NON-ABS letter-DAT write.PERF
 ‘Ila wrote this letter.’

(Mohanani 1994:81)

Outro fenômeno citado por Legate é a atribuição de Caso abstrato uniforme com realização morfológica diferente. Há línguas que exibem ergativo em A, nominativo em S e acusativo em O, porém pode haver variação morfológica conforme o tipo nominal. Esse fenômeno acontece, por exemplo, em Djapu, que exibe cisão ergativa condicionada pelo tipo do NP. Nomes específicos, humanos e altos na hierarquia de animacidade exibem distinções para caso ergativo, nominativo e acusativo. Outros tipos de nome (demonstrativos, baixos em animacidade e inanimados) possuem um paradigma empobrecido. O demonstrativo, por exemplo, mesmo recebendo traço de Caso abstrato acusativo possui morfologia distinta. Na

ausência de realização morfológica para o Caso acusativo no demonstrativo, ele é realizado como um ‘default’ morfológico.

Em relação à língua Ka’apor, há evidências de que as duas possibilidades de marcação dos objetos é o que Legate analisa como sendo realizações morfológicas diferentes para o mesmo Caso abstrato. A língua Ka’apor é uma língua que possui o sistema nominativo-acusativo: ‘A’ e ‘S’ recebem o Caso nominativo e ‘O’ recebe o Caso acusativo. Entretanto, o objeto pode ser marcado diferencialmente, dependendo da interpretação semântica que denota. Ou seja, embora o objeto ocorra com [ke] ou sem esta partícula, o Caso é uniformemente acusativo. Detalhes dessa análise serão desenvolvidas no capítulo 8.

4.6 PROPOSTA DE WOOLFORD

Para explicar a marcação diferencial do sujeito, lançamos mão da proposta de Woolford (2008), segundo a qual não existe uma regra especial ou um princípio para esse fenômeno. A autora explica, entretanto, que DSM pode estar associado aos três níveis gramaticais: a estrutura argumental, a sintaxe ou a PF (forma fonológica).

Conforme Woolford, DSM está associado à estrutura argumental quando a diferença na marcação dos sujeitos ocorre no momento da atribuição de papel temático, como ocorre em Hindi, por exemplo. Alguns

sujeitos recebem o Caso ergativo, outros o Caso dativo e outros o nominativo, como exemplificado a seguir:

- (23) a. *Siitaa-ko la.rke pasand the*
 Sita-DAT boys(NOM) like be(past,masc.pl)
 ‘Sita likes the boys.’

(Mahajan 1991 (7))

- b. *Siitaa-ne laRkii-ko dekhaa*
 Sita(fem)-ERG girl-DAT see (perf, 3sg.masc.)
 ‘Sita saw the girl.’

(Mahajan 1990:87)

- c. *Siitaa kelaa khaatii thii*
 Sita(NOM,FEM) banana(MASC.) eat(IMP,FEM) be(PAST,FEM)
 ‘Sita (habitually) eats bananas.’

(Mahajan 1990:72)

Ainda de acordo com a autora, DSM pode ser determinado pelo ambiente sintático. Exemplo disso é o Caso do sujeito em Inglês. Em construções encaixadas, há alternância entre o nominativo e o acusativo dependendo se a sentença tem tempo ou não.

- (24) a. He expects that **she** will win.
 b. He expects **her** to win.

Woolford explica também que há Casos em que a alternância é apenas efeito do *spell-out*, isto é, alguns Casos simplesmente não são pronunciados em alguns contextos. Isto pode ocorrer em algumas línguas quando ocorre combinação de traços marcados como, por exemplo, a

associação do Caso ergativo com a primeira e a segunda pessoa do discurso em marathi²⁶. Línguas como estas, o Caso ergativo é realizado apenas na terceira pessoa e não é pronunciado na primeira e na segunda pessoa, como mostram os exemplos.

- (25) *Mi-Ø acəvlə.*
 I(ERG) handwashed (neuter. 3sg)
 ‘I washed my hands.’

(Comrie 1984 (16))

- (26) *Ram-ne acəvlə.*
 Ram-ERG handwashed (neuter. 3sg)
 ‘Ram washed his hands.’

(Comrie 1984 (15))

Esta proposta de Woolford *op. cit.* é fundamental para a nossa compreensão do fenômeno de alternância na marcação dos sujeitos em Ka’apor.

4.7 RESUMO DO CAPÍTULO 4

Neste capítulo, foram apresentados os pressupostos teóricos que sustentam nossa proposta sobre as condições gramaticais em que DSM e sobre DOM são engatilhados em Ka’apor. A proposta de Aissen (2002) baseia-se na ideia de que as línguas que possuem DOM marcam objetos quando esses possuem traços mais proeminentes para o objeto. Já Butt e King (2004) e Butt (2006) atribuem às marcas de caso das línguas a função de contribuir para a interpretação semântica das sentenças. Haspelmath

²⁶ Língua falada em Maharashtra que fica na costa central ocidental da Índia. Pertence ao grupo de línguas indo-arianas,

(2008) mostra as restrições que envolvem marcação dos objetos nas línguas. Já em Saksena (1980) vimos que os sujeitos, mesmo quando agentes, podem também ser alvos da ação verbal. Isto significa que os agentes podem ser afetados pelo verbo ou não afetados e que algumas línguas expressam essa distinção com marcas morfológicas, como é o caso da língua Ka'apor. Apresentamos ainda a proposta de Woolford (2008), segundo a qual DSM pode estar relacionado à estrutura argumental, à sintaxe ou à *phonological form*.

No próximo capítulo, retomamos as propostas de outros pesquisadores que investigaram a função da partícula [ke] junto aos argumentos da língua Ka'apor.

CAPÍTULO 5: ESTUDOS PRÉVIOS

Este capítulo tem por objetivo retomar alguns trabalhos realizados sobre a língua Ka'apor. Interessa particularmente para esta pesquisa, os trabalhos desenvolvidos por Kakumasu (1986), Silva (2001), Duarte e Garcia (2009) e Garcia (2009). Tendo em vista que esses autores estudaram a língua Ka'apor, apresentamos, nesta seção, suas propostas a respeito do comportamento da partícula [ke] junto a argumentos nucleares dessa língua.

Este capítulo está organizada em 6 seções a saber: na seção 5.1, apresentamos a proposta de Kakumasu (1986); na seção 5.2, discutimos a proposta de Silva (2001); na seção 5.3, destacamos a proposta de Duarte e Garcia (2009); na seção 5.4, exibimos a proposta de Garcia (2009); na seção 5.5, discutimos algumas lacunas que ainda não foram devidamente esclarecidas. Na seção 5.6, apresentamos o resumo do capítulo 5.

5.1 PROPOSTA DE KAKUMASU

Kakumasu (1986) considera a partícula [ke] o único elemento da língua Ka'apor que pode ser considerado um marcador de Caso. Esse autor observou que essa partícula marca o objeto, principalmente em sentenças transitivas contendo verbos de ação, conforme se vê na sentença arrolada abaixo:

- (1) *jakare ke kaitã j-api amo tĩ*
 alligator OM Caetano 3-shoot another also
 ‘Caetano also shot an alligator.’

(Kakumasu, 1986:369)

Esse pesquisador observou que, na língua Ka’apor, a presença da partícula [ke] é bastante relevante para obtermos a interpretação semântica de uma sentença transitiva. Tendo em conta este fato, o autor conduziu um teste sintático entre os falantes nativos dessa língua para verificar qual é a ordem básica dos constituintes. Para isso, forneceu sentenças em que o sujeito e o objeto vêm realizados por meio de nominais plenos, perfazendo a ordem [NP NP V], conforme mostram os dados a seguir:

- (2) *haimũ juã Ø-juka*
 Raimũ John 3-kill
 ‘Raimũ matou John.’

(Kakumasu, 1986:330)

- (3) *juã haimũ Ø-juka*
 John Raimũ 3-kill
 ‘John matou Raimũ.’

(Kakumasu, 1986:330)

Em seguida, solicitou aos falantes que identificassem qual dos dois NPs equivale ao NP com papel theta de paciente/afetado e qual corresponde ao NP com papel theta de agente. Os falantes afirmaram que em (2) foi John quem morreu e em (3), foi Raimũ. Tomando por base essas interpretações, o

autor constatou que, em Ka'apor, a ordem básica dos argumentos é SOV. Contudo, os informantes acrescentaram que, quando o objeto é marcado pela partícula [ke], fica mais claro quem morreu. Ou seja, nos contextos em que a partícula [ke] é acionada, fica mais evidente que o objeto é realmente afetado, conforme exemplificado abaixo.

- (4) *haimũ juã ke Ø- juka*
 Raimũ John AFT 3-kill
 'Raimũ matou John.'

Tendo em conta as evidências obtidas a partir do diagnóstico aplicado acima, o autor conseguiu apurar que, quando há dois nominais na sentença, e a semântica não deixa claro 'quem faz o que com quem', a partícula [ke] contribui para desfazer possíveis ambiguidades semânticas. Tal conclusão permitiu que o autor chegasse à conclusão de que a partícula [ke] exerce a função de marcador de Caso do objeto. Todavia, esse autor ressalta que essa não é a única função desta partícula, já que pode também ocorrer enclítica a sujeitos de verbos intransitivos como no exemplo (5), enclítica a sujeitos de verbos transitivos como em (6), junto a complementos de posposição como em (7) ou ainda pode ocorrer com o sujeito e o objeto em uma mesma sentença, conforme mostra o exemplo (8).

- (5) *xe ihẽ ke a-jupir katu te a-xo*
 there I FOC 1SG-climb well truly 1SG-move
 'There I was really climbing well.'

(Kakumasu, 1986:351)

- (6) *a-‘u ym ihẽ ke ma’e ke*
 1SG-EAT NEG I FOC thing OM
 ‘I didn’t eat a thing.’
 (Kakumasu, 1986:351)
- (7) *tangara riki tuti ke namõ tui*
 Tangara EMPH Tuti FOC COMMIT 3-be
 ‘It’s was Tankara that was with Tuti.’
 (Kakumasu, 1986:353)
- (8) *u’i ke wira’i ta ke u-‘u ym*
 manioc meal OM Wira’i PL FOC 3-eat NEG
 ‘Wira’i folks didn’t eat any manioc meal.’
 (Kakumasu, 1986:329)

Conforme Kakumasu, as ocorrências da partícula [ke] acima sinalizam para o fato de que a sua função seja a de destacar esses constituintes, de colocá-los em foco, conforme se vê também no exemplo a seguir:

- (9) *pe xa’e ke mano, aja ixyr pandu kãjã pe*
 and Xa’e FOC 3-die thus Ixyr 3-say Kãjã to
 ‘And so Xa’e died’, ‘thus Ixyr said to Kãjã.’
 (Kakumasu, 1986:351)

Para Kakumasu (1986), a partícula [ke] acumula duas funções. Uma destas funções é colocar um constituinte em foco, como nos exemplos de (5) a (9). A outra função é identificar o objeto como no exemplo em (4). Embora esse autor tenha fornecido valiosa contribuição para a descrição da língua Ka’apor e ter sido o primeiro pesquisador a perceber que a partícula

[ke] é um marcador de Caso do objeto, notamos que ainda há muito a se investigar sobre o escopo gramatical desta partícula, de modo que questões ficaram em aberto em sua análise. Kakumasu não observou, por exemplo, que nem sempre o objeto é marcado e não percebeu que há razões semânticas envolvidas na alternância na marcação do objeto. Além disso, a função do [ke] enclítico a objetos não se limita a deixar claro, numa sentença, qual NP representa o argumento externo e qual representa o argumento interno. Há contextos em que não há ambiguidade semântica entre sujeitos e objetos e, ainda assim, objetos são marcados pela partícula [ke], como é a situação que ocorre na sentença abaixo.

- (10) *ihẽ ywy ke a-kyhim*
 1SG terra AFT 1SG-invadir
 ‘Eu invadi a terra.’

(Caldas, 2009:242)

5.2 PROPOSTA DE SILVA

Silva (2001) discute os contextos em que objetos de verbos transitivos são marcados pela partícula [ke]. Conclui que a distribuição dessa partícula permite-nos subdividir os verbos transitivos em duas subclasses. A principal conclusão de sua análise é a de que objetos de verbos prototipicamente transitivos tendem a vir marcados por [ke]. Alguns desses verbos apontados pela autora são: ‘*sosok*’ socar, ‘*monok*’ cortar, ‘*karãj*’ arranhar, torrar, ‘*pixam*’ beliscar, ‘*jiwyk*’ enforcar, ‘*kytyk*’ esfregar,

‘*japi*’ atirar em, ‘*pyhyk*’ apertar, entre outros. Por outro lado, a autora aponta outro grupo de verbos, que curiosamente, possuem características semânticas semelhantes, mas cujos argumentos podem ocorrer tanto com [ke] quanto sem esta partícula. Alguns desses verbos são ‘*ji’ok*’ arrancar, ‘*pirok*’ descascar, ‘*kutuk*’ furar, ‘*su’u*’ morder, ‘*po’ir*’ soltar, ‘*kamyryk*’ amassar, ‘*po’or*’ colher, ‘*kekar*’ caçar, procurar. A autora conclui que a função do [ke] não é exatamente a de identificar uma expressão na função de objeto, distinguindo-a do sujeito²⁷. Propõe ainda que, quando objetos são marcados pela partícula [ke], podem possuir características como mudança de estado, ser algo criado ou destruído, sofrer mudança física ou mudança de local, conforme demonstram os exemplos a seguir:

- (11) *ihẽ ne ke a-sosok ta*
 1SG 2SG AFT 1SG-socar IMIN
 ‘Eu vou socar você’
 (Silva, 2001:33)

- (12) *ihẽ a-kutuk ta ihẽ Ø-nami ke*
 1SG 1SG-furar IMIN 1SG CNT-orelha AFT
 ‘Eu vou furar minha orelha.’
 (Silva, 2001:40)

- (13) *a’e i-ky ke Ø-ji’ok*
 3 NCT AFT 3-arrancar
 ‘Ele tira seu piolho.’
 (Silva, 2001:37)

²⁷ Em relação ao [ke], Silva (2001:44) postula que:
 ‘Essa partícula é de natureza pragmática e serve essencialmente para sinalizar que alguém ou algo é afetado ou prejudicado de alguma forma, independentemente da função sintática que desempenha’.

Adicionalmente, a autora mostra que o [ke] pode marcar objetos que têm como referentes NPs humanos, animados ou inanimados, conforme mostram os exemplos a seguir:

- (14) *ihẽ ne ke a-pyhyk 'y*
 1SG 2SG AFT 1SG-pegar PERF
 'Eu peguei você.'

(Silva, 2001:33)

- (15) *awa jangwate ke Ø-hiki Ø-erur*
 gente onça AFT 3-puxar 3-trazer
 'O índio trouxe a onça consigo, puxando-a.'

(Silva, 2001:33)

- (16) *ihẽ kamuxĩ ke a-hiki*
 1SG pote AFT 1SG-puxar
 'Eu puxei o pote.'

(Silva, 2001:33)

Podemos observar, em relação à proposta da autora, que o que difere os dois grupos de verbos são, na verdade, os traços dos objetos e não a exatamente a natureza semântica do verbo. O verbo '*pixam*' beliscar, por exemplo, tende a selecionar um objeto [+HUMANO] e o verbo '*pirok*' descascar, um objeto [-HUMANO]. Veremos, no próximo capítulo, que esse traço semântico é bastante relevante na medida em que é determinante no engatilhamento da partícula [ke] enclítica a NPs na função sintática de objeto.

Silva (2001) acrescenta ainda que a ocorrência da partícula [ke] é motivada pragmaticamente, de sorte que sua função é codificar o significado de afetação, dano ou prejuízo a um dos constituintes imediatos da frase, independentemente da função sintática que esse argumento exerce na frase. Tal assunção fica particularmente instanciada quando observamos os exemplos abaixo:

MARCANDO OBJETO DE VERBO TRANSITIVO

- (17) *a-monok ne ke*
 1SG-cortar 2SG AFT
 ‘Eu corto você’

(Silva, 2001:33)

MARCANDO SUJEITO DE VERBO INTRANSITIVO

- (18) *ihẽ Ø-ma'eahy ihẽ ke*
 1SG CT-ter doença 1SG AFT
 ‘Eu adoeci.’

(Silva, 2001: 48)

MARCANDO SUJEITO DE VERBO TRANSITIVO

- (19) *ihẽ ke u'i a-karãj*
 1SG AFT farinha 1SG-torrar
 ‘Eu torro farinha.’

(Silva, 2001:51)

A partícula [ke] pode ainda, segundo a autora, ter a função de chamar atenção do ouvinte sobre o elemento marcado para provocar-lhe algum estímulo. Tal situação é a que ocorre no exemplo (20), em que a partícula [ke] adiciona a afirmação de que o falante sente-se contrariado por

se retirar. Já na sentença (21), observa-se que o uso dessa partícula está diretamente conectado ao fato de a sentença ter sido proferida em uma situação de polidez, quando o falante recusa um convite para comer.

(20) *ihẽ ke a-ho ta rĩ*
 1SG AFT 1SG-ir IMIN IMP
 ‘Eu já vou!’

(Silva, 2001:56)

(21) *ihẽ ke a-'u 'y*
 1SG AFT 1SG-comer PERF
 ‘Eu já comi’

(Silva, 2001:56)

Em síntese, segundo a proposta de Silva (2001), pode-se concluir que a partícula [ke] está diretamente associada ao traço de afetação dos argumentos nucleares. Tal interpretação de afetação deve ser obtida pelo componente pragmático da gramática. Esta proposta, embora tenha nos fornecido pistas para nossa investigação, possui algumas lacunas. A autora não esclarece, por exemplo, as razões pelas quais alguns objetos são marcados enquanto outros não são, mesmo estando envolvido o traço de afetação. Assumimos, portanto, que a partícula [ke] não está relacionada apenas à afetação dos argumentos nucleares, mas também aos traços de animacidade e de definitude. São estes os traços que determinam a obrigatoriedade ou não da presença da partícula [ke] junto aos objetos. Detalhes dessa proposta serão apresentados no capítulo 6.

5.3 PROPOSTA DE DUARTE E GARCIA

Duarte e Garcia (2009) propõem que a partícula [ke] constitui importante diagnóstico morfossintático para determinar se um verbo intransitivo é inacusativo ou inergativo. Assim sendo, os autores propõem que os inacusativos podem receber essa partícula, conforme os exemplos abaixo:

- (22) *ihẽ* *Ø-py* *ke* *Ø-syryk* *o-ho*
 1SG CT-pe AFT 3-escorregar 3-ir
 ‘Meu pé escorregou.’

(Silva, 2001:47)

- (23) *ihẽ* *Ø-haj* *ke* *upa* *u-'a*
 1SG CT-roupa AFT tudo 3-rasgar
 ‘Meu vestido rasgou.’

(Caldas, 2001:36)

Sujeitos de verbos de construções inacusativas como em (22) e (23), segundo a proposta de Duarte e Garcia, recebem a partícula [ke] porque recebem papel temático de afetado, isto é, não possuem controle sobre o evento. Por outro lado, sujeitos de verbos inergativos como em (24) e (25) abaixo são desencadeadores do evento e possuem controle da ação. Por esta razão, não são afetados e não são marcados por essa partícula.

- (24) *jane* *ja-jengar* *ja-in*
 1PL 1PL-cantar 1PL-estar
 ‘Nós estamos cantando’.

(Caldas, 2001:47)

- (25) *ne re-wa:wak mi?*
 2SG 2SG-rodar PROB?
 ‘Tu rodaste?’

(Silva, 2001:18)

De acordo com a proposta de Duarte e Garcia (2009), a ocorrência da partícula [ke] enclítica aos sujeitos intransitivos que possuem o papel temático [- DESENCADEADOR, +AFETADO, - CONTROLE] revela uma cisão nessa classe de verbos na língua Ka’apor. Sendo assim, a ocorrência da partícula [ke] faz a distinção entre os verbos inacusativos e os inergativos. De fato, os dados demonstram que a partícula [ke] está associada ao traço semântico de afetação do sujeito de verbos intransitivos, porque é mais recorrente junto a sujeitos de verbos inacusativos. Contudo verificamos que sujeitos de verbos inacusativos e de verbos inergativos ora são marcados pelo [ke] ora não. Por esta razão, acreditamos que outros fatores semânticos devem estar envolvidos nessas alternâncias.

5.4 PROPOSTA DE GARCIA

Curiosamente, Garcia (2009) encontra exemplos em que o [ke] pode sim vir enclítico a sujeito de verbos inergativos e de transitivos, contrariando, assim, a hipótese inicial de Garcia e Duarte (2009), segundo a qual o [ke] não coocorreria com verbos de ação, conforme os exemplos abaixo:

- (26) *Máira ke Ø-wata*
 Máira AFT 3-andar
 ‘Máira anda (com sofrimento).’
 (Informante: QK. (Garcia, 2009:165))

- (27) *ihẽ ke u’i a-karãj*
 1SG AFT farinha 1SG-torrar
 ‘Eu torro farinha’
 (Silva, 2001:51)

- (28) *Purutuke Ø-ahem*
 Purutu AFT 3-gritar
 ‘Purutu gritou [de dor].’
 (Informante: Q.K. (Garcia, 2009:161))

- (29) *a’e ta ke u-’u ta moj ke tĩ*
 3 Q AFT 3-comer IMPF cobra AFT REP
 ‘Eles vão comer cobra.’
 (Silva, 2001:53)

Nos exemplos acima, a partícula [ke] é acionada para adicionar o traço de afetação aos sujeitos, mesmo que estes sejam agentes. Nestes casos, essa partícula está estreitamente relacionada a fatores pragmáticos, já que a ação envolve sofrimento para os sujeitos.

Nota-se ainda que, além de ocorrer em construções como as citadas acima, a partícula [ke] pode ainda ocorrer enclítica a complementos de posições como no exemplo a seguir:

- (30) *ihẽ kamanai a-panu ne ke Ø-pe*
 SG feijão 1SG-pedir tu AFT CT-para
 ‘Eu pedi feijão para você.’
 (Silva, 2001:52)

Tendo em conta as ocorrências acima, Garcia (2009:160) apresenta a seguinte proposta:

Quando o clítico [ke] tem escopo sobre D/NPs em posição de sujeito de predicados transitivos e intransitivos ativos e complemento de posposições, o papel-t atribuído a esses argumentos será [AFETADO]. E para esses argumentos receberem o papel- θ [AFETADO] é necessária a ocorrência morfossintática do clítico [ke]. (Garcia, 2009:160)

5.5 LACUNAS DAS ANÁLISES ANTERIORES

Embora as análises anteriores sejam bastante interessantes, nota-se que ainda há lacunas em relação à distribuição da partícula [ke] tanto em orações transitivas quanto em orações intransitivas. A razão tem a ver com o fato de que há construções que contrariam duas previsões, a saber:

- (i) a previsão de que essa partícula estaria sempre relacionada ao traço de afetação;
- (ii) a predição de que não figuraria junto a argumentos que possuem o papel temático de agente.

Em relação aos objetos, constatamos que, apesar de a partícula [ke] vir frequentemente enclítica a esses argumentos, nem sempre ela é obrigatória nesses contextos. Tal afirmação pode ser mais bem evidenciada pelos exemplos de (31) a (33).

- (31) *ihẽ kyse a-maime*
 1SG faca 1SG-afiar
 ‘Eu afio faca.’
 (Caldas, 2009:246)
- (32) *ne u'i re-majyk* (majyk = misturar com água)
 2SG farinha 2SG-misturar
 ‘Tu esmagaste farinha.’
 (Caldas, 2009:248)
- (33) *ihẽ Ø-sawa'e kangwaruhu Ø-jukwa*
 1SG CT-marido paca 3-matar
 ‘Meu marido matou uma paca.’
 (Caldas, 2009:233)

Note que os objetos das sentenças de (31) a (33), muito embora sejam afetados, não exibem a partícula [ke]. Por outro lado, o inverso é também verdadeiro. Neste sentido, note que, nos contextos abaixo, apesar de o objeto não possuir o traço de afetação, mesmo assim vem marcado com [ke], conforme se vê nos exemplos a seguir:

- (34) *a-sak i-'a ke*
 1SG-ver G-cabelo AFT
 ‘Eu vejo cabelo dele.’
 (Caldas, 2001:5)
- (35) *ihẽ awa pyãpẽ ke ywy pe a-mahem*
 1SG gente unha AFT chão pelo 1SG-encontrar
 ‘Eu encontrei a unha pelo chão.’
 (Caldas, 2009:276)

Encontramos ainda contextos em que um mesmo verbo pode ter seus objetos marcados ou não pela partícula [ke], como nos dados mostrados a seguir:

- (36) a. *ihẽ u'i a-karãj a-xo*
 1SG farinha 1SG-torrar 1SG-estar em movimento
 'Eu estou torrando farinha.'
 (Caldas, 2009:235)

- b. *ihẽ ne ke a-karãj* (karajã = arranhar, torrar)
 1SG 2SG AFT 1SG-arranhar
 'Eu arranhei você.'
 (Caldas, 2009:235)

- (37) a. *ne h-okwen ke re-pirar re-ho*
 2SG NCT-porta AFT 2SG-abrir 2SG-ir
 'Você vai indo abrir a porta.'
 (Silva, 2001:38)

- b. *h-okwen ko a-pirar a-xo*
 NCT-porta aqui 1SG-abrir 1SG-estar em mov.
 'Eu estou abrindo porta.'
 (Silva, 2001:38)

Em suma, os dados arrolados até aqui sinalizam para o fato de que a ocorrência de [ke] enclítico a objetos não está necessariamente associada à semântica de afetação, mas provavelmente a algum outro ingrediente semântico.

Já em relação aos sujeitos de verbos transitivos e de verbos inergativos, nota-se que esses argumentos podem sim vir marcados pela

partícula [ke], como mostram os exemplos abaixo, retirados de Garcia (2009):

- (38) *Maíra ke Ø-wata*
 Maíra AFT 3-andar
 ‘Maíra anda (com sofrimento).’
 (Informante: QK. (Garcia, 2009:165))

- (39) *ihẽ ke u'i a-karãj*
 1SG AFT farinha 1SG-torrar
 ‘Eu torro farinha’
 (Silva, 2001:51)

Nos exemplos em (38) e (39), a presença da partícula [ke] enclítica aos sujeitos acrescenta às sentenças a informação de que as atividades foram executadas com dificuldade e sem o controle do participante. Essa mesma leitura não seria possível se a frase fosse formulada sem o [ke].

Tendo em conta os dados analisados até o momento, a hipótese que assumiremos é a de que a língua Ka’apor exibe marcação diferencial de sujeito, DSM, e marcação diferencial do objeto, DOM. Por esta razão, o objetivo, nos próximos capítulos, é apresentar a nossa proposta sobre os fatores que motivam DOM e DSM na língua Ka’apor.

5.6 RESUMO DO CAPÍTULO 5

Em suma, os estudos citados anteriormente mostram que a partícula [ke] atribui característica de afetado aos argumentos e isso justifica o fato de essa partícula ser recorrente junto a sujeitos inacusativos e a objetos de verbos transitivos. Entretanto Garcia (2009) apresenta alguns exemplos em que a partícula [ke] ocorre também enclítica a sujeitos de verbos transitivos e a sujeitos inergativos, mostrando que esses argumentos podem também carregar o traço [+afetado]. Por outro lado, mesmo o [ke] sendo recorrente junto a objetos de verbos transitivos, observamos que essa partícula não figura em muitos desses contextos. Notamos que a língua Ka'apor na verdade exibe DSM e DOM.

Para explicar estes fenômenos e o que os motiva na língua Ka'apor, apresentamos a seguir nossas propostas teóricas. Começamos então com a proposta sobre o que regula o DOM.

CAPÍTULO 6: MARCAÇÃO DIFERENCIAL DO OBJETO

Este capítulo tem por objetivo investigar os fatores que restringem DOM²⁸ em Ka'apor, fenômeno que é postulado por Aissen (2002) como marcação diferencial de objeto. Em geral, o que se nota é que o DOM consiste na alternância na marcação do objeto em sentenças transitivas, cuja função principal, mas não única, é desfazer possíveis ambiguidades sobre qual dos argumentos ocupa a função nuclear de argumento interno. Para ancorar teoricamente a análise, acompanharei o essencial da proposta de Aissen (2002), segundo a qual as línguas que possuem DOM tendem a usar marcas diferenciais em DPs objetos que estejam em posição alta nas escalas de animacidade e definitude. Por esta razão, assumo que, na língua Ka'apor, a marcação diferencial se dá por meio da ocorrência ou não da partícula [ke], a qual sempre vem enclítica ao objeto. A hipótese que conduz esta pesquisa é a de que essa alternância é regulada pelo fato de o objeto carregar ou não traços de animacidade e de definitude.

O capítulo está organizado em cinco seções, a saber: na seção 6.1, mostramos que a partícula [ke] não está relacionada apenas à afetação, conforme apontavam outras pesquisas. Na seção 6.2, exibimos os resultados da quantificação dos dados analisados a fim de verificar se a função de DOM é desfazer possíveis ambiguidades nas sentenças. Na seção 6.3, destacamos

²⁸ Dom: '*differential object marking*.'

que objetos altos na escala de animacidade e definitude são marcados pela partícula [ke]. Na seção 6.4, discutimos a presença de [ke] em construções com duplo objeto. Na seção 6.5, apresentamos o resumo deste capítulo.

6.1. [KE] MARCA SOMENTE OBJETOS AFETADOS?

Embora estudos anteriores tenham atribuído à partícula [ke] a função de marcar afetação nos objetos de verbos transitivos, nota-se que sua função principal é marcar os traços de animacidade e de definitude do objeto. Evidência a favor desta hipótese vem do fato de que, embora os objetos sejam realmente afetados nos exemplos a seguir, a partícula [ke] não ocorre porque os objetos são inanimados e indefinidos.

- (1) *amo awa ta i-ki Ø-su'u riki*
 outro gente IMINN CT-piolho 3-morder ENF
 'Alguns Ka'apor mordem piolho.'

(Silva, 2001: 41)

- (2) *ihẽ mani'ok a-kamirik*
 1SG mandioca 1SG-amassar
 'Eu amasso mandioca.'

(Caldas, 2009:233)

- (3) *ihẽ Ø-sawa'e kangwaruhu Ø-jukwa*
 1SG CT-marido paca 3-matar
 'Meu marido matou uma paca.'

(Caldas, 2009:233)

Outra evidência a favor de que a partícula [ke] realmente sinaliza a definitude do objeto advém de sentenças em que, embora os objetos não sejam afetados, ainda sim vêm marcados por esse clítico. Tal fato constitui em mais uma evidência de que a partícula [ke] não está relacionada à afetação, conforme fora proposto inicialmente por Silva (2002), Duarte e Garcia (2007) e Garcia (2009). Na verdade, o que se observa é que a função dessa partícula é marcar objetos definidos, como os das sentenças abaixo:

- (4) *a-sak* *i- 'a* *ke*
 1SG-ver NCT-cabelo AFT
 'Eu vejo cabelo dele.'

(Caldas, 2001:5)

- (5) *ihẽ* *awa* *pyãpẽ* *ke* *ywy* *pe* *a-mahem*
 1SG gente unha AFT chão pelo 1SG-encontrar
 'Eu encontrei unha de gente pelo chão.'

(Caldas, 2009:276)

Em suma, o que os dados acima mostram é que a presença da partícula [ke] não está conectada exatamente ao traço semântico de afetação como previam as análises anteriores. Nesta linha de investigação, os dados acima revelam que o fenômeno que ocorre no Ka'apor é muito semelhante ao que ocorre em línguas como romeno, hebraico, hindi, singalês, entre outras. O que ocorre nessas línguas, similarmente ao Ka'apor, é que a marcação é também regulada pelo fato de o objeto ser ou não definido. Línguas que exibem esse fenômeno marcam preferencialmente os objetos mais humanos e mais definidos. Por esta razão, assumiremos, doravante,

que são esses os traços semânticos que determinam a presença ou não da partícula [ke] enclítica ao DP na função de objeto na língua Ka'apor.

Contudo, a forma como as línguas acionam a marcação diferencial de seus objetos varia consideravelmente de língua a língua. Algumas línguas usam morfemas ou partículas de Caso, enquanto outras acionam concordância diferencial no verbo para marcar objetos que estejam alto na escala de definitude/animacidade. Há ainda línguas em que a ordem sintática é fator determinante para que o objeto tenha leitura definida, situações nas quais o objeto tende a vir antes do verbo. Este é o caso em palauan em que a marcação de alguns objetos ocorre por meio de concordância. Nesta língua, NPs singulares específicos de sentenças perfectivas precisam mover-se para fora do VP, mais especificamente para Spec-AgroP. Em tais contextos, a concordância do verbo com o objeto é obrigatória, como no exemplo (6a) abaixo. Por outro lado, em (6b), o objeto não é específico, portanto não é engatilhada a concordância.

(6) a) *te-'illebed-ia bilis a rengalek.*
 3P-PF-hit-3S dog children
 The kids hit the dog.

b) *te-'illebed a bilis a rengalek.*
 3P-PF-hit dog children
 The kids hit a dog/the dogs/some dog(s).

(Georgopoulos 1991, p. 30 in Woolford, 1995:5)

Já em turco, objetos podem ser marcados pelo morfema acusativo -*yu*. Quando isso acontece, O NP objeto é interpretado como específico, como no seguinte exemplo em (7). Já no exemplo em (8), a ausência do morfema -*yu* permite uma leitura indefinida do objeto.

- (7) *ali bir piyano-yu kiralamak istiyor.*
 ali one piano-ACC to-rent wants
 ‘Ali wants to rent a certain piano.’

(Enç, 1991:4)

- (8) *ali bir piyano kiralamak istiyor.*
 ali one piano to-rent wants
 ‘Ali wants to rent a (nonspecific) piano.’

(Enç, 1991:5)

Na próxima seção, apresentamos uma breve análise quantitativa para verificar a relação de DOM com sentenças ambíguas a fim de determinar se a partícula [ke] tem a função de desfazer a ambiguidade. Mostraremos também que, nesta língua, são preferencialmente marcados os objetos mais altos, considerando os traços de animacidade e de definitude.

6.2 ANÁLISE ESTATÍSTICA

No intuito de comprovar nossa hipótese segundo a qual a língua Ka’apor realmente apresenta DOM e para verificarmos se a função da marcação diferencial é desfazer possíveis ambiguidades decorrentes dos traços dos argumentos, fizemos um levantamento de 117 sentenças transitivas. Nota-se que 75 delas têm seus objetos marcados por [ke],

enquanto, em 42 delas, os objetos não recebem qualquer marca diferencial. Dentre as 75 sentenças marcadas, 21 são representadas por objetos pronominais de primeira e segunda pessoa. As outras 48 ocorrências possuem objetos definidos, incluindo [+ ANIMADOS] e [-ANIMADOS]. Isto significa que 69 sentenças marcadas são altas na hierarquia de animacidade e de definitude, ou seja, 92% dos casos. Em apenas 6 ocorrências, é possível uma leitura não definida, mas a referência desses objetos pode, possivelmente, ser recuperada pelo contexto discursivo. São mais marcados, portanto, os argumentos com os traços mais altos na hierarquia de animacidade, o que coincide com a proposta de Aissen (2002), Haspelmath (2008) e Silverstein (1976).

Outra informação relevante é que, das 75 construções marcadas, apenas 22 ocorrências apresentam ambiguidade semântica entre sujeito e objeto²⁹. Nas demais construções, essa ambiguidade não é verificada. Isso mostra que, embora a partícula [ke] contribua para desfazer possíveis ambiguidades semânticas, conforme postulou Kakumasu (1986:327), esta não é sua única função.

²⁹ Ambiguidade semântica é quando os dois argumentos nucleares de uma sentença transitiva possuem traços que permitem ocupar tanto a posição de sujeito quanto a posição do objeto, conforme exemplo:

ihē ne ke a-pyhyk 'y
 1SG 2 AFT 1SG-pegar PERF 1
 'Eu peguei você.'

(Caldas, 2001:24)

Das 117 construções analisadas, 42 não são marcadas pelo [ke]. Dentre elas, apenas três ocorrências apresentam ambiguidade semântica. As demais sentenças não marcadas não apresentam ambiguidade, isto é, 93% das sentenças. Ainda em relação às sentenças não marcadas, é importante ressaltar que as sentenças de 35 possuem objetos que não permitem leitura definida, o que comprova nossa hipótese, segundo a qual são mais marcados objetos definidos. Por outro lado, em 6 sentenças, os objetos permitem leitura definida, mesmo não sendo marcados pela partícula [ke]. Nesses casos, o núcleo do NP ganha leitura definida e específica por coocorrer com clíticos pronominais possessivos³⁰. Interessantemente, o que acontece, nestes contextos, é que a partícula [ke] será opcional. Nesses contextos, o objeto possuído pode figurar tanto com [ke] quanto sem [ke]. Tal assunção pode ser mais bem confirmada pelos dados abaixo. Nota-se que, em (8) e em (9), a partícula [ke] não figura enclítica ao objeto, enquanto que, em (10) e (11), o objeto pode sim vir marcado com [ke]. Comparem-se os dados a seguir:

- (8) *ihẽ ihẽ Ø-nami a-kutuk ta*
 1SG 1SG CT-orelha 1SG-furar IMIN
 ‘Eu vou furar minha orelha.’

(Silva, 2001:40)

³⁰ Exemplo de objeto que permite leitura definida, mas não é marcado por [ke]:

ihẽ ihẽ Ø-nami a-kutuk ta
 1SG 1SG CT-orelha 1SG-furar IMIN
 ‘Eu vou furar minha orelha.’

(Silva, 2001:40)

- (9) *ihẽ Ø-po a-kutuk ta*
 1SG CT-mão 1SG-lavar IMIN
 ‘Eu quero lavar minha mão.’

(Silva, 2001: 41)

- (10) *ihẽ r-u'y ke a-mu-kajim*
 1SG CT-flecha AFT 1SG-CAUSperder-se
 ‘Eu perdi minha flecha.’

(Caldas, 2001:9)

- (11) *ne Ø-ky ke a-jukwa ta*
 2SG CT-piolho AFT 1SG-matar IMIN
 ‘Eu vou matar o teu piolho.’

(Caldas, 2009:242)

Nossa hipótese em relação às construções acima, cujos objetos são formados por núcleo acompanhado de indicador de posse, é a de que a ocorrência da partícula [ke] é opcional, podendo figurar ou não enclítica ao objeto.

Em suma, os dados estatísticos apresentados acima confirmam, portanto, que DOM, em Ka'apor, de fato, se comporta de maneira semelhante ao fenômeno de marcação de objeto exibido pelo hindi, já que tanto a escala de animacidade como a escala de definitude estão, de fato, em jogo no engatilhamento do DOM. Note abaixo que, em hindi, a marca de Caso acusativo [ko]³¹ codifica o traço de animacidade e definitude do objeto, como mostra o par de sentenças a seguir:

³¹ Dativo em Hindi pode ser realizado por -ko ou -koo, conforme explicado em nota (20).

- (12) a. *Ravii gaay-ko khariidnaa caahtaa hai*
 Ravi.ABS cow-DAT buy-NO FIN wish-IMPERF be-PRES
 Ravi wishes to buy the cow (a particular cow).
 (Mohanán 1994:80-81)
- b. *Ravii gaay khariidnaa caahtaa hai*
 Ravi.ABS cow-ABS buy-NO FIN wish-IMPERF be-PRES
 Ravi wishes to buy a cow (no particular cow).
 (Mohanán 1994:80-81)

Em suma, vemos que a partícula de Caso acusativo [ko], na sentença em (12a), nos permite apurar a leitura definida do objeto ‘cow’. O mesmo não ocorre na sentença em (12b), visto que a ausência da partícula [ko] pressupõe uma leitura indefinida. A próxima subseção tem por objetivo mostrar que a partícula [ke] tem comportamento semelhante à partícula [ko] do hindi, pois ambas contribuem para a marcação diferencial do objeto.

6.3 OBJETOS ALTOS EM ANIMACIDADE E DEFINITUDE RECEBEM KE

Os dados da língua Ka’apor apurados até o momento apontam que objetos pronominais de primeira e de segunda pessoa vêm marcados pela partícula [ke]. Este fato corrobora, portanto, a hipótese teórica que propomos nesta pesquisa, segundo a qual objetos que sejam altos na escala de animacidade deverão vir marcados por meio da partícula [ke]. Exemplos com argumentos pronominais marcados com [ke] são arrolados a seguir:

- (13) *ihẽ ne ke a-pyhyk ʻy*
 1SG 2SG AFT 1SG-pegar PERF1
 ‘Eu peguei você.’
 (Caldas, 2001:24)
- (14) *ihẽ pehẽ ke a-pixam ta*
 1SG 2PL AFT 1SG-beliscar IMIN
 ‘Eu vou beliscar vocês.’
 (Caldas, 2001:32)
- (15) *ne ihẽ ke re-karãj tĩ*
 2SG 1SG AFT 2SG-arranhar REP
 ‘Tu me arranhaste também.’
 (Caldas, 2009:235)

Tendo em conta os dados acima, a hipótese que exploramos nesta tese é a de que a razão de os objetos serem marcados com [ke] está diretamente relacionado ao fato de carregarem os traços mais proeminentes nas escalas de animacidade e definitude. Assim sendo, a marcação dos objetos pronominais tem a função de informar qual dos dois argumentos nucleares ocupa a posição sintática do objeto. Nesses contextos, marcando o objeto com [ke], evita-se ambiguidade na leitura imposta pelos traços mais humanos e mais pronominais do objeto. Com sujeito de primeira e de segunda pessoa, a língua conta com a concordância do sujeito com o verbo, o que é um recurso para uma interpretação mais clara das sentenças. Apesar disso, Haspelmath (2008) explica que a função de DOM é maximizar distinções com menor esforço ou minimizar confusão com a máxima economia. A nossa proposta sobre a marcação de objetos mesmo em contextos em que a concordância do sujeito com o verbo evitaria a

ambiguidade é que, embora a língua possa contar com o recurso da concordância, há construções que mesmo assim exibem ambiguidade semântica, sobretudo quando DPs possuem os traços semânticos necessários para ocupar tanto a posição de sujeito quanto a posição de objeto. Nesses contextos, DOM vai atuar contribuindo como um recurso a mais para tornar a interpretação das sentenças mais clara.

Já em relação à marcação de objetos de terceira pessoa, nota-se que, quando já são dados em um discurso prévio e possuem interpretação definida, podem vir marcados pela partícula [ke], conforme mostram os exemplos abaixo:

- (16) *re-mu-ky'a ta a'e ke kĩ*
 2SG-CAUS-ter sujeira IMIN 3 AFT INT
 'Você vai sujar ele.'

(Caldas, 2001:62)

- (17) *ihẽ a'e ke a-petek*
 1SG 3SG AFT 1SG-derrubar
 'Eu derrubei ele.'

(Caldas, 2009:270)

- (18) *jane ta'yn ke ja-muximu*
 1PL criançaAFT 1PL-balançar
 'Nós balançamos a criança.'

(Caldas, 2009:259)

Por outro lado, se o objeto de terceira pessoa apresentar leitura indefinida, a partícula [ke] normalmente não figurará no objeto, mesmo se carregar o traço [+humano]. Nota-se que objetos de terceira pessoa humanos

e animados devem vir marcados pela partícula [ke], sobretudo quando for possível apurar a leitura definida. Há casos, inclusive, em que a ausência dessa partícula tornaria a sentença ambígua, como em (23), já que ambos os argumentos poderiam, em tese, ocupar posição sintática tanto de sujeito como de objeto.

- (19) *haimũ juã ke Ø-juka*
 Raimũ John AFT 3-matar
 ‘Raimũ matou John.’

(Kakumasu, 1986:330)

Na construção abaixo, o NP objeto é não humano, mas mesmo assim recebe [ke] para que a leitura definida seja obtida.

- (20) *amõ i-um mahen jaxi ke*
 outro 3-irmão achar jabuti SUF³²
 ‘O outro irmão achou o jabuti.’

(Kakumasu, 1990:1)

Entretanto, se o objeto animado for indefinido, a partícula [ke] não figura, mesmo que o objeto seja afetado, conforme mostram os exemplos abaixo.

- (21) *a'e ta Ø-jukwa pira xĩbo namõ*
 3P ASS 3-matar peixe timbó com
 ‘Eles matam peixe com timbó.’

(Caldas, 2009:226)

³² Mantivemos a glossa SUF para a partícula [ke] conforme usado pelo autor.

- (22) *ihẽ Ø-sawa'e kangwaruhu Ø-jukwa*
 1SG CT-marido paca 3-matar
 'Meu marido matou uma paca.'

(Caldas, 2009:233)

Já em contextos em que o objeto não animado é indefinido, a partícula [ke] também não figurará, conforme demonstram os dados a seguir:

- (22) *pemakak ta y o-ho piam tĩ*
 e macaco PL água 3-ir buscar também
 '... e os macacos foram buscar água também.'

(Kakumasu, 1990:25)

- (24) *amo ta ja pe'amatyr tĩ*
 Outro PL lenha juntar também
 'Os outros juntaram lenha também.'

(Kakumasu, 1990:27)

Contudo, se o objeto inanimado for definido, a partícula [ke] deve figurar, de modo a codificar a interpretação mais definida do objeto, conforme abaixo.

- (25) *mamãrã 'y py ta kwar ke*
 mamão falso árvore base buraco SUF

paratu pe ngaju pyk
 prato com o pessoal cobrir

'Eles cobriram o buraco na raiz do mamoeiro com um prato.'

(Kakumasu, 1990:9)

Os pares mínimos abaixo demonstram outros contextos em que o DOM fica mais evidente. Note que a ocorrência da partícula [ke] indica que o

objeto é definido, enquanto a sua ausência fornece a leitura indefinida.

Comparem-se os dados abaixo:

- (26) a. *ihẽ u'i ke a-karãj a-xo*
 1SG farinha AFT 1SG-torrar 1SG-estar em movimento
 'Eu estou torrando a farinha.'
 (Caldas, 2009:235)

- b. *ihẽ u'i a-karãj a-xo*
 1SG farinha SG-torrar 1SG-estar em movimento
 'Eu estou torrando farinha.'
 (Caldas, 2009:235)

- (27) a. *ihẽ narãj ke a-pirok*
 1SG laranja AFT 1SG-descascar
 'Eu descasco a laranja.'
 (Silva, 2001:39)

- b. *Ø-pirok narãj tĩ*
 3-descascar laranja REP
 'Ele descasca laranja.'
 (Silva, 2001:39)

Outros contrastes de objetos definidos e não definidos ainda podem ser observados pelos exemplos (28) e (29) a seguir. A partícula [ke] permite uma leitura definida, enquanto sua ausência indica tratar-se de um objeto não específico ou genérico.

- (28) a. *a'e i-ky ke Ø-ji'ok*
 3 NCT-piolho AFT 3-arrancar
 'Ele tira seu piolho.'
 (Silva, 2001:37)

b. *mani'ok ihẽ a-ji'ok*
 mandioca 1SG 1SG-arrancar
 'Eu arranco mandioca.'

(Silva, 2001:37)

(29) a. *jane kar ke ja-peir ta*
 1PL terreiro AFT 1PL-varrer IMIN
 'Nós vamos varrer o terreiro.'

(Caldas, 2009:235)

b. *ihẽ 'ok a-peir*
 1SG casa 1SG-varrer
 'Eu varro casa.'

(Caldas, 2001: 10)

A partícula [ke] marca ainda objetos quando estes são indefinidos específicos, como no exemplo (30). E é dispensada em sentenças como em (31), visto que o elemento que indica posse já cumpre a função de permitir uma leitura específica.

(30) *ihẽ panu pingwer ke a-monok*
 1SG pano pedaço AFT 1SG-cortar
 'Eu cortei um pedaço de pano.'

(Caldas, 2009:271)

(31) *ihẽ i-ky a-ji'ok 'y ihẽ a-ho 'y*
 1SG 3-piolho 1SG-arrancar PERF 1SG 1SG-ir PERF
 'Eu tirei piolho dele, eu fui embora.'

(Caldas, 2001: 27)

A análise apresentada até aqui nos permite constatar que a partícula [ke] marca objetos preferencialmente humanos, definidos e específicos. Por esta razão, a hipótese que assumo nesta tese é a de que DOM, na língua

Ka'apor, emerge quando a partícula [ke] contribui com a interpretação semântica do objeto. Em tais contextos, DOM está relacionado a contrastes semânticos, perfazendo a distinção entre objetos definidos e objetos indefinidos. Em suma, podemos propor que a partícula [ke] ocorre enclítica a objetos nos seguintes contextos:

(32)

(a) Quando o objeto for igual ou superior ao sujeito na escala de animacidade e definitude, tornando mais fácil a identificação do argumento que corresponde ao objeto.

(b) Quando o objeto for mais baixo que o sujeito na hierarquia de animacidade e definitude, a partícula [ke] pode ou não ocorrer, mas, neste caso, se ocorrer, será para cumprir a função de codificar argumentos definidos.

Na próxima seção, mostraremos como a partícula [ke] pode atuar também em construções, cujos verbos exigem dois objetos.

6.4 CONSTRUÇÕES COM DUPLO OBJETO

Em construções em que o verbo requer dois objetos, um que carrega o papel- θ e outro papel- θ de fonte ou meta, apenas este último será marcado pela partícula [ke]. Isso ocorre porque o objeto fonte ou meta normalmente é mais alto que o objeto tema, considerando os traços de animacidade e

definitude. Em outras palavras, quando na sentença há dois objetos, a partícula [ke] marca o mais proeminente semanticamente, que em geral corresponde ao complemento da posposição. Desta maneira, há uma interessante hierarquia em jogo: o dativo sempre sobressai em relação ao tema, visto que aquele tende a cobrir o argumento que recebe o papel temático de alvo/beneficiário e corresponde em geral ao argumento humano. Isto fica particularmente instanciado pelo fato de que argumentos beneficiários e alvos normalmente corresponderem a humanos definidos, portanto argumentos que ocupam uma posição alta na escala de animacidade e de definitude. Nesse tipo de construção, a partícula [ke] figura enclítica sempre entre o objeto e a posposição, conforme mostram os exemplos transcritos abaixo:

- (33) *a'e ta Ø-ma'e Ø-jukwa-ha ihẽ ke*
 3 ass G-coisa CT-matar-nom 1SG AFT

Ø-pe Ø-me'ẽ
 CT-para 3-dar
 'Eles deram veneno para mim.'

(Silva, 2001:52)

- (34) *ne jaxi i-nem Ø-ma'e te'e*
 2S jabuti NCT-ter podridão G-coisa mesmo

re-rur jane ke Ø-pe
 2S-trazer 1PL AFT CT-para
 'Você trouxe um jabuti estragado para nós.'

(Silva, 2001:52)

- (35) *ihẽ kamanai a-panu ne ke Ø-pe*
 1SG feijão 1SG-pedir 2S AFT CT-para
 ‘Eu pedi feijão para você.’

(Silva, 2001:52)

A conclusão a que chegamos a partir dos dados acima é que, em construções com dois objetos, será sempre marcado o objeto que corresponde ao que tradicionalmente chamamos de objeto indireto. Curiosamente, esses argumentos carregam os traços semânticos [+HUMANO] e [+DEFINIDO] e o papel temático de [alvo/goal]. Já o objeto que recebe papel temático de [tema] corresponde a um DP [-HUMANO] e [-ANIMADO], de sorte que não vem marcado. Tal comportamento sinaliza que, nesses contextos, a marcação diferencial do objeto obedece à hierarquia de animacidade e de definitude.

6.5 RESUMO DO CAPÍTULO

Neste capítulo, a tese que desenvolvo é a de que a língua Ka’apor exibe marcação diferencial do objeto em sentenças transitivas. Mostramos que a ocorrência da partícula [ke] é obrigatória, apenas quando este argumento é alto na escala de animacidade e definitude. Desta maneira, a função da partícula [ke] é contribuir para deixar mais claro qual argumento é o sujeito e qual é o objeto. Contudo, mesmo em contextos em que a

semântica da sentença dispensa a partícula [ke] para desfazer a ambiguidade, ela poderá ocorrer para sinalizar a definitude do objeto.

Em síntese, mostramos que a língua Ka'apor opera com um sistema de marcação diferencial de objeto, semelhante ao que ocorre em hindi. Em ambas as línguas, o que se nota é que DOM está diretamente conectado com os traços de animacidade e definitude do argumento interno de verbos transitivos.

No próximo capítulo, tratamos da marcação diferencial do sujeito.

CAPÍTULO 7: MARCAÇÃO DIFERENCIAL DO SUJEITO

Neste capítulo, tratamos do fenômeno ‘marcação diferencial do sujeito’ - DSM - e discutimos a respeito dos traços que normalmente estão envolvidos neste fenômeno, considerando exemplos de diferentes línguas. Mostramos que, em Ka’apor, a marcação diferencial do sujeito ocorre por meio da presença/ausência da partícula [ke] enclítica tanto a sujeitos de verbos transitivos, quanto a sujeitos de verbos intransitivos. Acrescentamos que este fenômeno acarreta distinções semânticas nas sentenças, conforme propõem Butt e King (2004) e Butt (2006). Estes autores consideram que marcas de caso são determinantes na interpretação das sentenças. Em seguida, apresentamos nossa análise sobre DSM exibido pela língua Ka’apor, norteadas pela proposta de Woolford (2008), segundo a qual este fenômeno pode estar associado à estrutura argumental, à sintaxe ou ainda à PF (*phonological form*). Adicionalmente, comparamos o modelo de DSM do Ka’apor com a proposta de Silverstein (1976), segundo a qual DSM é, em algumas línguas, imagem espelhada de DOM. Verificamos, contudo, que o modelo de DSM do Ka’apor é distinto do proposto por este autor. A conclusão a que chegamos é que o que leva ao DSM não é o fato de o sujeito ser baixo na hierarquia de referencialidade, mas sim ao fato de este ser agente afetado ou não. Discutimos ainda, neste capítulo, contextos em que sujeitos e objetos podem ser marcados em Ka’apor.

Este capítulo está dividido em 4 seções a saber: Na seção 7.1, definimos DSM, exemplificamos com dados de diferentes línguas e citamos alguns traços envolvidos. Na seção 7.2, mostramos que, em Ka’apor, ocorre DSM tanto com sujeitos de verbos transitivos quanto com sujeitos de verbos intransitivos. Na seção 7.3, discutimos nossa análise dos dados. Na seção 7.4, apresentamos o resumo do capítulo.

7.1 MARCAÇÃO DIFERENCIAL DO SUJEITO

Marcação de sujeito é um recurso exibido por algumas línguas para indicar a posição ou a função que esse argumento ocupa na sentença. Esta marcação pode se realizar por meio de morfologia de caso, por concordância ou pela ordem dos constituintes na sentença. Um exemplo é o que ocorre no georgiano³³.

- (1) *nino-m ačvena surat-eb-i gia-s*
 Nino-AGT show.AOR.3SG picture-PL-PAT Gia-DAT
 ‘Nino showed the pictures to Gia.’

(georgiano (Harris 1981: 40))

Notamos que o sujeito *nino*, na sentença acima, é identificado por meio do morfema *-m* que identifica sua agentividade. Já o morfema *-i* indica que *surat* é paciente, portanto objeto. A sentença apresenta ainda o alvo que é identificado pelo morfema *-s* junto a *Gia*. O objetivo desta seção é tratar da marcação de sujeitos, mais especificamente, mostrar que algumas línguas

³³ Língua falada na Geórgia, país situado no Cáucaso, entre a Europa e a Ásia.

apresentam alternância na sua marcação. Em seguida, destacamos alguns fatores que estão envolvidos neste fenômeno.

Woolford (2008) postula que DSM - marcação diferencial de sujeito - é um fenômeno que consiste na alternância na marcação do sujeito condicionada por determinados traços semânticos que o NP na função de sujeito apresenta. Esta marcação, conforme já mencionamos, pode ser realizada de diversas maneiras, como por meio de marcas morfológicas de caso, pela concordância com o verbo ou ainda pela ordem dos constituintes na sentença, desde que esteja envolvido algum traço exibido pelo sujeito. A autora defende que não existe uma regra exclusiva que gera DSM e que este fenômeno pode estar relacionado à estrutura argumental, à sintaxe ou ser resultado do *spell-out* na PF. Considerando o nível da estrutura argumental, a autora mostra que DSM pode ser resultado da atribuição do Caso dativo ou do Caso ergativo como ocorre em algumas línguas, cuja marcação está associada a uma posição theta. Em Hindi³⁴, por exemplo, a alternância do caso é consequência da atribuição do caso dativo em (2a) e do Caso ergativo em (2b).

- (2) a. *Siitaa-ko la.rke pasand the*
 Sita-DAT boys(NOM) like be(past,masc.pl)
 ‘Sita likes the boys.’

(Mahajan 1991 (7))

³⁴ Língua indo-ariana derivada do sânscrito e falada por 70% dos indianos, principalmente no norte, centro e oeste da Índia.

- b. *Siitaa-ne laRkii-ko dekhaa*
 Sita(fem)-ERG girl-DAT see (perf, 3sg.masc.)
 ‘Sita saw the girl.’

(Mahajan 1990:87)

Semelhante é o que ocorre com o Basco³⁵, cuja atribuição de caso está associada ao papel temático do NP sujeito, como pode se notar nos exemplos abaixo:

- (3) a. *Ni-ri zure oinetako-a-k-Ø gustatzen zaizkit*
 I-DAT your shoes-det-NOM like AUX
 ‘I like your shoes.’

(Austin and Lopez 1995:12)

- b. *Gizona-k kurritu du*
 man-ERG ran AUX
 ‘The man ran.’

(Levin, 1989:57)

- c. *Miren-ek atea-Ø ireki du*
 Miren-ERG door-NOM open AUX
 ‘Miren opened the door.’

(Levin, 1989:20)

- d. *Atea-Ø ireki da*
 door-NOM open AUX
 ‘The door opened.’

(Levin 1989 (21))

Em (3a), o sujeito é marcado por *-ri* que indica que o sujeito recebe o caso dativo por possuir o papel temático de experienciador. Em (3b) e (3c), as marcas *-k* e *-ek* ocorrem porque os sujeitos recebem o caso ergativo

³⁵ É o idioma ancestral dos povos bascos, que habitaram região que abrange uma área do nordeste da Espanha e sudoeste da França.

caracterizado pela agentividade. Em (3d), o sujeito é nominativo e, por esta razão, não recebe marca alguma.

Há situações em que a alternância na marcação do sujeito pode ser determinada pelo ambiente sintático. Em Inuit/Inuktitut³⁶, como exemplificado abaixo, objetos com traços altos na hierarquia de pessoa e animacidade se movem para fora do vP, fazendo com que o sujeito receba o Caso ergativo.

- (4) a. *arna-up* *angut* *taku-jaa.*
 woman-ERG man-NOM see-TR.3S/3S
 ‘The woman sees the man.’
- b. *arnaq* *anguti-mik* *taku-juq.*
 woman-NOM man-INSTR/AACC see-INTR.3S
 ‘The woman sees the/a man.’

(Johns 2001)

Nota-se que, em (4a), o sujeito recebe o Caso ergativo em virtude do objeto ser humano e definido. Diferente é o que ocorre em (4b), que apresenta objeto não específico, e o sujeito recebe o Caso nominativo.

Woolford (2008) mostra ainda que existem casos em que DSM é simplesmente resultado de combinação de traços marcados não pronunciados na PF, isto é, alguns casos podem ser bloqueados na presença de traços marcados. A autora explica que trata-se de: *PF effects, involving*

³⁶ Língua falada por indígenas esquimós localizados no artigo do Canadá, Groelândia e Alasca.

incomplete spell out of Case features in the presence of marked features such as first and second. (Woolford, 2008:03).

Para explicar, a autora apresenta a hierarquia de Casos semânticos mais prováveis de serem marcados, transcrita abaixo:

(5) Ergativo > Dativo > Acusativo > Nominativo

Contudo, o Caso mais marcado, isto é, o ergativo, pode não ser pronunciado em combinação com traços marcados de primeira e de segunda pessoa. Isso é verificado em marathi³⁷, conforme mostram os exemplos transcritos abaixo.

(6) *Ram-ne acəvlə.*
 Ram-ERG handwashed (neuter. 3sg)
 ‘Ram washed his hands.’

(Comrie 1984 (15))

(7) *Mi-Ø acəvlə.*
 I(ERG) handwashed (neuter. 3sg)
 ‘I washed my hands.’

(Comrie 1984 (16))

Note que, em (6), o sujeito *Ram* recebe a marca ergativa, *-ne*, mas em (7) esta marca não é pronunciada junto ao sujeito *Mi*, uma vez que trata-se de um sujeito semanticamente marcado. Woolford mostra que a

³⁷ É uma língua da Índia, falada principalmente em Maharashtra (na costa central ocidental da Índia), por aproximadamente 90 milhões de pessoas.

combinação de traços marcados é fator que impede o *spell-out* de marcas de caso em algumas línguas.

Tendo em vista a exposição do fenômeno DSM acima, na próxima seção, examinamos a marcação diferencial em Ka'apor com o objetivo de apresentar os traços envolvidos.

7.2 DSM NA LÍNGUA KA'APOR

O objetivo desta seção é mostrar que a partícula [ke] é responsável pela alternância na marcação de argumentos na posição de sujeito de verbos transitivos e intransitivos da língua Ka'apor, fenômeno que acarreta distinções semânticas nas sentenças. A análise se ancora teoricamente na proposta Butt e King (2004), Butt (2006), Saksena (1980) e Woolford (2008). Nossa hipótese em relação ao DSM é a de que a partícula [ke] figura enclítica ao sujeito quando este não consistir um agente típico, isto é, essa partícula acrescenta o traço de afetação ao sujeito agente quando este for também alvo da ação verbal. Para explicar o fenômeno de agente afetado marcado em Ka'apor, propomos a escala de agentividade em (8):

(8) ESCALA DE AGENTIVIDADE

sujeito agente > sujeito experienciador > sujeito agente afetado > sujeito afetado

De acordo com a escala em (8), o sujeito mais típico é o sujeito agente. A agentividade é uma propriedade típica de sujeitos de construções

transitivas ou inergativas. Por outro lado, sujeito experienciador corresponde àqueles que possuem pouco ou nenhum controle sobre o evento. Nesses casos, o próprio verbo já carrega a informação de que o sujeito é afetado de alguma forma, como ocorre com os sujeitos de verbos como ‘sofrer’, ‘receber’ e ‘lembrar’. Mas existem ainda construções cujos sujeitos são agentes, mas que também são afetados pela ação verbal. Tendo em conta que afetação não é uma característica comum a sujeitos agentes, construções desse tipo são semanticamente marcadas. Na língua Ka’apor, quando o sujeito agente possui também o traço afetado, é marcado pela partícula [ke], distinguindo-se do sujeito agente tipicamente não afetado. Este fenômeno será explicado mais detalhadamente nas próximas subseções.

7.2.1 APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Nesta seção, apresentamos dados da língua Ka’apor a fim de determinar contextos que favorecem a ocorrência da partícula [ke] e contextos em que a partícula é dispensada. Notamos que é possível que esta partícula figure, ou não, tanto em sujeitos de verbos transitivos, inergativos ou inacusativos, embora a marcação seja mais recorrente em sujeitos inacusativos. Isto se deve ao fato de esses sujeitos serem mais suscetíveis de receberem interpretação de afetação.

Em relação a construções transitivas, observamos que os sujeitos são marcados, tendo em vista a escala de agentividade apresentada em (8).

Dessa forma, em Ka'apor, a distinção se dá quando o sujeito é agente, mas carrega o traço afetado, o que permite interpretá-lo como sujeito atípico. A distinção é morfologicamente realizada por meio da partícula [ke] enclítica ao sujeito agente afetado. Isso pode ser observado arrolados abaixo:

- (9) *ne ke ihẽ re-mu-pu'am* γ^{38}
 2SG AFT 1SG 2-CAUS-levantar PERF1
 'Você me levantou.'

(Silva, 2001:51)

- (10) *a'e ke u-'u ta pypyhu ke tĩ*
 3SG AFT 3-comer VOL coruja AFT REP
 'Ele está indo comer coruja.'

(Silva, 2001:51)

- (11) *ihẽ ke u'i a-karãj*
 1SG AFT farinha 1SG-torrar
 'Eu torro farinha.'

(Silva, 2001:51)

Construções como as acima poderiam não ter seus sujeitos marcados caso não fosse atribuído ao sujeito agente o traço afetado. Em outros contextos, sujeitos de construções transitivas não são marcados, isto é, quando são tipicamente agentes, como nos exemplos abaixo:

³⁸ Esta construção difere do padrão típico da língua, segundo o qual objeto alto em definitude e animacidade deve ser marcado pela partícula [ke], conforme será discutido no próximo capítulo.

- (12) *ihẽ Ø-kyha ke ihẽ a-hupir ajõ*
 1SG CT-rede AFT 1SG 1SG-carregar somente
tupaham r-ehe
 corda R-em relação a
 ‘Eu levantei a minha rede na corda.’
 (Caldas, 2009:242)
- (13) *ne ihẽ ke re-karãj tĩ*
 2sg 1sg aft 2SG-arranhar REP
 ‘Tu me arranhaste também.’
 (Caldas, 2009:235)
- (14) *ihẽ u'i a-karãj a-xo*
 1SG farinha 1SG-torrar 1SG-estar em movimento
 ‘Eu estou torrando farinha.’
 (Caldas, 2009:235)
- (15) *a'e tatu ke u-'u ta*
 3SG tatu AFT 3SG-comer VOL
 ‘Ele vai comer o tatu.’
 (Silva, 2001:52)

Em (9), (10) e (11), a presença da partícula [ke] indica que a ação foi realizada com certa dificuldade ou que causou algum malefício ao sujeito. O que não é observado em (12), (13), (14) e (15). Em (9), a sentença *ne ke ihẽ re-mu-pu'am 'y* indica que ‘levantar você’ envolve sacrifício para o sujeito *ne*. O mesmo não ocorre em (12), *ihẽ Ø-kyha ke ihẽ a-hupir ajo tupaham r-ehe* ‘Eu levantei a minha rede na corda’, pois não indica sacrifício. Em (10), o sujeito é marcado porque, na cultura Ka'apor, *u-'u pypyhu* ‘comer coruja’ é algo ruim e essa interpretação é possível pela presença do [ke] enclítico ao sujeito. No entanto, se o complemento do

verbo for, por exemplo, *tatu*, o [ke] não é acionado junto ao sujeito, como em (15), visto que a afetação não está envolvida. ‘Comer tatu’ entre os Ka’apor é algo comum e não envolve sacrifício. Outro exemplo, envolvendo alternância na marcação do sujeito, ocorre com o verbo *karãj*. Em (11), o sujeito é marcado pelo [ke] porque está sendo expresso que a ‘ação de torrar farinha’ é realizada com sacrifício para o sujeito e que, por esta razão, é marcado. Esse mesmo verbo *karãj* pode ser empregado sem que o sujeito seja marcado, indicando tratar-se de um sujeito agente típico não afetado, como nos exemplos (13) e (14) acima.

Verbos intransitivos exibem também alternância na marcação dos sujeitos. Os traços envolvidos na marcação de sujeitos de verbos inergativos são semelhantes aos de construções transitivas, isso porque os sujeitos de ambas as construções são agentes do evento. Dessa forma, como exemplificado abaixo, o sujeito é interpretado como afetado pelo evento quando for marcado for marcado pela partícula [ke].

- (16) *ihẽ a'e ke ihẽ r-ena-pe ta trabaja*
 1SG 3 AFT 1SG CT-lugar em imin trabalhar
 ‘Ele vai trabalhar no meu lugar.’

(Caldas, 2009:206)

Note que, em (16), o sujeito *a'e* ‘ele’ é marcado pela partícula [ke], o que acrescenta a informação de que se trata de uma tarefa que o sujeito não queira realizar voluntariamente e que envolve sacrifício. Há, entretanto,

construções com verbos inergativos, cujos sujeitos não são marcados como nos exemplos abaixo:

- (17) *ihẽ ma'e a-kekar*
 1 SG coisa 1 SG -caçar.
 'Eu caço.'

(Caldas, 2009:236)

- (18) *ihẽ a-por*
 1SG 1SG-pular
 'Eu pulo.'

(Caldas, 2009:273)

Em (17) e (18), os sujeitos do verbo *kekar* 'caçar' e do verbo *por* 'pular' são tipicamente agentes e por essa razão a partícula [ke] não figura junto aos sujeitos. É comum ainda alternância na marcação de sujeito do verbo *hyk* 'chegar'.

- (19) *a'e Ø-sawa'e ke u-hyk 'ym*
 3 Ct-marido AFT 3-chegar NEG
 'O marido dela não chega.'

(Silva, 2001:47)

- (20) *ihẽ Ø-saw'e u-hyk*
 1SG CT-marido 3-chegar
 Meu marido chegou.'

(Caldas, 2001:5)

Em (19), a partícula negativa '*ym* 'não' confere ao evento *hyk* 'chegar' um aspecto negativo. Por outro lado, o mesmo não acontece no exemplo em (20), isto é, a sentença não carrega um aspecto negativo.

Em relação a sujeitos de verbos inacusativos, estes são marcados mais frequentemente, como mostram os exemplos a seguir:

- (21) *Ana fita ke Ø-upa ta te*
 Ana fita AFT CT-ter fim IMIN VER
 ‘Ana, a fita vai acabar.’
 (Caldas, 2001:38)
- (22) *ta'yn ta ke Ø-jixi'u ja-jur rahã*
 criança ASS AFT 3-chora 1PL-vir quando
 ‘As crianças choraram muito quando nós viemos.’
 (Silva, 2001:46)
- (23) *pano ke upa u-kwaj*
 pano AFT tudo 3-queimar
 ‘O pano queimou-se todo.’
 (Caldas, 2001:36)
- (24) *ihẽ Ø-haj ke upa u-'a*
 1SG CT-roupa AFT tudo 3-rasgar
 ‘Meu vestido rasgou.’
 (Caldas, 2001:36)

Em algumas construções, entretanto, o traço controle parece estar envolvido na alternância da marcação dos sujeitos inacusativos. Um mesmo verbo pode ter seu sujeito marcado ou não e a distinção semântica em questão é a intenção do sujeito. Isto pode ser comprovado pelas sentenças abaixo:

- (25) *jane ke r-amũj ke u-kwer*³⁹
 1PL AFT R1-avô AFT 3-dormir
 ‘Nossos avós dormiram.’

(Caldas, 2009:330)

- (26) *ihẽ a-ker ta*
 1SG 1 SG -dormir IMIN
 ‘Eu dormirei.’

(Caldas, 2009:291)

Em (25) é possível a interpretação de que o sujeito tenha involuntariamente dormido, constituindo, dessa forma, uma típica construção inacusativa em que o sujeito é paciente e marcado pela partícula [ke]. Em (26), o sujeito não é marcado, além disso a construção indica um fato a ser ainda realizado⁴⁰. Dessa forma, podemos concluir que o sujeito possui controle sobre a ação. Ele tem a intenção de dormir e, por esta razão, não é marcado. Distinção semelhante pode ser observada nos exemplos abaixo. Quanto menos controle do sujeito sobre a ação, maior a possibilidade de ele ser marcado. Em (27) e em (28), os sujeitos são inanimados, pacientes, por isso marcados.

- (27) *Ø-u’y ke u-‘ar upa*
 G-flecha AFT 3-cair tudo
 ‘A flecha caiu completamente.’

(Caldas, 2001:30)

³⁹ ‘*kwer* e *ker*’ são formas variantes, cf. consta no dicionário de Caldas (2009).

⁴⁰ Indicado pela partícula ‘ta’ que informa que o evento não se realizou, mas está prestes a se realizar.

- (28) *myra r-o ke u-'ar u-kwa*
 árvore CT-folha AFT 3-cair 3-passar
 'A folha caiu da árvore.'

(Silva, 2001:47)

Em (29) e (30) abaixo, embora os sujeitos sejam humanos, a partícula [ke] permite a leitura de que são afetados e não possuem controle sobre o evento.

- (29) *ihẽ ke a-'ar*
 1 SG AFT 1 SG -cair
 'Eu caio.'

(Silva, 2001:47)

- (30) *a'e ke u-'ar u-kwa Ø-kangwer upa Ø-mu-ku'i*
 3 AFT 3-cair 3-passar G-osso tudo 3-CAUS-ter em pó
 'Ele caiu e moeu o osso todo.'

(Caldas, 2001:36)

Contudo, a ausência da partícula [ke], em (31) e (32) abaixo, permite a interpretação de que o evento foi realizado com controle, de forma voluntária pelos sujeitos e, dessa forma, não constituem pacientes típicos de construções inacusativas.

- (31) *a'e 'y pe u-'ar o-ho jupetẽ o-ho*
 3SG água em 3SG -cair 3SG -ir nadar 3SG -ir
 'Ele caiu na água para nadar.'

(Caldas, 2009:245)

- (32) *ihẽ ne namõ a-'ar ta a-ho kĩ*
 1 SG 2 SG com 1 SG -cair ASS 1 SG -ir INT
 'Eu caio junto com você.'

(Caldas, 2009:245)

A ausência da partícula [ke] nas construções (26), (31) e (32) acima, causa uma mudança no estatuto dos verbos *kwer/ker* 'dormir' e *'ar* 'cair', pois confere aos sujeitos controle sobre o evento. Isso permite concluir que a sentença passa a ter uma leitura agentiva, uma vez que a ausência da partícula pode ser associada ao controle do sujeito, ao passo que a presença da partícula permite a interpretação de que o sujeito não tem controle sobre o evento e é paciente.

É importante acrescentar que, embora sujeitos de verbos inacusativos sejam frequentemente marcados, assim como objetos de verbos transitivos, os traços envolvidos não são os mesmos. Os objetos marcados são sempre humanos ou definidos e os não marcados são indefinidos. Já os sujeitos de inacusativos definidos podem ser marcados ou não, já que o que está envolvido é o controle sobre o evento e não a propriedade de ser definido ou não. Como o traço envolvido para a ausência de [ke] é o controle, é necessário que o sujeito seja animado.

7.2.2 PROPOSTA DE DUARTE (2014)

De acordo com a proposta de Duarte (2014), a partícula [ke] denota semântica de afetação contribuindo para o significado do D/NP marcado. Dessa forma, a ausência dessa partícula está relacionada à agentividade e, por essa razão, é menos comum junto a sujeitos de verbos transitivos e de verbos inergativos. Segundo Duarte, sujeito que não é marcado pela partícula [ke] corresponde ao sujeito agente prototípico, visto que este sujeito exerce, em geral, controle sobre o evento. Conforme Duarte (2014), o sujeito marcado por [ke] não é prototipicamente agente, mas, ao contrário, corresponde a um argumento cujo papel temático é híbrido, já que é simultaneamente agente do evento e também aquele que é o afetado. Dessa forma, Duarte propõe que a partícula [ke] é engatilhada sempre que o sujeito de verbo transitivo é pragmaticamente afetado pela ação denotado pelo evento. Isso pode ser constatado pela sentença a seguir:

- (33) *ihẽ ke u'i a-karãj*
 1SG AFT maniok 1SG-toast
 'I toasted maniok.'

(Duarte, 2012:5)

Duarte explica que, na sentença acima, o sujeito causa o evento e, ao mesmo tempo, é também o afetado, visto que o sujeito realizou a ação de 'torrar' com algum sofrimento. A razão disso é que, na cultura Ka'apor, 'torrar mandioca' é uma tarefa árdua. Note que, na sentença abaixo,

construída com o mesmo verbo ‘karãj’ (torrar, arranhar), a ausência de [ke] indica simplesmente que o sujeito é um agente não afetado.

- (34) *ihẽ ne ke a-karãj*
 1SG 2SG AFT 1SG-arranhar
 ‘Eu arranhei você.’

(Caldas, 2009:235)

O fator pragmático também é responsável pela marcação diferencial do sujeito do verbo ‘u’ (comer) em (35), mas não em (36). Isso porque esse verbo pode selecionar um agente afetado ou um agente não afetado e isto será determinado pelo tipo de complemento que o verbo seleciona, como exemplificado a seguir:

- (35) *a'e ke u-'u ta pypyhu ke tĩ*
 3 AFT 3SG-comer VOL coruja AFT REP
 ‘Ele vai comer coruja.’

(Silva, 2001:52)

- (36) *a'e tatu ke u-'u ta*
 3 tatu AFT 3P-comer VOL
 ‘Ele vai comer tatu.’

(Silva, 2001:52)

A diferença na marcação das sentenças acima se deve ao fato de que ‘comer coruja’ na cultura Ka’apor envolve sempre afetação. É algo ruim de se fazer, por isso o sujeito em (35) é marcado por [ke]. Isso já não acontece

em (36), visto que ‘comer tatu’ não envolve essa afetação, não é algo negativo e, por esta razão, o sujeito não recebe [ke].

Em síntese, Duarte (2014) explica que, em Ka’apor, sujeitos de verbos transitivos são marcados pela partícula [ke] em contextos em que, além de agentes, são também afetados e possuem pouco controle sobre o evento. A ausência de [ke], por sua vez, implica que o sujeito tem maior controle sobre a ação, sendo caracterizado como um agente prototípico.

7.3 ANÁLISE DE DSM EM KA’APOR

Nesta seção, apresentamos nossa análise a respeito da alternância na marcação de sujeitos da língua Ka’apor com base na proposta de Woolford (2008) e, ao final, comparamos o modelo de DSM e de DOM exibido por esta língua com o modelo de imagem espelhada proposto por Silverstein (1976).

7.3.1 DSM E OS NÍVEIS GRAMATICAIIS

Woolford (2008) propõe que não existem princípios ou regras específicas que produzem DSM nas línguas. Entretanto, a autora explica que o fenômeno pode estar associado aos três níveis gramaticais: à estrutura argumental das sentenças, quando ocorre a atribuição do papel temático dos argumentos externos; à sintaxe, quando a alternância na marcação está

relacionado a ambientes sintáticos; ou ainda estar relacionado a forma fonológica, isto é, ser resultado da realização ou não de traços⁴¹. Considerando os sujeitos de verbos transitivos da língua Ka'apor, constatamos que o que está em jogo é o fato de, em alguns contextos, o sujeito apresentar um traço atípico, isto é, quando for agente e também alvo do evento. Nesses casos, a partícula [ke] vai figurar acrescentando a informação de que o sujeito agente é também alvo do evento. Um indício de que a partícula [ke] está mesmo relacionada ao papel temático alvo, é o fato de em construções com dois objetos, marcar o argumento que corresponde ao alvo, como em:

- (37) *ihẽ kamanai a-panu ne ke Ø-pe*
 1SG feijão 1SG-pedir 2S AFT CT-para
 'Eu pedi feijão para você.'

(Silva, 2001:52)

Contudo, o [ke] não figura em sujeitos verdadeiramente alvos ou experienciadores, mas quando é simultaneamente agente e afetado. Isso não descarta a possibilidade de DSM, em Ka'apor, ser resultado da atribuição do papel temático que ocorre no nível onde argumentos são mapeados e tetha marcados. Embora Caso, nesta língua, seja atribuído via relações estruturais por meio de marcas de concordância com o verbo, independentemente do papel temático do sujeito, as construções cujos sujeitos são marcados por

⁴¹ A autora refere-se a traços semânticos ou traços de pessoa.

[ke] possuem uma marcação não canônica. Este tipo de marcação, segundo Onishi (2001), ocorre quando um pequeno grupo de verbos têm seus argumentos marcados de forma diferente dos demais. Dessa forma, os argumentos externos cujo papel temático é, segundo Duarte (2014), híbrido, ou seja, possui características de agente e de afetado, são mapeados diferentemente do sujeito tipicamente agente ou tipicamente experienciador. Isso comprova o fato de que DSM, em Ka'apor, está associado à estrutura argumental.

Por outro lado, não é somente o verbo que é responsável pela atribuição do papel temático de agente afetado, mas todo o evento. O tipo de complemento do verbo é fator determinante para a marcação ou não do sujeito. Isto significa que o verbo mais o objeto determinam o traço de agente afetado ou de agente não afetado do sujeito, conforme os dados transcritos abaixo:

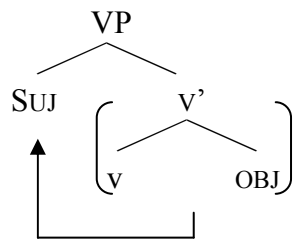
(38) *ihẽ ke u'i a-karãj*
 1SG AFT farinha 1SG-torrar
 'Eu torro farinha.'

(Silva, 2001:51)

(39) *ne ihẽ ke re-karãj tĩ*
 2SG 1SG AFT 2SG-arranhar RE
 'Tu me arranhaste também.'

(Caldas, 2009:235)

As construções acima possuem a mesma forma verbal *karãj* ‘torrar, arranhar’, porém, por si só, o verbo não é capaz de atribuir o traço afetado ao sujeito. O papel- Θ do sujeito é determinado composicionalmente pela combinação do verbo mais o objeto, conforme a estrutura argumental abaixo:



Na sentença em (38), *u'i a-karãj* ‘torrar farinha’ afeta o sujeito, mas em (39), *ne ihẽ ke re-karãj tĩ* ‘tu me arranhaste também’ não acontece o mesmo. Por esta razão, pelo fato de a marcação do sujeito estar condicionada ao tipo de complemento que o verbo seleciona, podemos considerar que, em Ka'por, a marcação do sujeito de sentenças transitivas é também determinada composicionalmente, ou seja, pela associação do verbo mais o objeto.

Nos exemplos abaixo, verifica-se também que a natureza da associação do [verbo + objeto] determina a natureza semântica do sujeito.

- (40) *ne ke ihẽ re-mu-pu'am y⁴²*
 you AFET I 2SG-CAUS-get up PERF.1
 ‘Você me levantou.’

(Duarte, 2012)

- (41) *ihẽ Ø-kyha ke ihẽ a-hupir ajõ*
 1SG CT-rede AFT 1SG 1SG-carregar somente

tupaham rehe
 corda em relação a
 ‘Eu levantei a minha rede na corda.’

(Caldas, 2009:242)

Na construção em (40), o predicado acarreta uma afetação no sujeito. Esse mesmo efeito não é percebido em (41). A distinção ocorre em virtude da associação do verbo mais o objeto de cada sentença, que passa a ser responsável pela atribuição do papel semântico dos sujeitos.

Em relação a construções inergativas, o que determina a marcação do sujeito é também o fato de o sujeito receber o papel temático de agente afetado, conforme mostram os exemplos a seguir:

- (42) *ihẽ a'e ke ihẽ r-ena-pe ta trabaja*
 1SG 3 AFT 1SG CT-lugar em imin trabalhar
 ‘Ele vai trabalhar no meu lugar.’

(Caldas, 2009:206)

⁴² Esta construção difere do padrão típico da língua, segundo o qual objeto alto em definitude e animacidade deve ser marcado pela partícula [ke], conforme será discutido no próximo capítulo.

Podemos então afirmar que a marcação diferencial do sujeito inergativo ocorre também no nível da estrutura argumental, no momento em que os argumentos são mapeados.

Por outro lado, as construções inacusativas são mais marcadas por apresentarem o traço afetado. Contudo, se a volição for associada ao traço afetado do sujeito inacusativo, este deixará de ser marcado, uma vez que o sujeito poderá ser interpretado como possuindo controle sobre o evento, como mostram os exemplos transcritos abaixo:

- (43) *myra r-o ke u-'ar u-kwa*
 árvore CT-folha AFT 3-cair 3-passar
 'A folha caiu da árvore.'

(Siva, 2001:47)

- (44) *a'e ke u-'ar u-kwa Ø-kangwer upa Ø-mu-ku'i*
 3 AFT 3-cair 3-passar G-osso tudo 3-CAUS-ter em pó
 'Ele caiu e moeu o osso todo.'

(Caldas, 2001:36)

- (45) *a'e 'y pe u-'ar o-ho jupetẽ o-ho*
 3SG água em 3SG -cair 3SG -ir nadar 3SG -ir
 'Ele caiu na água para nadar.'

(Caldas, 2009:245)

Na construção em (43), o sujeito não possui controle e é afetado. É uma construção tipicamente inacusativa e, por essa razão, o sujeito é marcado por [ke]. Em (44), embora o sujeito seja humano, também não possui controle sobre o evento e é afetado e marcado. Por outro lado, a construção

em (45) sugere que o sujeito ‘caiu’ intencionalmente e esse controle sobre o evento desencadeia a não marcação. Ainda assim, há construções em que o sujeito é afetado, não tem controle sobre o evento e não é marcado, como ocorre nas sentenças abaixo:

- (46) *sawa'e Ø-susuk*
 homem 3- mancar
 ‘O homem manca.’

(Caldas, 2009:289)

- (47) *ne r-uryhaupa*
 2SG CT-alegria acabar
 ‘A tua alegria acabou.’

(Caldas, 2009:302)

Construções como estas acima podem ser analisadas no nível da PF ‘forma fonológica’, conforme também propõe Woolford (2008). Isso porque o traço afetado está presente no evento, apenas não é pronunciado.

7.3.2 MODELO DE DSM E DOM

Silverstein (1976) propõe um modelo de DSM como imagem espelhada de DOM. Isto porque, segundo o autor, as línguas marcam preferencialmente os objetos com traços menos previstos para esse tipo de argumento, isto é, quando forem mais humanos e mais definidos. E são justamente estes os traços mais previstos para o sujeito. Por outro lado, os traços mais esperados para objeto são atípicos para o sujeito, como

inanimados e indefinidos. O autor propõe que devam ser marcados sujeitos e objetos que possuem traços atípicos para evitar, inclusive ambiguidade nas sentenças. Contudo, Silverstein observa que o modelo ‘imagem espelhada’, com restrições opostas marcadas, nem sempre é o que ocorre de fato. Considerando a marcação de sujeitos e de objetos em Ka’apor, observamos que estas marcações estão submetidas à ocorrência de traços atípicos, tanto no sujeito quanto no objeto. Contudo, não se trata de traços que estão em extremos opostos, como propõe Silverstein. Os objetos são marcados quando possuem traços altos de animacidade e de definitude que são os traços mais esperados para o sujeito. Seguindo o modelo proposto pelo autor, era de se esperar que fossem mais marcados os sujeitos de terceira pessoa, inanimados ou indefinidos, uma vez que esses são os traços mais esperados para o objeto e não para o sujeito. O Ka’apor, entretanto, não marca esses sujeitos tendo em vista os traços de animacidade e definitude como acontece com o objeto. Ao contrário, a marcação diferencial do sujeito está relacionada ao traço afetado associado ao papel temático de agente. Dessa forma, a marcação cumpre a função de marcar sujeito atípico considerando que não é comum sujeito ser agente e afetado ao mesmo tempo. Como, além da afetação, o sujeito deve também ser agente, é necessário que seja mais humano e mais definido. Pelo fato de os sujeitos marcados serem mais humanos e mais definidos, podemos afirmar que há sim uma relação quase que paralela entre a marcação do sujeito e a marcação do objeto na

língua Ka'apor, visto que os objetos marcados também são mais humanos e mais definidos.

Embora DSM e DOM não estejam conectados, isto é, não há uma relação de dependência entre os dois, parece que é comum o fato de línguas exibirem esses dois tipos de fenômenos simultaneamente, assim como o Ka'apor. De acordo com Bossong (1984:7), pesquisas de famílias linguísticas da Austrália, Austronésia e Sino-Tibetano levam à conclusão de que DSM nunca ocorre sem que a língua possua também DOM. Curiosamente, é frequente a ocorrência de DOM sem que a língua possua DSM. Contudo não foi possível, na presente pesquisa, aprofundarmos nesta questão.

7.3.3 CONTEXTOS EM QUE SUJEITOS E OBJETOS SÃO MARCADOS POR [ke]

Nesta seção, mostramos que algumas construções transitivas em Ka'apor podem ter seus dois argumentos marcados pela partícula [ke]. Entretanto, a razão que motiva cada uma das ocorrências é distinta, isto é, as regras de marcação do sujeito e do objeto não são as mesmas. Por essa razão, podemos inferir que o [ke] é uma partícula multifuncional já que pode ser atribuída a ela funções distintas.

Vimos, no capítulo 6, que a partícula [ke] é responsável por tornar possível uma leitura mais definida e específica de argumentos internos de verbos transitivos. A partícula [ke] vai figurar junto a objetos sempre que

forem mais humanos e mais definidos, isto é, quando possuírem traços menos prováveis para objetos e mais prováveis para sujeitos. Por outro lado, a ausência da partícula junto a objetos permite uma leitura indefinida ou genérica. Constatamos também que, em relação ao objeto, não é o traço afetado que motiva a presença ou não do [ke].

Já em relação ao sujeito, verificamos que a partícula [ke] está diretamente relacionada ao traço afetado, justamente porque esse não é um traço típico para argumentos nessa posição. A partícula figura enclítica a sujeitos quando estes tiverem comportamento não esperado, isto é, quando, além de agentes, forem também alvos do evento. Verificamos que o traço afetado é determinante para a marcação do sujeito, mas não é determinante na marcação do objeto. Embora objetos afetados possam também ser marcados desde que sejam altos em animacidade e definitude.

Em virtude do que foi apresentado sobre DSM e sobre DOM, assumimos que um fenômeno não interfere no outro. Isso fica particularmente instanciado quando verificamos que a língua Ka'apor exibe sentenças em que ambos os argumentos podem vir marcados pela partícula [ke]. No exemplo da sentença abaixo, o sujeito é marcado porque é um agente afetado e o objeto é marcado por ser definido.

- (48) *ne ke u-'u ke re-karãj ta*
 2SG AFT farinha AFT 2SG-torrar IMIN
 'Você vai torrar a farinha.'

(Silva, 2001:53)

A mesma situação ocorre na sentença em (49) visto que a partícula [ke] vem junto ao sujeito e ao objeto.

- (49) *a'e ta ke u-'u ta moj ke tĩ*
 3 ASS AFT comer IMIN cobre AFT REP
 'Eles vão comer a cobra.'

(Silva, 2001:53)

Similarmente em (53), o sujeito é marcado e é nitidamente afetado, provavelmente sem controle da ação. Já o objeto é marcado por ser definido.

- (53) *a'e ke i-py ke Ø-tukwa*
 3 AFT NCNT-pé AFT 3-bater
 'Ele bateu seu próprio pé.'

(Silva, 2001:53)

Concluimos, portanto, que as sentenças transitivas podem exibir simultaneamente DSM e DOM. Ou seja, o fato de o sujeito e o objeto poderem ambos vir marcados por meio da partícula [ke] sinaliza que DSM não pode ser visto como imagem espelhada de DOM.

Ainda outra observação sobre a marcação de sujeitos e de objetos é resultado de análise de uma construção, nos nossos dados, que parece contrariar a nossa proposta, segundo a qual objetos altos em animacidade e definitude devam ser marcados. Esta sentença foi transcrita abaixo:

- (54) *ne ke ihẽ re-mu-pu'am 'y*
 2SG AFT 1SG 2-CAUS-levantar PERF1
 'Você me levantou.'

(Silva, 2001:51)

Note que o objeto é alto, mas não é marcado, como era de se esperar, visto que objetos altos são sempre marcados nessa língua. Por outro lado, o sujeito é marcado, o que pode ser interpretado como sujeito agente afetado. Nossa hipótese é que, quando o objeto é de primeira pessoa e o sujeito é de segunda pessoa e é agente afetado, a marca de afetação do objeto é apagada. Comparemos com a sentença abaixo:

- (55) *ihẽ ne ke a-mu-pu'am*
 1SG 2SG AFT 1SG-CASU-levantar
 'Eu fiz levantar você.'

(Caldas 2009:274)

No exemplo em (55), o objeto é marcado, conforme previsto, mas o sujeito não. Assim, outra hipótese levantada, ao compararmos as sentenças (54) e (55), é que quando uma sentença apresenta dois argumentos altos na hierarquia de pessoa, um de primeira e outro de segunda pessoa, marca-se a segunda pessoa. As duas hipóteses levantadas sobre esta questão são provisórias e somente poderão ser testadas em uma pesquisa futura, visto que há necessidade de se buscar mais dados como esses para comprovar ou refutar a proposta acima.

7.4 RESUMO DO CAPÍTULO 7

Neste capítulo, mostramos que a língua Ka'apor exhibe DSM, que consiste na marcação diferencial do sujeito, tanto em construções transitivas, quanto em construções intransitivas.

Em relação aos sujeitos de verbos transitivos e inergativos, a marcação está condicionada ao traço afetado associado ao traço agente, o que os torna sujeitos atípicos. Nesse tipo de construção, os sujeitos são desencadeadores do evento e, ao mesmo tempo, afetados e, por esta razão, a partícula [ke] é acionada. Já sujeitos tipicamente agentes ou experienciadores não são marcados.

Por outro lado, sujeitos de verbos inacusativos, que possuem o traço afetado, são mais frequentemente marcados. Entretanto, a ausência da partícula, em construções cujo sujeito é humano, permite atribuir o traço controle ao sujeito.

Constatamos também que DSM, em Ka'apor, pode ser analisado nos três níveis propostos por Woolford (2008), ou seja, considerando a estrutura argumental, o ambiente sintático e a forma fonológica. Verificamos ainda que DSM não é imagem espelhada de DOM.

Adicionalmente, mostramos que as regras que regulam DSM e DOM são distintas e que uma não interfere na outra. Isto nos permite concluir que sentenças podem exibir simultaneamente marcação diferencial de sujeito e

de objeto. No próximo capítulo, relacionamos o caso morfológico e o Caso abstrato exibidos pela língua Ka'apor.

CAPÍTULO 8: RELAÇÃO ENTRE CASO MORFOLÓGICO E CASO ABSTRATO

Neste capítulo, apresentamos evidências de que, apesar de a língua Ka'apor exibir alternância na marcação do objeto, há uniformidade na atribuição do Caso acusativo a este argumento. Com base em análise de sentenças transitivas, argumentamos a favor de que a cisão exibida por esta língua é um tipo de fenômeno que ocorre quando argumentos recebem o mesmo Caso estrutural, mas a realização morfológica é diferente.

Diferentemente, em relação à marcação diferencial do sujeito, propomos que é resultado de atribuição diferente do Caso abstrato. Dessa forma, sujeitos tipicamente agentes recebem Caso estrutural. Por outro lado, sujeitos pacientes, agentes afetados e alvos recebem Caso inerente realizado pela partícula [ke].

A língua Ka'apor possui o sistema nominativo-dativo-acusativo, e alguns argumentos recebem Caso abstrato marcado estruturalmente. Alguns sujeitos de verbo transitivo e intransitivo recebem Caso nominativo de T e objeto de verbo transitivo recebe Caso acusativo do núcleo v^0 , satisfazendo ao filtro do Caso. Contudo, alguns objetos dessa língua são marcados pela partícula [ke] e outros não. Assim sendo, mostramos que o Caso acusativo dessa língua pode ser realizado por [ke] ou pela ausência do [ke]. DOM em Ka'apor pode ser comprovado por construções como as transcritas a seguir.

Nota-se que, nos exemplos (1) e (2), os objetos são marcados pela partícula [ke]. Já nos exemplos (3) e (4) os objetos não são marcados.

- (1) *ihẽ pira ke a-kutuk kise-ra'yr Ø-pe*
 1SG peixe AFT 1SG-furar faca-ATEN CT-com
 ‘Eu furei o peixe com a faca pequena.’
 (Caldas, 2001:11)
- (2) *ihẽ kujer ke a-here*
 1SG colher AFT 1SG-lamber
 ‘Eu lambi a colher.’
 (Caldas, 2009:238)
- (3) *ihẽ Ø-sawa'e kangwaruhu Ø-jukwa*
 1SG CT-marido paca 3-matar
 ‘Meu marido matou uma paca.’
 (Caldas, 2009:233)
- (4) *ihẽ mani'ok a-kamirik*
 1SG mandioca 1SG-amassar
 ‘Eu amasso mandioca.’
 (Caldas, 2009:233)

Assumimos que não há uma relação biunívoca entre Caso abstrato e caso morfológico⁴³ nos objetos dessa língua. Nas próximas seções, o objetivo é trazer mais evidências a favor da hipótese, segundo a qual a marcação diferente dos objetos não significa necessariamente atribuição de Casos diferentes.

⁴³ Caso abstrato é uma propriedade exibida pelas línguas que garante a interpretação dos NPs em uma sentença. Pode ser realizado via relações estruturais ou não (inerentemente, por exemplo.) Caso morfológico é uma das maneiras de realização do Caso abstrato que ocorre por meio de marcas morfológicas.

Por outro lado, em relação aos sujeitos, nossa hipótese é a de que há sim uma cisão na atribuição do Caso abstrato, visto que alguns recebem Caso estrutural e outros recebem Caso inerente. Este último é licenciado a partir de traços semânticos que estão envolvidos na relação entre o sujeito e o predicado.

Este capítulo está organizado da seguinte forma: na seção 8.1, discutimos sucintamente sobre caso morfológico e Caso abstrato. Na seção 8.2, mostramos como ocorre o alinhamento dos argumentos nucleares no Ka'apor e como é atribuído o Caso abstrato. Na seção 8.3, apresentamos a relação entre marca morfológica de caso e atribuição de Caso abstrato; na seção 8.4, finalizamos com algumas considerações.

8.1. CASO MORFOLÓGICO E CASO ABSTRATO

A partir de análise de sentenças transitivas da língua Ka'apor, foi constatado que esta língua apresenta alternância na marcação dos objetos, conforme mencionado no capítulo 6. Em algumas sentenças, a partícula [ke] ocorre enclítica aos objetos e, em outras, os objetos não recebem nenhuma marca. Marcação de objeto ou caso morfológico é um fenômeno comum em muitas línguas, cuja função é tornar os DPs visíveis para a interpretação. O caso morfológico consiste em marcas específicas que identificam os argumentos em uma sentença. Mesmo em línguas que não possuem morfologia específica de caso, os DPs devem ser visíveis para a

interpretação. No português brasileiro, por exemplo, a ordem dos DPs nas sentenças é fundamental para isso, pois os torna visíveis para a interpretação em nível de forma lógica. Isso porque, nessa língua, a ordem dos constituintes é predominantemente SVO. Assim, mesmo as línguas que não dispõem de uma morfologia específica, precisam garantir que os DPs tenham sua interpretação garantida e cada língua vai utilizar alguma estratégia para isso. Por essa razão, todas as línguas possuem Caso abstrato, o qual pode ser realizado de maneiras diferentes. Em algumas línguas, o Caso é realizado por meio de morfemas, isto é, há na morfologia da língua marcas específicas que identificam cada Caso abstrato atribuído. Em outras línguas, o Caso abstrato é expresso por meio de relações estruturais, já que não há nenhum morfema para esse fim. Ura (2001) explica que o Caso abstrato é marcado por algum tipo de regra, que é aplicada a itens como sujeito e objeto, podendo ser exibido na morfologia ou não. O caso morfológico é apenas uma das formas de expressar o Caso abstrato e é regulado pelo princípio do Filtro do Caso (Chomsky 1981). Conforme o que estipula este filtro, todos os DPs pronunciados em uma sentença devem receber Caso abstrato. Em suma, acompanhando o essencial da proposta de Chomsky (1981) e Ura (2001), assumiremos, doravante, que caso morfológico é uma das maneiras por meio das quais o Caso abstrato se realiza. Este último, por sua vez, se subdivide em Caso estrutural e Caso não estrutural.

Em relação à atribuição do Caso abstrato não estrutural, Woolford (2006) propõe que este Caso ocorre quando os argumentos são marcados lexicalmente ou inerentemente. A autora explica que esse tipo de Caso pode ser subdividido em lexical e inerente, dependendo da maneira como os argumentos são licenciados. São, entretanto, semelhantes porque estes preservam o Caso mesmo quando o NP se move, diferentemente do Caso estrutural. Mas há duas diferenças importantes entre os dois tipos de Caso não estrutural: o Caso lexical é idiossincrático, lexicalmente selecionado e é licenciado pelos núcleos lexicais V e P. Um exemplo é o dativo no Islandês, transcrito abaixo:

- (5) *bátnum hvolfdi.* [Icelandic]
 boat-DAT capsized
 ‘The boat capsized.’

(Levinand Simpson 1981 (1b))

O outro Caso abstrato não estrutural, o inerente, é regular, previsível e licenciado pelo núcleo v^o . Normalmente este Caso está associado a certos papéis temáticos e pode corresponder, por exemplo, ao caso ergativo (agente) ou ao caso dativo (experienciador) em muitas línguas. O dativo ocorre em certos argumentos de verbos bitransitivos como no exemplo também do Islandês transcrito abaixo:

- (6) *Þeir gáfu konunginum ambáttina* [Icelandic]
 they-NOM gave king-the-DAT slave-girl-the-ACC
 ‘They gave the king the slave-girl.’

(Maling 2002 (44a))

O caso ergativo, por sua vez, está relacionado à posição theta de agente de argumentos externos, como exemplificado a seguir:

- (7) *nadya=ne zu ja-na he*
 Nadya.F.Sg=Erg zoo.M.Sg.Obl go-Inf.M.Sg be.Pres.3.Sg
 ‘Nadya wants to go to the zoo.’

(Butt, *et al*, 2004:2)

Já o Caso estrutural é licenciado por meio de relações sintáticas no domínio funcional da sentença. Por exemplo, um DP sujeito recebe Caso nominativo se for regido por AGR (= T⁰) numa relação de concordância com o verbo finito. Já o DP objeto pode receber Caso acusativo se for regido por v⁰. Este tipo de atribuição de Caso não está associado a papel temático, porque um argumento que é marcado pelo Caso nominativo pode ser agente, afetado, beneficiário, instrumental ou tema, e um argumento que recebe o papel de tema pode ser marcado pelo Caso estrutural nominativo ou acusativo. Por isso, em princípio, isto significa que vários tipos de papéis temáticos podem estar associados a uma posição estrutural. Em línguas acusativas como português, Inglês, latim e japonês, um DP sujeito marcado com nominativo e um DP objeto marcado com acusativo podem ter vários

tipos de papel temático. Por outro lado, um DP marcado com Caso inerente, como o ablativo ou o instrumental possuem papel temático fixo, mais precisamente o papel-T de fonte e instrumento, respectivamente.

Para sustentar nossa proposta de que o objeto da língua Ka'apor, embora receba Caso estrutural acusativo, pode receber diferentes morfologias de caso, lançamos mão da proposta de Legate (2008), segundo a qual caso morfológico deve ser entendido como a realização no componente morfológico do Caso abstrato. Legate ressalta que Caso abstrato e caso morfológico são entidades distintas, que mantêm uma relação próxima, mas não perfeita, ou seja, nem sempre a relação é biunívoca. A autora explica que os traços de Caso abstrato são determinados sintaticamente e realizados em um componente morfológico pós-sintático. Evidências a favor dessa argumentação são ocorrências em línguas ergativas-absolutivas. Nestas línguas, o caso absolutivo corresponde ao *default*, podendo ser a realização de um ou mais Casos abstratos, tais como nominativo, acustativo ou ergativo. Nesse tipo de língua, como o Georgiano, sujeito de verbo intransitivo e objeto de verbo transitivo carregam o mesmo caso morfológico devido à ausência de caso morfológico nominativo e de caso morfológico acusativo. Isso significa que a forma de caso padrão para o absolutivo e para o nominativo é o *default*, sem nenhuma realização morfológica distinta. Apesar de S e O apresentarem o mesmo caso

morfológico, os traços de Caso abstrato desses DPs não são os mesmos, conforme mostram os exemplos abaixo:

- (8) *Baba-k meccaps skiri-s cxeni*
 father- ERG gives.3sg child-DAT horse.NOM
 ‘The father gives a horse to his child.’
 (Blake 1994 *apud* Legate, 2008: 27)

- (9) *Bere oxori-s doskidu*
 child. NOM house-DAT stay.3SG
 ‘The child stays in the house.’
 (Blake 1994 *apud* Legate, 2008:27)

- (10) *ʔo· ?w’imdaI*
 I.ASB fainted
 ‘I fainted.’
 (Mithun 1991 *apud* Legate, 2008:28)

Por outro lado, Legate mostra também que há situações em que os mesmos argumentos recebem marcas morfológicas diferentes, e este fenômeno pode ser resultado de dois processos distintos. Um desses processos é a atribuição diferenciada do Caso abstrato ‘*differential Case assignment*’. O outro é a atribuição de Caso abstrato uniforme, mas realização morfológica diferente ‘*differential case marking*’ (Legate, 2008:83). O primeiro fenômeno consiste na cisão do Caso abstrato, isto é, alguns itens podem se flexionar seguindo o modelo ergativo-absolutivo e outros itens podem seguir o modelo acusativo-nominativo. Em gumbaynggir, por exemplo, pronomes de 3^a. pessoa e nomes flexionam de acordo com o modelo ergativo-absolutivo. Já pronomes de 1^a. pessoa

(inclusiva/exclusiva) e de 2ª. pessoa seguem o modelo acusativo-nominativo. Outro exemplo é o que ocorre em hindi. Nessa língua, os objetos podem ser dativo ou absolutivo, e a escolha depende da especificidade e da animacidade do objeto, como ilustrado a seguir:

- (11) *ravii gaay / gaay-ko khariidnaa caahtaa hai*
 ravi.ABS cow.ABS / cow-DAT buy.NONFIN wish.IMPERFECT be.PRES
 ‘Ravi wishes to buy a cow (no particular cow) / a particular cow.’
 (Mohanana 1994:80, 81)

A autora explica que a escolha entre dativo e absolutivo depende de propriedades externas ao DP, como a escolha do verbo. Dessa forma, a marcação de caso diferenciada em objetos em hindi é determinada não pela morfologia disponível para o item lexical, mas pelo tipo de DP e pela escolha do verbo. Pelo tipo de verbo porque em construções com o verbo ‘likhaa’ (escrever), por exemplo, mesmo quando o objeto é específico, o dativo não ocorre. Isso pode ser comprovado pelo exemplo a seguir:

- (12) *ilaa-ne yah khat /*is khat-ko likhaa*
 Ila-ERG this.ABS letter /this.NON-ABS letter-DAT write.PERF
 ‘Ila wrote this letter.’
 (Mohanana 1994:81)

Outro fenômeno citado por Legate é a atribuição de Caso abstrato uniforme com realização morfológica diferente. Há línguas que exibem ergativo em ‘A’, nominativo em ‘S’ e acusativo em ‘O’, porém pode haver variação morfológica conforme o tipo nominal. Este fenômeno acontece,

por exemplo, em Djapu, que exibe cisão ergativa condicionada pelo tipo nominal. Nomes específicos, humanos e altos na hierarquia de animacidade exibem distinções para caso ergativo, nominativo e acusativo. Outros tipos de nome (demonstrativo, baixos em animacidade e inanimados) possuem um paradigma empobrecido. O demonstrativo, por exemplo, mesmo recebendo traço de Caso abstrato acusativo possui morfologia distinta. Na ausência de realização morfológica para o Caso acusativo no demonstrativo, ele é realizado como um ‘default’ morfológico.

Em relação à língua Ka’apor, há evidências de que as duas possibilidades de marcação dos objetos correspondem ao que Legate analisa como sendo realizações morfológicas diferentes para o mesmo Caso abstrato. Conforme será mostrado na próxima seção, o Ka’apor é uma língua que possui o sistema nominativo-dativo-acusativo, uma vez que ‘A’ e ‘S’ podem receber o Caso nominativo ou Caso dativo dependendo da semântica de afetação ou não que o predicado denota, enquanto ‘O’ recebe o Caso acusativo. Entretanto, o objeto, embora receba o Caso acusativo uniformemente, pode ser marcado diferentemente como reflexo da interpretação semântica de definitude ou não do argumento interno em sentenças transitivas.

Na próxima seção, apresentamos uma síntese do sistema de alinhamento dos argumentos na língua Ka’apor e mostramos como ocorre a atribuição do Caso abstrato nesta língua.

8.2 SISTEMA DE ALINHAMENTO E ATRIBUIÇÃO DE CASO

A língua Ka'apor exhibe o sistema nominativo-dativo-acusativo realizado pelo alinhamento dos argumentos 'A', sujeito de verbo transitivo, e 'S', sujeito de verbo intransitivo (não estativo), marcados diferentemente de 'O', objeto de verbo transitivo. A formalização desse alinhamento ocorre pela possibilidade de os sujeitos poderem ou não vir marcados com a partícula [ke].

- (13) *ihẽ ne ke a-kutuk ta*
 1SG tu AFT 1SG-furar IMPERF
 'Eu te furarei'

(Silva, 2001:40)

- (14) *ihẽ a-je'ẽ a-in*
 1sg 1sg-falar 1sg-estar sentado
 'Eu estou falando sentado'

(Silva, 2001:12)

- (15) *luz ke Ø-u'e:u'ete'e*
 luz AFT 3-piscar:piscar mesmo
 'A luz vai realmente apagar'

(Caldas, 2001:53)

Em relação ao Caso dos argumentos nucleares em Ka'apor, há evidências de que esses são atribuídos via relações estruturais. Alguns sujeitos recebem o Caso nominativo pelo núcleo T, numa relação de concordância com o verbo, por meio dos prefixos nominais que correspondem aos traços de número e pessoa do sujeito. Isto significa que o

nominativo é regido por AGR conforme prevê a teoria de Chomsky 1981. Entretanto, os sujeitos que possuem papel temático de paciente, agente afetado e alvo, são marcados pela partícula [ke], mesmo exibindo marca de concordância. Nesses casos, a marca morfológica por meio da partícula [ke] está relacionada a determinados papéis temáticos, o que nos permite afirmar que o Caso abstrato desses argumentos é atribuído inerentemente. Dessa forma, assumimos que há uma cisão na atribuição de Caso abstrato do sujeito na língua Ka'apor. Sujeitos, cujo papel temático é paciente, agente afetado ou alvo, são todos marcados pela partícula [ke] e recebem Caso abstrato inerente. Sujeitos agentes típicos ou temas recebem Caso nominativo do núcleo T, por meio de uma relação estrutural que se dá por meio de uma relação de c-comando.

Por outro lado, assumirei que o objeto recebe uniformemente o caso acusativo do núcleo v^o . Kakumasu (1986) observou que a partícula [ke] pode ser considerada uma marca morfológica de caso do objeto, como exemplificado em (13):

- (16) *jakare ke kaitã j-api amõ tĩ*
 alligator OM Caetano 3+shoot another also
 'Caetano also shot an alligator.'

(Kakumasu, 1986:369)

Entretanto, mesmo que a partícula [ke] seja frequente junto a objetos de verbos transitivos, há ocorrências em que o [ke] não figura,

fazendo com que haja uma cisão na marcação casual do objeto. Dessa forma, pode-se dizer que o objeto tem seu Caso abstrato acusativo valorado pelo núcleo v^0 e vem sob duas formas morfológicas: uma *default* = zero e outra por meio da partícula [ke]. A presença ou a ausência dessa partícula produz interpretações distintas em relação à definitude ou não do objeto. Isto será explicado mais em detalhe na próxima seção.

8.3 MARCA MORFOLÓGICA DE CASO E ATRIBUIÇÃO DO CASO ABSTRATO

Na interpretação dos argumentos nucleares em Ka'apor, Kakumasu (1986) observou que é relevante a ordem destes, assim como a presença da partícula [ke]. O autor constatou que, quando o objeto é marcado pela partícula [ke], fica mais evidente qual argumento é o objeto, conforme exemplificado abaixo.

- (17) *haimũ juã ke Ø-juka*
 raimũ john AFT 3-kill
 'Raimũ matou John.'

Esta língua exibe uma alternância na marcação dos objetos, inclusive em construções com a mesma forma verbal e a alternância é condicionada pelos traços de definitude e animacidade, conforme a análise que foi desenvolvida no capítulo 6. Alguns exemplos mostrando alternância na marcação dos objetos foram transcritos abaixo. Notem que, em (18) e em (20), os objetos são definidos e marcados pelo [ke]. Por outro

lado, as sentenças em (19) e em (21) os objetos são indefinidos e não recebem a marcação.

- (18) *ne Ø-ky ke a-jukwa ta*
 2SG CT-piolho AFT 1SG-matar IMIN
 ‘Eu vou matar o teu piolho.’
 (Caldas, 2009:242)

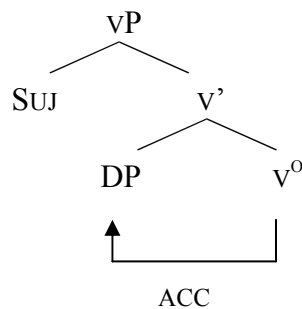
- (19) *amo awa ta i-ki Ø-su’u riki*
 outro gente IMIN NCT-piolho 3-morder ENF
 ‘Alguns Ka’apor mordem piolho.’
 (Silva, 2001: 41)

- (20) *ihẽ narãj ke a-pirok*
 1SG laranja AFT 1SG-descascar
 ‘Eu descasco a laranja.’
 (Silva, 2001:39)

- (21) *Ø-pirok narãj tĩ*
 3-descascar laranja REP
 ‘Ele descasca laranja.’
 (Silva, 2001:39)

Contudo, a alternância na marcação do objeto, observado nos dados acima não significa que haja atribuição diferente do Caso abstrato acusativo. Assim sendo, nossa proposta é que, apesar de exibir marcação diferencial do objeto, o Ka’apor apresenta uniformidade na atribuição do Caso abstrato acusativo. Tal assunção nos autoriza assumir que o Caso acusativo é atribuído uniformemente ao objeto pelo núcleo *v*^o. A marcação diferencial por meio da partícula [ke], por sua vez, é a estratégia para marcar

se o objeto é definido ou não. Esta proposta teórica pode ser mais percebida por meio da estrutura arbórea delineada a seguir:



Já em relação à marcação diferencial do sujeito, afirmamos que há uma cisão na atribuição do Caso abstrato: sujeitos agentes típicos recebem Caso estrutural e sujeitos (agentes) afetados recebem Caso inerente, o qual é licenciado no domínio do predicado, quando o argumento externo é juntado na posição temática de sujeito. Para fundamentar nossa proposta, lançamos mão da proposta de Duarte (2014), conforme a qual a partícula [ke] denota semântica de afetação e marca argumentos nucleares, cobrindo noções de controle. O autor explica que esta partícula é o *spell-out* de um Caso abstrato usado para marcar paciente, agente com controle reduzido e alvo. Dessa forma, o autor propõe, com base em Woolford (2006) e em Butt (2006), que esta partícula instancia um tipo de Caso abstrato inerente, altamente associado à afetação. Conforme o autor, este Caso equivale ao dativo. Os demais sujeitos, isto é, tema ou agente típico recebem Caso nominativo estruturalmente a partir de uma operação de concordância com o núcleo T°. Para exemplificar, alguns dados foram arrolados a seguir. Os

argumentos de (22) a (25), marcados pelo [ke], recebem Caso dativo inerente. Por outro lado, os sujeitos das sentenças em (26) e em (27) não são marcados pelo [ke] e recebem Caso nominativo marcado estruturalmente.

SUJEITO AGENTE AFETADO, SUJEITO PACIENTE E SEM CONTROLE E ALVO RECEBEM CASO DATIVO REALIZADO PELA PARTÍCULA [KE].

- (22) *ne ke ihẽ re-mu-pu'am 'y*
 2SG AFT 1SG 2-caus-levantar PERF
 ‘Você me levantou.’

(Silva, 2001:51)

- (23) *ihẽ a'e ke ihẽ r-ena pe ta trabaja*
 1SG 3 AFT 1SG CT-lugar em IMIN trabalhar
 ‘Ele vai trabalhar no meu lugar.’

(Caldas, 2009:206)

- (24) *ihẽ Ø-py ke Ø-syryk o-ho*
 1SG CT-pe AFT 3-escorregar 3-ir
 ‘Meu pé escorregou.’

(Silva, 2001:47)

- (25) *a'e ta Ø-ma'e Ø-jukwa-ha hẽ ke*
 3 ASS G-coisa CT-matar-NOM 1SG AFT

Ø-pe Ø-me'ẽ
 CT-para 3-dar
 ‘Eles deram veneno para mim.’

(Silva, 2001:52)

SUJEITO AGENTE TÍPICO E COM CONTROLE RECEBEM CASO NOMINATIVO.

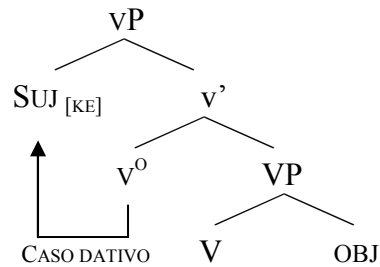
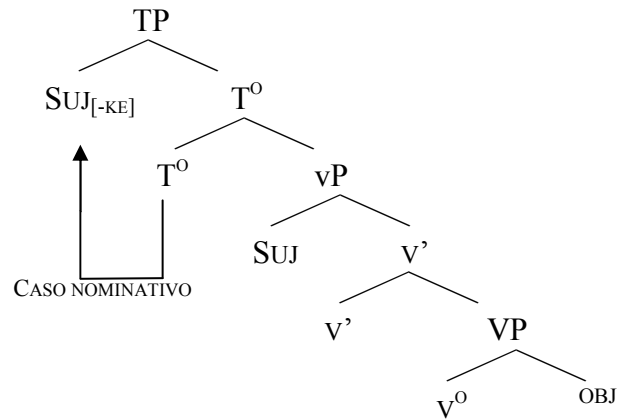
- (26) *ihẽ Ø-sawa'e kangwaruhu Ø-jukwa*
 1SG CT-marido paca 3-matar
 'Meu marido matou uma paca.'

(Caldas, 2009:233)

- (27) *a'e 'y pe u-'ar o-ho jupetẽ o-ho*
 3SG água em 3SG -cair 3SG -ir nadar 3SG -ir
 'Ele caiu na água para nadar.'

(Caldas, 2009:245)

Note que, em relação à marcação diferencial do objeto, não estão envolvidos papéis temáticos, mas apenas o fato de o objeto carregar ou não a semântica de definitude. Por esta razão, não podemos considerar que ocorre atribuição diferente do Caso abstrato, pois todos os objetos recebem uniformemente o mesmo Caso, mais precisamente o Caso acusativo, o qual é atribuído estruturalmente pelo núcleo v^0 . Por outro lado, o que determina ou não a marcação do sujeito são papéis temáticos diferentes, o que nos autoriza a propor que o sujeito recebe Caso dativo inerente. A representação arbórea proposta abaixo tem o objetivo de mostrar como se dá a operação sintática de atribuição de Caso (nominativo e dativo) aos sujeitos:

CASO INERENTE AO SUJEITOCASO NOMINATIVO AO SUJEITO**8.4 RESUMO DO CAPÍTULO 8**

Neste capítulo, mostramos que a língua Ka'apor apresenta uma relação não biunívoca entre caso morfológico e Caso abstrato. Esta língua exibe marcação diferencial do objeto, condicionada pelos traços de animacidade e de defnitude, mas esta alternância não significa atribuição diferente do Caso abstrato. Os dados da língua Ka'apor, que foram analisados, mostram que, apesar de essa língua exibir marcação diferencial do objeto, apresenta uniformidade na atribuição do Caso abstrato. Significa que o mesmo Caso abstrato atribuído ao objeto pode receber marcas

diferentes. Nossa hipótese é que este Caso equivale ao acusativo, o qual é valorado pelo núcleo v^0 .

Por outro lado, mostramos que a marcação diferencial do sujeito é resultado de atribuição diferente do Caso abstrato. Alguns argumentos na função de sujeito recebem Caso nominativo e outros recebem Caso dativo inerente, o que vem realizado pela partícula [ke]. Na próxima seção, apresentamos as considerações finais da tese.

CAPÍTULO 9: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese teve como objetivo analisar alguns aspectos sintáticos e semânticos da língua Ka'apor. Constatamos, em nossas análises, que esta língua exhibe marcação diferencial de objeto, DOM, e marcação diferencial do sujeito, DSM. Estes fenômenos ocorrem por meio da presença ou ausência da partícula [ke] junto aos argumentos nucleares.

Em relação a DOM, mostramos que a partícula [ke] não está relacionada exatamente ao traço de afetação como previam outras análises. Nossa análise revelou que o [ke] é acionado, quando os objetos forem altos considerando as escalas de animacidade e de definitude. Por esta razão, a partícula [ke] figura preferencialmente em objetos mais humanos e mais definidos. Salientamos ainda que uma das funções de DOM é desfazer possíveis ambiguidades entre sujeito e objeto, marcando objetos quando estes são mais humanos e mais definidos. Contudo esta não é sua única função, já que DOM pode emergir mesmo em contextos em que sua ausência não acarretaria ambiguidade. Nestes casos, a função de DOM é sinalizar a definitude do objeto.

Em construções com dois objetos, a partícula [ke] é também acionada, marcando sempre o objeto que possui o papel temático de meta ou alvo, já que este normalmente possui o traço [+HUMANO]. Isso mostra que mesmo nesses contextos, a partícula [ke] segue o critério da hierarquia de

animacidade. Em fim, mostramos que a língua Ka'apor opera com um sistema de marcação diferencial de objeto, condicionado pelos traços de animacidade e definitude do argumento interno de verbos transitivos.

Mostramos ainda, que a língua Ka'apor exhibe também DSM, marcação diferencial do sujeito, motivada pelo traço de afetação. Constatamos que a partícula [ke] é acionada quando sujeitos agentes forem também afetados, isto é, quando forem desencadeadores e ao mesmo tempo afetados pelo evento. Contudo, argumentamos que as regras que motivam DOM e as que motivam DSM não são as mesmas e que não estão conectadas. DOM é motivado pelos traços de animacidade e de definitude. Por outro lado, DSM é motivado pelo traço de afetação associado ao papel theta de agente. Em outras palavras, [ke] marca argumentos quando estes são semanticamente marcados, isto é, possuem traços menos previstos. São marcados os objetos quando são mais animados e mais definidos. Em relação aos sujeitos, são marcados quando forem agentes afetados. Assim concluímos então que o [ke] é uma partícula multifuncional que contribui para a interpretação semântica dos argumentos nucleares da língua Ka'apor.

Adicionalmente, discutimos ainda a relação entre marcas de caso morfológico e atribuição de Caso abstrato. Constatamos que a marcação diferencial do objeto não é resultado de atribuição diferencial do Caso abstrato. Os objetos recebem Caso acusativo, mas recebem marcas diferentes em função da definitude da sentença. Por outro lado, a marcação

diferencial do sujeito é resultado de atribuição de Caso diferente. Alguns recebem Caso estrutural e outros recebem Caso inerente, condicionados por determinados papéis temáticos.

REFERÊNCIAS

- BALÉE, William. *Informações sobre a etnia Ka'apor*. www.isa.org.br.
- BOSSONG, Georg. 1991. *Differential object marking in Romance and beyond*. In *New Analyses in Romance Linguistics*, eds. D. Wanner and D. Kibbee, 143–170. Amsterdam: Benjamins.
- BUTT, Miriam e KING, Tracy Holloway. *The status of Case in Studies in natural language on linguistic theory*. 2004, vol 61, 3, P.153-198. DOI: 10.1007/978-1-4020-2719-6.
- BUTT, Mirian. *The dative-ergative connection empirical issues in syntax e semantic* 6. O. Bonami e P. Cabredo Hofherr eds. 2006, pp 69-92.
- CABANA, Nasle Maria. *Relação não biunívoca entre caso morfológico e Caso abstrato na língua Ka'apor*. Anais do Silel. Vol.3, número 1. Uberlândia: UDUFU, 2013.
- CABANA, Nasle Maria. *Marcação diferencial do sujeito na língua Ka'apor*. Revista Linguística / Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Volume 10, número 2, dezembro de 2014. ISSN 1808-835X 1.
- CABRAL, Ana Suely Arruda Câmara, FRANCESCHINI, Dulce do Carmo e Aryon Dall'Igna RODRIGUES. *Reconstrução interna dos prefixos relacionais da língua Mawé*. Revista Brasileira de Linguística Antropológica. Volume 5, Número 2, Dezembro de 2013.
- CALDAS, Raimunda Benedita Cristina. *Aspecto, modo de ação e modalidade na língua Ka'apor*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Pará. Belém, 2001.
- CALDAS, Raimunda Benedita Cristina. *Uma proposta de dicionário para a língua Ka'apor*. Tese de doutorado. Brasília, 2009.
- CHIERCHIA, Genaro. *Semântica*. Tradução: Luis Arthur Pagani, Lígia Negri, Rodolfo Ilari. Ed. Unicamp; Londrina, Pr: Eduel, 2003, P.489-500.
- COMRIE, Bernard. *Language universals and linguistic typology*. 2nd edition. Chicago: University of Chicago, 1980.

DUARTE, Fábio Bonfim e Garcia, Mário Alexandre. *Ergatividade cindida, papel temático e causativização na língua Ka'apor*. Rev. Est. Ling., Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 277-315, JUN./DEZ. 2006.

DUARTE, Fábio Bonfim e Garcia, Mário Alexandre. *A partícula Ke como disgnóstico de inacusatividade na língua Ka'por*. A linguística, 2009.

DUARTE, Fábio Bonfim. *On the semantics of affectedness and its implications for argument structure in the Ka'apor language*. Revista Linguística / Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Volume 10, número 1, junho de 2014. ISSN1808-835X1.

ENÇ, Muvet. *The semantics of specificity*. Linguistic Inquiry.Vol 22. Número 1, Winter 1991, 1- 25. 1991 por The Massachusetts Intitute of Tecnology.

GARCIA, Mário Alexandre. *Marcação de caso nos argumentos nucleares da língua Ka'apor in Cisão de caso, telicidade e posse em línguas indígenas brasileiras org.* DUARTE, Fábio Bonfim. Belo Horizonte.FALE/UFGM, 2007.

GARCIA, Mário Alexandre. *Aspectos gramaticais da língua Ka'apor*. Tese de doutorado. FALE/UFGM. 2009.

GIVÓN, Talmy. *Definiteness and Referentiality.Universals of human language*.Edited by Joseph H. Greenberg.Vol.4. 1978.Stanford University Press. Stanford, California.

HASPELMATH, Martin. *Object marking, definiteness and animacy*.Syntactic Universals and Usage Frequency.Leipzig Spring School on Linguistic Diversity, March 2008.

KAKUMASU, James. *Urubu-Ka'por*.In: DERBYSHIRE, D. C. & PULLUM, G.K. (orgs.). *Handbook of Amazonian Languages*, Vol. 1, p.326-403.New York:Mouton de Gruyter, 1986.

LATROUIDE, Anja. *Differential Object Marking in Tagalog*. In: Lauren Eby Clemens, Greg Scontras, and Maria Polinski (eds), Proceedings of the 18t Meeting of the Austronesian Formal Linguistics Association, Harvard University, Cambridge, 94-109. 2012a.

LEGATE, Julie Anne. *Morphological and abstract case*. Linguistic Inquiry, vol 39, number 1, Winter 2008, 55-101.

LEGATE, Julie Anne. *Split ergativity based on nominal type*. University of Pennsylvania, 610 Williams Hall, Department of Linguistics, 255 S 36th Street, Philadelphia, PA 19104, United States Received 17 May 2013; received in revised form 30 May 2014; accepted 4 June 2014.

MEIRA, Sérgio e DRUDE, Sebastian. *Sobre a origem histórica dos “prefixos relacionais” das línguas Tupí-Guaraní*. *Cadernos de Etnolinguística* volume 5, número 1, maio/2013 <http://www.etnolinguistica.org/issue:vol5n1>.

MELLO, Antônio Augusto e KNEIP, Andreas. *Babel indígena*. *Revista Histórica*. 08/2013. www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/babel-indigena

MINUSSI, Rafael Dias. *A relação entre Caso e definitude no hebraico: o construct state e a Marcação diferencial do objeto*. Dissertação de mestrado. São Paulo, USP, 2008.

Onishi, Masayuki. *Non-canonically marked subjects and objects: Parameters and Properties*. In Aikhenvald, Alexandra, Dixon, R.M.W., Onishi, Masayuki *Non-canonical Marking of Subjects and Objects*. John Benjamins Company/Philadelphia, 2001.

PRABATH, Kanduboda A, B. *On the usage of singales differential object markers object marker /was/ vs. object marker /ta/*. *Theory and practice in language studies*. Vol 3, no. 7, pp.1081-1092, julho 2013. Ritsumeikan University, Ritsumeikan Internacional, Global Gateway Program, Japan. ISSN1799-2591.

SAKSENA Source, Anuradha. *The Affected Agent Author(s)*. *Language*, Vol. 56, No. 4 (Dec., 1980), pp. 812-826 Published by: Linguistic Society of America Stable URL: <http://www.jstor.org/stable/413490>.

SILVERSTEIN, Michael. 1976. *Hierarchy of features and ergativity*. In: Dixon, R.M.W. (ed.) *Grammatical categories in Australian languages*. New Jersey: Humanities Press, 112-171.

SILVA, Tabita Fernandes. *Classes verbais e algumas questões pragmáticas em Ka'apor*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Pará. Belém, 2001.

URA, Hiriyuki. *Case*. In *The Handbook of Contemporary Syntactic Theory*, eds. Mark Baltin and Chris Collins (eds), 334-373. Oxford: Blackwell.

WOOLFORD, Ellen. *Case agreement mismatches*. Department of Linguistics University of Massachusetts Amherst, MA 01003. 2006.

WOOLFORD, Ellen. *In Papers in Optimality Theory*, J Beckman et al eds., University of Massachusetts Occasional Papers 18. Amherst, MA: GLSA, 665-700. 1995.

WOOLFORD, Ellen. *Four-way case systems: ergative, nominative, objective e accusative*. *Natural Language and Linguistic Theory* 181-227. 1997, Kluwer academic publisher in the Netherlands.

WOOLFORD, Ellen. *In Helen de Hoop and Peter de Swart eds., Differential Subject Marking*, Springer 2008 pgs 17-40. University of Massachusetts.

<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kaapor>